ARQUITETURA



43

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

O SENHOR COMPARA

Procure conhecer (se o senhor já não conhece)
as revistas especializadas brasileiras
veja qual a que tem maior preocupação com seus leitores
a que procura publicar sòmente textos e matérias
de alta categoria sem preocupações de ordem comercial
a que realmente apresenta condições e interêsse
para ser colecionada
a que é genuinamente brasileira e a única
publicação técnico-cultural de fato que se edita entre nós
e compare essa revista com as outras do gênero

O IVC COMPROVA

qual a revista que é lida pelo
maior número de arquitetos, construtores
e industriais da construção em todo o país
qual a que é recebida por mais do dôbro de arquitetos
do que qualquer outra de seu gênero
qual a revista que tem a tiragem exata para o público certo
sem desperdícios
atingindo apenas a quem lhe interessa

ARQUITETURA É A REVISTA

para o seu anúncio, porque através de suas páginas
o senhor atinge
quase dez mil arquitetos, construtores
e industriais da construção no Brasil ou seja
o total dêsses profissionais em atividade
especificando e comprando os materiais
de construção, arquitetura e decoração
que o senhor fabrica ou vende



Entrevista imaginária com um arquiteto atualizado

P. Que tipo de piso, na sua opinião, apresenta as melhores condições para uso na arquitetura moderna?

R. Bem, além dos materiais tradicionais como os tacos de madeira, ladrilhos, mármore, existem os pisos vinílicos, que vieram criar possibilidades novas e muito interessantes.

P. Que tipo de possibilidades?

R. De ordem decorativa, por exemplo. Mas as vantagens não se limitam à beleza. Há também características como a incombustibilidade do piso vinílico à base de amianto, a resistência a ácidos, gorduras. . .

P. Quando o Sr. projeta uma casa, costuma ser decisiva a influência da espôsa do futuro proprietário para a aprovação do projeto?

R. Em muitos casos essa influência é decisiva. E é justo que assim seja, pois quem vai morar na casa mais tempo é ela, são seus filhos.

P. Então o Sr. pensa nisso ao especificar o tipo de piso?

R. Claro. Se ela deseja um piso que faça combinação de côres com o ambiente, que seja de fácil limpeza, então. . .

P. Então o Sr. recomenda Eterflex?

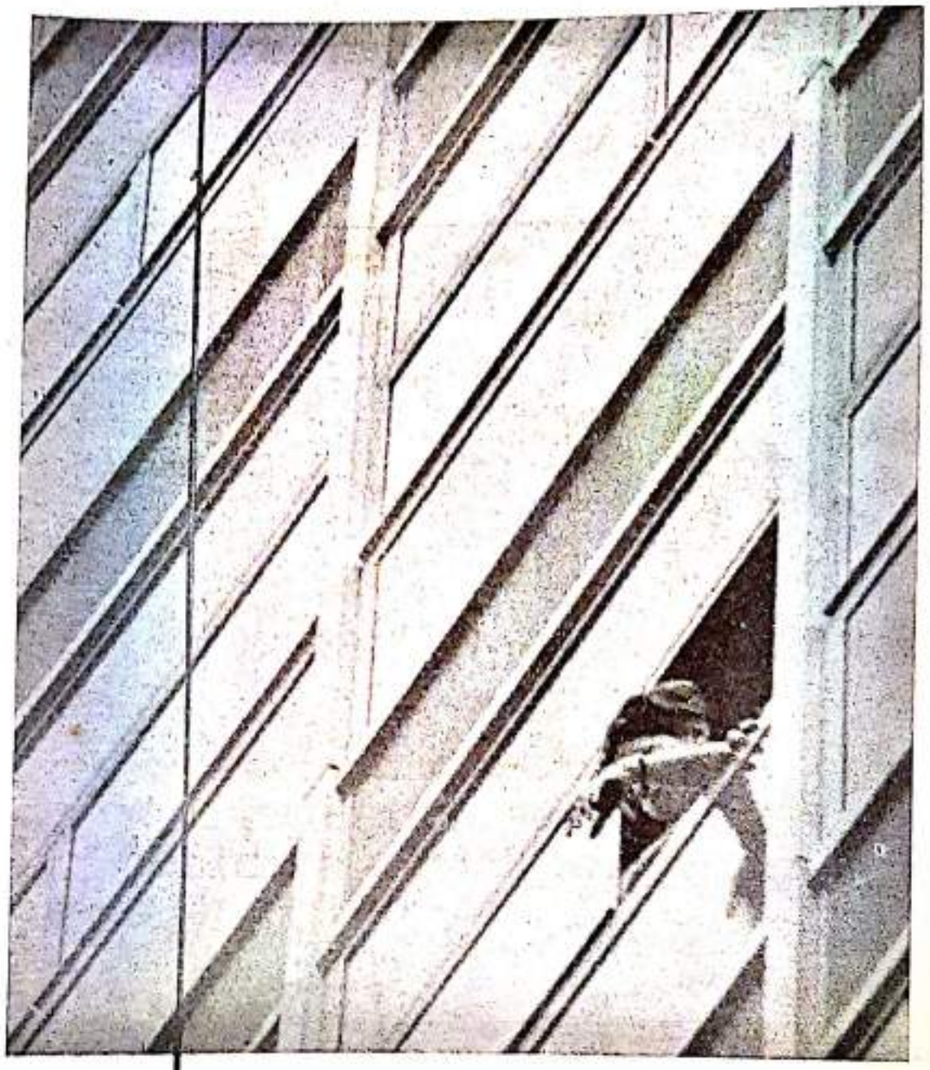
R. Cla. . . (Aqui a entrevista se interrompe, porque o entrevistado não quis dar a conhecer seu verdadeiro nome nem fazer publicidade comercial).

piso vinílico

Eterflex

com a garantia Eternit
mais de 60 anos de experiência
em materiais de construção

COLOCAÇÃO ALTAMENTE GARANTIDA. EM 12 CÔRES DE EXCEPCIONAL BELEZA, NO TAMANHO DE 30x30 CM. COM ESPESSURA SEMPRE UNIFORME. FORNECEMOS TAMBÉM RODAPÉS, TESTEIRAS PARA DEGRAUS DE ESCADAS, CORRIMÃOS. CONSULTE UM REVENDEDOR ETERNIT OU O DEPARTAMENTO ETERFLEX, À RUA MARQUÊS DE ITU, 70, SOBRELOJA. TEL. 36-1761 - SÃO PAULO.



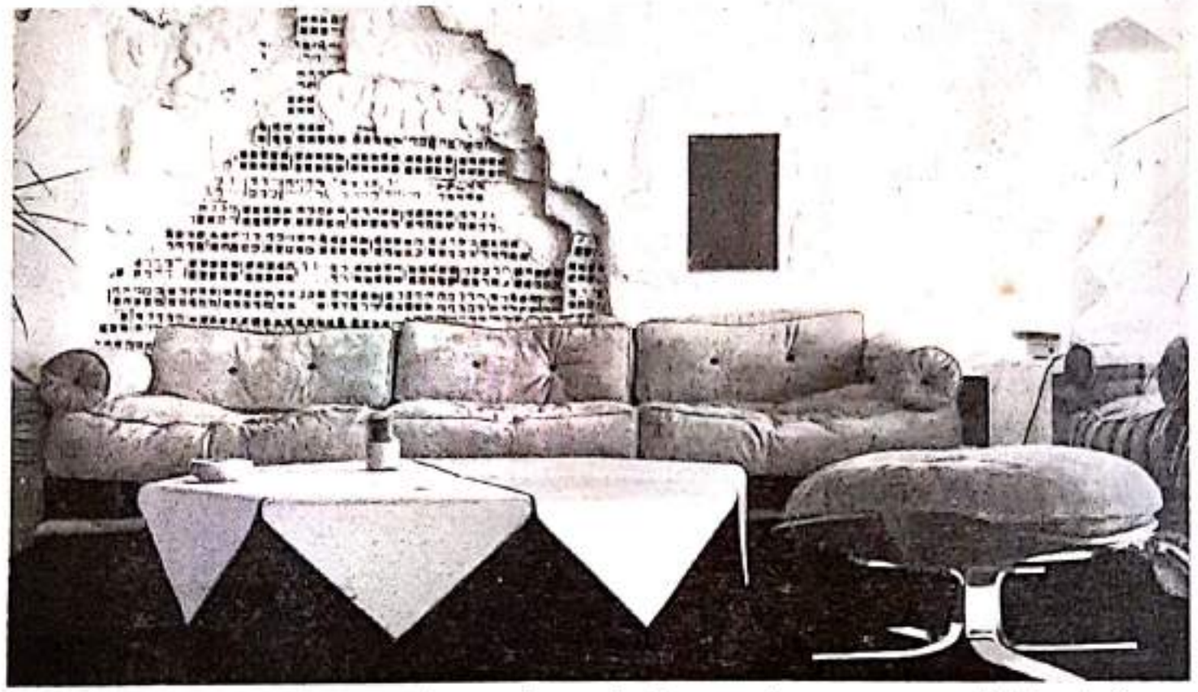
CLASSIFICADOS

Nós também nos preocupamos com a forma e ser funcional é um dos nossos objetivos. Vejam a diagramação do JORNAL DO BRASIL e agora a reformulação dos anúncios classificados. Êles estão mais bem apresentados, cada anúncio tem mais destaque, as letras são menores mas muito mais legíveis — permitindo escrever mais no mesmo espaço. E a nova classificação tornou mais fácil encontrar o anúncio que interessa. Nós estamos cada vez mais ligados a vocês e continuamos promovendo melhores oportunidades para todos.

JB JORNAL DO BRASIL



você já viu êsses móveis à venda em algum lugar do rio, não é?



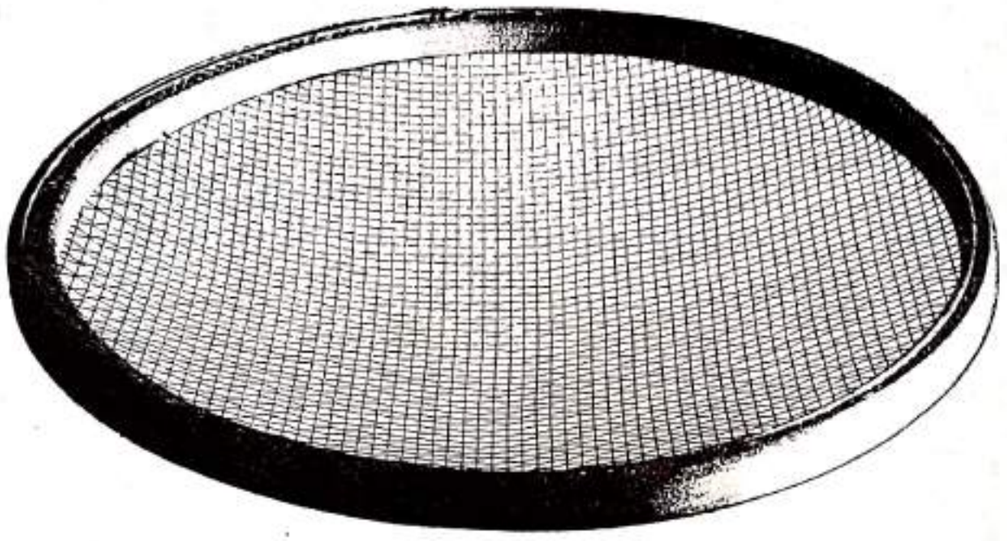
pois agora êles acham-se à venda exclusivamente em nossa filial, viu?

móveis
l'atelier

(você pode adquiri-los em 7 prestações mensais)
rua barão de ipanema, 29-a copacabana tel.: 37 67 88

mesmo que v. não precise agora de móveis visite l'atelier: sua loja do rio ganhou o 1.º prêmio do i. a. b. para decoração de interiores

Como isolante térmico o telhado vale tanto quanto isto:



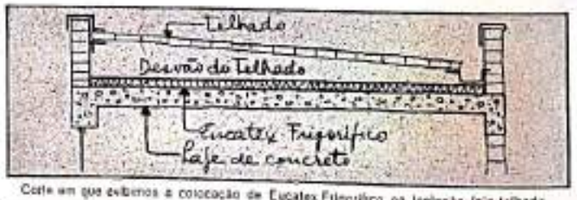
Seria preciso dizer a você que os telhados são excelentes condutores térmicos? Ou que a laje de concreto e o estuque também irradiam calor e frio? Seria insistir no óbvio. Nós lhe oferecemos uma solução prática e econômica de evitar essas desagradáveis invasões de calor e frio, que trazem desconfôrto ao ambiente.

E você também sabe que as variações bruscas de temperatura provocam trincas e rachaduras na laje de concreto e no estuque. A solução é usar um material termo-isolante, com reais condições técnicas para cumprir essa tarefa.

Eucatex Frigorífico, por exemplo. Colocado sobre a laje, Eucatex Frigorífico é uma barreira contra o calor e o frio. Seu coeficiente de condutibilidade térmica é dos mais baixos: $\alpha = 0{,}021$ Kcal.m/m².H°C. Sua colocação é o que existe de mais fácil: é só cortar as chapas e deposita-las sôbre a laje. Nem pregos é preciso usar.

Se é econômico? Basta olhar nossa tabela de preços.

Se é útil? Basta saber que Eucatex Frigorífico está sendo empregado na proteção de equipamentos industriais que valem centenas de milhões de cruzeiros. Alguma outra pergunta? Estamos às ordens.



Corte em que evidenciamos a colocação de Eucatex Frigorífico na isolação laje-telhado.

À Eucatex S.A. Indústria e Comércio
Av. Francisco Matarazzo, 530 - Caixa Postal 1683 - São Paulo
Desejo receber outros informes sôbre a aplicação de Eucatex Frigorífico na isolação laje-telhado

Nome: .....
Profissão: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... Estado: ..... ARQ 5

eucatex

– chapas para isolação térmica

ambiente - spazio

spazio móveis e decorações soc. an. concessionário exclusivo para a guanabara de ambiente indústria e comércio de móveis s. a.

uma linha completa de móveis para escritório e residência desenhados por arquitetos de renome internacional.

disponíveis em jacarandá-da-bahia e aço cromado para entrega imediata.

Consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb



ambiente - spazio

spazio móveis e decorações soc. an. concessionário exclusivo para a guanabara de ambiente indústria e comércio de móveis s. a.

uma linha completa de móveis para escritório e residência desenhados por arquitetos de renome internacional.

disponíveis em jacarandá-da-bahia e aço cromado para entrega imediata.

Consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb

Agora fabricamos revestimento Codeplac em madeira de lei legítima, com 3 metros e 5 centímetros de altura.

Eis por que: as paredes de 3 metros de altura nem sempre têm 3 metros de altura.

(Errar é humano.)

V. encontra revestimentos Codeplac em chapas de 3,05 m de altura com 1,22 m de largura. A espessura é de 5,5 mm.

As chapas com filétes claros têm miolo de pinho imunizado e as com filétes escuros têm miolo de cedro imunizado.

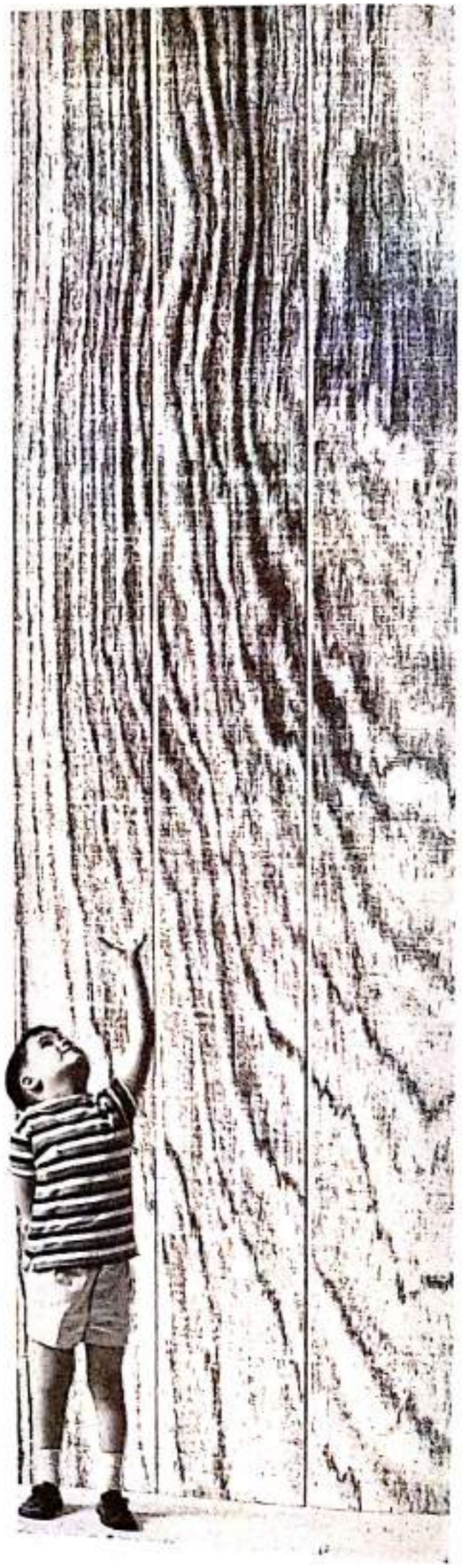
codeplac

Codega & Cia. Ltda.

Caixa Postal, 405
Curitiba, PR

Procure o seu revendedor Codeplac.

Standard Propaganda



Loggia

MOBILIÁRIO COMPLETO PARA RESIDÊNCIAS E ESCRITÓRIOS
OBJETOS DE ADÔRNO
GALERIA DE ARTE
TAPEÇARIA

Loggia interiores e decorações ltda.
rua hilário de gouveia, 57 a
rua barata ribeiro, 363
fone: 36 50 66 - 36 73 33



POLTRONA DE BALANÇO

A nova concepção da cadeira de balanço está neste poltrona que tem os pés fixos mas que possui molas ligando os braços ao assento é tôda estofada em espuma de látex e revestida em courvin; devido ao confôrto que proporciona é ideal para ambiente de leitura ou sala de estar.

ARCA

Arca em jacarandá maciço, com desenho das almofadas em estilo colonial brasileiro, própria para bar ou hi fi, podendo seu tampo servir também de assento; devido a sua linha sóbria. Adapta-se perfeitamente ao ambiente moderno.





MESA DE CENTRO

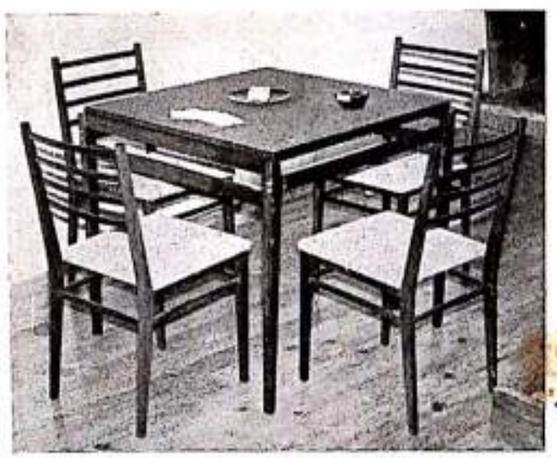
Mesa quadrada com estrutura em jacarandá da Bahia e tampo de mármore. Quatro banquetas também, em jacarandá com assento e estofado completam o conjunto; as banquetas podem ser guardadas sob o tampo de mármore, permitindo maior circulação no ambiente.

EUREAU

Mesa de escritório, em jacarandá da Bahia, com estrutura em alumínio, dois gaveteiros, podendo ser com ou sem painel dianteiro.

A cadeira giratória tem braços e encôsto em jacarandá moldado o assento em couro. A estrutura é em metal cromado com a base em cruzeta sôbre rodas. O bureau e a cadeira formam um conjunto para escritório de grande sobriedade.

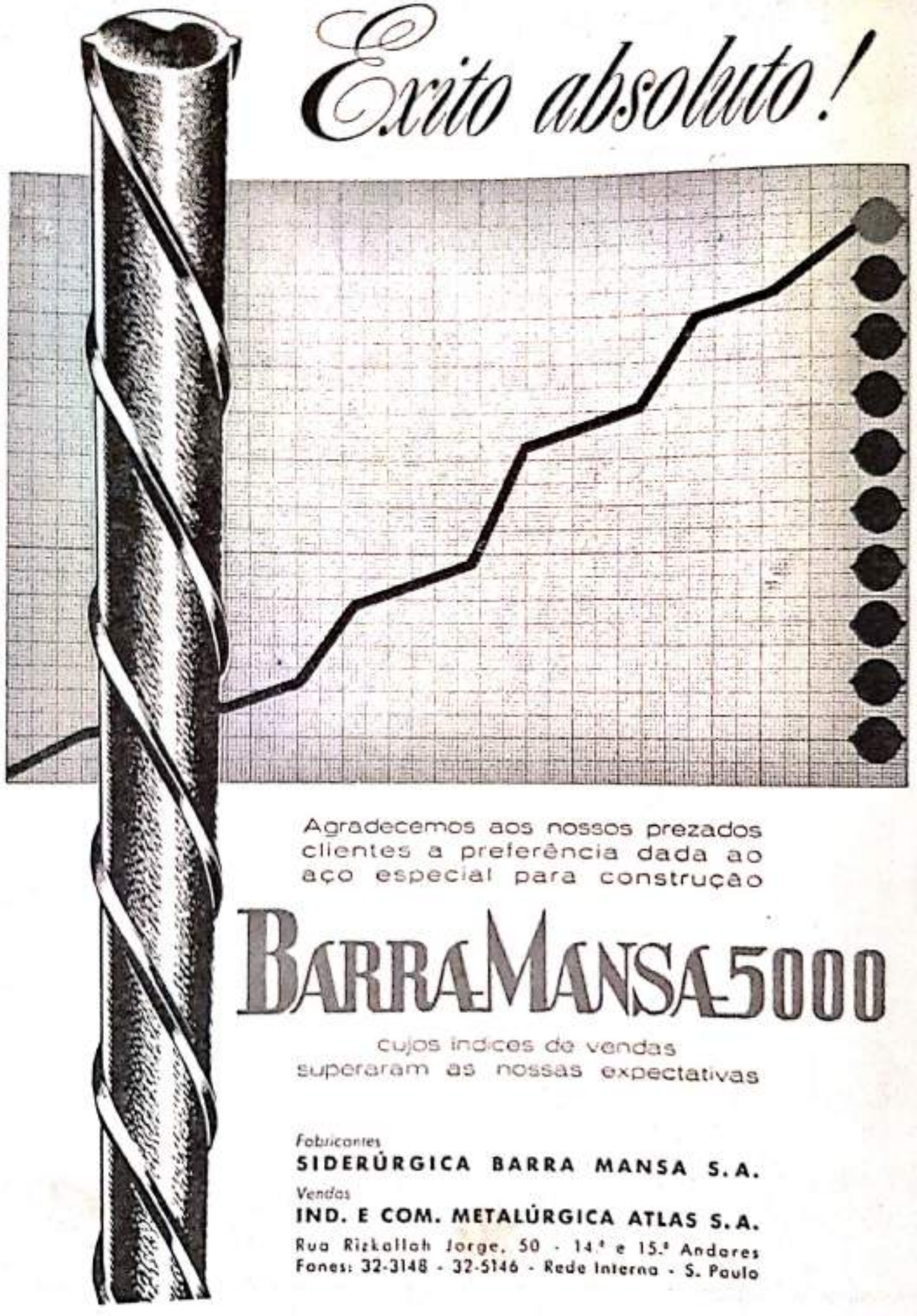




- FACILITAMOS EM 7 PAGAMENTOS
- ASSISTÊNCIA GRATUITA DE ARQUITETOS PARA PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO

MESA DE JÔGO

Mesa de jôgo com estrutura em jacarandá e tampo reversível, forrado em feltro o jacarandá, podendo eventualmente servir de mesa de chá. As cadeiras são de jacarandá, réguas no encosto e assento rústico em palha de tabua.



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

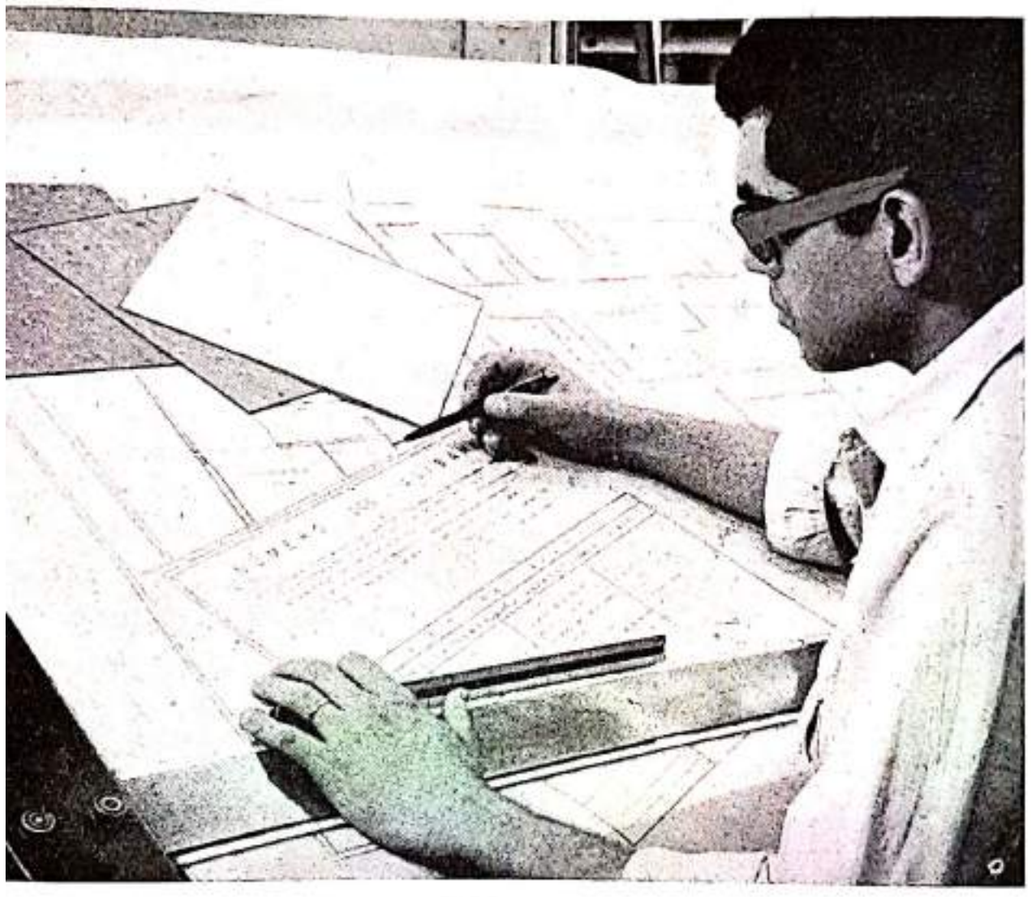
Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.
Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

lante termoacústico. Atrito amortecido.

Espessuras sempre uniformes. 33 belíssimas côres inalteráveis. Placas de 35 x 35 cm e 75 x 75 cm, com 3mm de espessura, para o padrão Mármore. De 25 x 25 cm, com 2mm de espessura, para os padrões Liso e Terrazzo.

Para melhor acabamento, fornecemos rodapés e testeiras para degraus de escadas. Consulte nosso Departamento de Revestimentos, que lhe dará total assistência técnica.

vulcapiso



Um produto VULCAN

Av. Rio Branco, 156 - 20.º andar
Tel.: 42-6010 e 42-4066
Rio de Janeiro - GB.

Alta tensão não freqüenta sua casa: temos que civilizá-la para você.



Transportada, em alta tensão, às áreas de consumo, a energia elétrica é transformada nas estações receptoras. Com seu Plano de Expansão, a Light está aumentando em 70% sua capacidade de fornecer energia transformada ao progresso: iluminação pública, indústria, comércio, residências. Poderosa estação receptora em Campo Grande vai beneficiar os atuais e futuros consumidores de Campo Grande, Realengo, Bangu, Padre Miguel, Santíssimo, Santa Cruz e Guaratiba. Outra, em Olaria, abastecerá por completo Olaria, Bonsucesso, Cordovil, Ramos, Penha e Brás de Pina. Uma terceira, no Flamengo, atenderá às necessidades da Zona Sul.

RIO LIGHT S. A. serviços de eletricidade

A SERVIÇO DO PROGRESSO DO BRASIL

ARQUITETURA

N.o 43 — Janeiro — 1968

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1.301 — Publicação da Editôra Artenova Ltda. - Beco dos Barbeiros, 6, Grupo 201 - GB.

Conselho de Redação: Mauricio Roberto, presidente; Edgar Graeff, Ernani Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Icaro de Castro Mello, Jorge Machado Moreira, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alvaro Pacheco; Alfredo L. Britto — IAB; Mauricio Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RGS; Jorge Wilhelm — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Melo — IAB-PE; Odilon Santos Neto — IAB-BA; Almir Fernandes — IAB-PR; Elio Vianna — IAB-ES; José Armando Farias — IAB-CE.

Editor:
Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Mauricio Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Britto — IAB.

Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB) — Alex Nicolaeff (IAB) — Cleber Ribeiro Fernandes — Fernando Abreu (IAB) — Ferreira Gullar — José Guilherme Melquior — Jota — Leandro Tocantins — Luis Miranda Corrêa — M. Cavalcanti Proença — Marcelo Olmos Diaz (IAB) — Versões: John Knox (inglês); France Knox (francês); Eraldo de Almeida (Arte).

Editôra Artenova Ltda. — Diretores: Alvaro Pacheco e Odylo Costa filho — Beco dos Barbeiros, 6, Gr. 201 - GB

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1.301 — tel. 22-1703. — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Beco dos Barbeiros, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2041; Rio — GB.

Representante em São Paulo: REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512.

Esta publicação é recebida por todos os arquitetos no exercício da profissão no Brasil, firmas construtoras, escritórios técnicos de urbanismo, engenharia e arquitetura, decoradores e lojas de móveis e decorações, instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, repartições públicas ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: preço do exemplar: Cr$ 700,00; número atrasado Cr$ 1.000,00; exterior US$ 1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 6.600,00; exterior: US$ 10;

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e impressão: EDIGRAF — Editôra e Gráfica Ltda. — Pç. Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

Capa: Perspectiva (Arq.º Paulo Casé).

ARQUITETURA É FILIADA AO IVC

SUMÁRIO

Editorial

4 Tentativa de descrédito.

Concursos

5 Conjunto Turístico Gran Kursaal - Marítimo de San Sebastian.
Arq.os Roberto Luiz Gandolfi, Luis Forte Netto, José Maria Gandolfi, Jaime Lerner e Lubomir Ficinski Dunin

9 Teatro Nacional de Ópera em Madrid.

16 Escolas de Arquitetura na VIII Bienal de São Paulo.

17 Centro Esportivo no Paraná.
Arq.os Acácio Bitu, Carlos Eduardo Conceiva, Dagoberto Kolvenlopp, José Hermeto P. Sanchotene, José Vicente A. do Socorro e Jurandir Santana Nogueira

18 Centro Esportivo para 10.000 estudantes na Cidade Universitária do Rio de Janeiro.
Arq.os André Lopes, Diana Magalhães, Eduardo Orla e Ligia Gomes

Artigos

12 A propósito de moinhos de vento.
Arq.º Paulo de Azevedo, IAB-GB

14 A cidade.
Robert Smith

25 O Quotidiano, Arte e Arquitetura.
Arq.º Sylvio de Vasconcellos, IAB-MG

27 Arquitetura e Pesquisa.
Arq.º Glildo A. Montenegro, IAB-PE

Painel

20 Centro de Operações do Sistema "Light" — SP.
Arq.os Mauro Zucconi, Nelson Antônio Batistucci, Roberto Monteiro, Rodolpho Manzuelo Dini, Walter Caprera, IAB-SP

21 Edifício na Av. Henrique Dodsworth — GB.
Arq.º Paulo Hamilton Casé

22 Banco de Londres, Buenos Aires.
Arq.os Sanchez Elia, Peralta Ramos e Testa

23 Casa para fim de semana em Teresópolis.
Arq.º José T. R. de Araújo

24 **Charge**
Fortuna

Paisagismo

29 Planejamento das áreas verdes municipais.
Arq.º Wit-Olaf Prochnik, IAB-GB

Técnica

32 Arquitetura e acústica.
Arq.º Alberto Vieira de Azevedo

33 P. - NB - 140 — Especificação - I.

35 **Destaque**

37 **Diálogo**

38 **Notícias**

41 **Legislação**

"EVERYDAYNESS" IN ART AND ARCHITECTURE

Sylvio de Vasconcellos, architect

Everydayness — the quality of every day life linking man to his surroundings and giving point and purpose to his work in every domain—how is it that everydayness and art have parted company?

From ancient Greece to France in the first quarter of this century, from Rembrandt to Van Gogh, and in Brazil from Frans Post to Mestre Valentim to Portinari, art has always been concerned with local colour and local problems striving to fix the fleeting present, not so much for posterity as for the present itself. In architecture —the art, after all, of designing structures for the use and delight of man—the operative word has always been use, and Greek temple or Renaissance palace, the villa house of the master or the cabin of the slaves, have always met the requirements and fulfilled the aspirations of the people at large.

Now, however, art seems incapable of adjusting to the realities of its own time and space, and takes refuge in the past, the impossible, or the ivory tower of Utopian abstractions. Outstanding on the one hand is the cult for the antique in decoration — anything, however old, badly made or absurd, so long as it is old—and on the other the enslavement of architecture to the outer form, with nothing but contempt for inner convenience. The garish, striking facade, ornamented in the latest fashion, is only the shell for a rabbit warren of overpriced apartments that are increasingly small, uncomfortable and soulless.

It is not the writer's intention to set up the figurative as a constant in the plastic arts or reduce architecture to expressionless functionalism. Such a position would be not only indefensible but ridiculous. Art is based on freedom of creation, and all processes and techniques are valid. The world is going through a crisis and art is bound to express it. Architecture must always have a plastic intention. But acceptance of these premises is no reason for divorcing either from the world we live in.

Strangely enough, while art and architecture flee from everyday life like the devil from the sign of the cross, industry is far more adaptable and comprehensive. An automobile or an icebox is much better fitted to the needs of the present generation of men and women both practically and aesthetically, than the dwellings that are being built for them. The manufacturer pays close attention to what the people want and anticipates their desires, but art has become commercialised. Critics and buyers attach little importance to the quality of a work of art; they are guided by the signature, and the connoisseur follows the fluctuations in the price of painters as avidly as the speculator analyses market trends in stocks and shares. The situation is much the same in architecture, and "brutalism" is a protest disguised as a novelty. What is lacking in both is life, for it would seem that life is no longer an asset and love is only hate and tragedy. Beauty and gracious living are things of the past. There is no future and the present is contemptible.

There is horror and suffering in the world of today; there are grounds for misgiving, for a lack of confidence in man's ability to steer clear of self-destruction, and art is justified in reflecting this sorry state of affairs. But that is not all. Faith in humanity and an urge toward the ideal will always stir in the heart of man, however bitterly tormented by pain or misfortune. Instead of taking flight in a morbid fascination for nightmares and machine monsters, slapdash "inspiration" or the aberrations of meaningless abstractionism, the artist and the architect should come down to earth and consider the significance of everyday life, a kitchen chair, the café on the street corner, the casual gesture, and the reason why Van Gogh painted his boots or the sunflower in his garden — a plant rooted in the ground, yet with a bloom always facing the sun and filtering it into beauty.

THE CITY

Robert Smith

Bahia, capital of Brazil from 1549 to 1763, was modelled on Lisbon and Oporto. Built on a high bluff and fortified, the upper town was reserved for churches and convents, public buildings and noble mansions, and connected to the business and trading quarter above the waterfront—the lower town—by narrow winding streets almost inaccessible to vehicles. In this, it is paralleled in the Americas only by Quebec, which is equally mediaeval in layout. Unlike the Spaniards, who were ordered by law to construct their colonial towns in a regular chequerboard pattern around a central plaza, the Portuguese allowed their city to grow by spreading over the vacant land between arbitrarily chosen sites of chapels, manor houses and markets. These traits are to be found to a lesser extent in Olinda, Rio de Janeiro and the older cities of Minas Gerais, but they are only exemplified in Bahia with such close resemblance between the former colony and the mother country.

SPEAKING OF WINDMILLS

Paulo de Azevedo, architect

Itaparica is an island about 60 square miles in area at the entrance to All Saints' Bay, on one horn of which the city of Bahia is situated. At the top of a hillock a hundred feet high near the village of Mar Grande, a masonry tower with cut stone trim was recently discovered by the writer. Belonging to a grain mill probably built by the Jesuits in the seventeenth century, the wall is 5 feet thick at the base and 29 feet outside diameter, rising 17 feet to a coping with a groove carved in it for the wheels of the wooden top which was revolved by means of a windlass and ropes attached to five stone rings still to be seen around the circumferences of the tower. The windwheel, with sails of variable pitch, was no doubt mounted in the usual way on a drive shaft sloped downwards to allow for the dip of the wind, and the motion was geared up through a large toothed wheel meshing with a pinion on the vertical shaft which turned the millstone on a floor 11 feet above ground, reached by a spiral stone staircase. The entire system, including the gears, seems to have been made of wood, but the stonework is keyed with iron. Though Dutch troops occupied the island in 1647, they were expelled the same year by the local population and the Portuguese design of the structure precludes any possibility of it having been the work of the invaders. In view of the rarity of such constructions in Brazil, this windmill deserves to be restored and classified.

ARCHITECTURE AND RESEARCH

Gildo A. Montenegro

Brazilian architecture has earned an enviable reputation for freedom and liberality of form, but little has been done in the way of methodical research in the qualities, ecology, working, industrialization and cost accounting of building materials. The new products of industrialization may gain popularity for their strength and appearance or they may die an early death, but no post mortem is ever conducted, at any rate by the architect, who is interested, incidentally, not so much in coefficients of tensile strength, as in the behaviour of the material in sunlight (refraction index, calorific energy liberated, etc.).

In the past, the progress of technology was so gradual that there was no particular difficulty in keeping pace with it, especially as the architect was in charge of construction work on the site and made changes as soon as he saw them to be necessary. The Industrial Revolution and the generalized use of standard products has tended to place him at the mercy of catalogue copywriters and keep him with his nose to the drawing board. It is not suggested that the architect should resume an active role in the building yard, incessantly a stockpile of finished or semi-finished materials, but that he ought to take a more lively interest in laboratory research, not only by acquiring a working knowledge of the various sciences concerned, but through the direct action of a non-profit organization grouping a specialized team of researchers who would investigate such aspects as natural lighting and ventilation, temperature control, public health and anatomical comfort research, analysis of the use of regional materials in low-income housing, recovery of blighted areas, zoning, and the stifling effect of skyscrapers on big cities.

By nature, training and tradition the architect is somewhat averse to science and technology, leaning rather towards a sentient philosophy than to critical reasoning. Hence, as yet, few people see the need for a research institution capable of creating a science of construction, nor for the arduous labour this will call for, not only from architects but also from engineers, doctors, sociologists, chemists, physicists, industrials, geographers and other co-workers. Finally, the backing of private and public bodies, building contractors and manufacturers, must be secured and ample publicity given to the eventual findings of the organization.

PLANNING OF GREEN SPACES

Wit-Olaf Prochnik, architect

One of the most important sectors of townplanning is concerned with green spaces. In the simple case of a public square, dealt with particularly in this article, the choice of a site, its landscaping and appointments, demands a preliminary survey of social and economic factors such as: demographic density, distances and transport, rentability and facilities for expansion. Both direct and indirect rentability must be considered, the former covering the concession of premises for trade or amusements, rental of installations for festivals and meetings, sale of seedling plants, etc., the latter the rise in land values and the consequent increase in revenue from rates and taxes, the accretion of political prestige, sentiments of neighbourhood solidarity, etc. It is advisable, at this point, to consult with leading citizens likely to be interested in the project. Subsequent questions to be settled involve: rational planting of vegetation; provision for rainwater runoff; manual or automatic watering and storage of a supply for times of drought; artificial lighting; works such as benches, sidewalks, kerbstones, pergolas, fountains and ornamental pools; sculptures and murals. Throughout, climatic conditions and convenience of the user should take precedence over aesthetics and in particular over a snobbish tendency to imitate foreign solutions, all very well in their place but quite unsuitable for the tropics.

Care must be taken to provide ample space for civic events such as military parades, political meetings, the commemoration of local or national anniversaries, fireworks displays and folklore festivals. Keep-off-the-grass signs are useless if accomodation on gravelled walks and open spaces is insufficient. A bandastand, dais or pavilion, which can be used by folk dancers or singers or public speakers, will serve to localize such events, simplifying the problems of parking, circulation, illumination and loudspeaker circuits.

While there should be enough room for everyone, there should not be too much, for, however well they may be landscaped, deserted gardens are apt to be saddening and, above all, entail needless expense in upkeep; it is better to plan small and leave ample provision for expansion when required. Nonetheless, there are individuals who do not care for crowds and, for such people, quiet nooks must be provided where they can read their daily paper in peace or watch the birds that will certainly be attracted to the new square.

Facilities for recreation depend naturally upon age, and, their location on the distance that can reasonably be covered by the various age groups. A two-year-old and his nursemaid cannot be expected to travel as far as a teenager or a young athlete. Thus for a population of 30 to 39 thousand, it would be wise to plan eight play-lots for the babies, four playgrounds for children of eight to fifteen years of age, and one playing field for adolescents and adults, all of which should be suitably enclosed and unexposed to the dangers of automobile traffic.

Playgrounds should always be supervised by properly trained counsellors and provided with sand-boxes, hurdles, parallel bars, tunnels for hide-and-seek, seesaws, swings, chutes and slides. An old jeep or a broken-down truck, gaily painted, is an added attraction.

The preservation of the natural landscape and the creation of an artifical one alike demand careful consideration of climate, soil composition and the lay of the land. Transplantation from nursery to flower-bed or herbaceous border should be done with due thought to the season of flowering, to ensure a colourful display all the year round. Often shrubs or trees from one part of the country can be used to advantage in the parks and gardens of another. A summary of the typical vegetation of each region is given at the end of the article.

ARCHITECTURE AND ACOUSTICS

Albert Vieira de Azevedo, architect

It is an established fact that unfavourable acoustics reduce the working efficiency of industrial personnel, and it is no less certain that most noise can and ought to be deadened. Questions of hygiene and safety are involved, and official regulations generally insist upon noise being limited to the factory area.

A rational systematic study of the sources and causes of noise must be undertaken if adequate treatment is to be prescribed. Three main lines of attack are open to the technician: 1) Suppression of insulation at source (e. g. by replacing steel gears by plastic ones); 2) Prevention of sound wave propagation, the weak points in any insulation scheme usually being centered in ducts and piping, partitions, walls and flooring; 3) Acoustic treatment by the use of suitable soundproofing materials on walls, floors and ceilings.

Noise above a certain threshold not only causes discomfort but may lead to the development of vocational ailments. The problem of noise is as old as the faculty of hearing; the means of solving is are now available. Though there is no mention of it in the Book of Genesis, the creation of the world must have been quite a noisy business, but then only God was around to hear it.

LE QUOTIDIEN EN ART ET ARCHITECTURE

Sylvio de Vasconcellos, architecte

Pourquoi le quotidien — cette qualité de chaque jour qui unit l'homme à son entourage et donne un sens et un but à son travail en tous domaine — a-t-il abandonné l'art?

De l'antiquité grecque à la France des deux premières décennies de ce siècle, de Rembrandt à Van Gogh, et au Brésil de Franz Post à Mestre Valentim à Portinari, l'art s'est toujours soucié de la couleur locale et des problèmes locaux en essayant de fixer le présent fugitif; non pour la postérité mais pour le présent lui-même. En architecture — l'art, après tout, de dessiner des structures à l'usage et pour le plaisir de l'homme — le mot essentiel a toujours été l'usage, et les temples grecs ou les palais de la Renaissance, la grande maison du maître ou la case de l'esclave ont toujours répondu aux besoins et remplis les aspirations du peuple.

Maintenant, au contraire, l'art semble incapable de s'ajuster aux réalités du temps et de l'espace et il se réfugie dans le passé, ou l'impossible ou la tour d'ivoire d'abstractions utopiques. D'un côté, le culte pour l'ancien en décoration — n'importe quoi même inutile, laid, mal fait ou absurde, du moment que c'est vieux — et de l'autre l'esclavage de l'architecture à la forme extérieure et un profond mépris pour les commodités intérieures. La façade criarde, généralement de mauvais goût et décorée à la dernière mode est le masque d'appartements — vraies cages à poules — aux loyers d'un prix exorbitant malgré leurs dimensions de plus en plus réduites, leur inconfort et manque d'âme.

Lésuteur n'a pas l'intention pour autant de préconiser uniquement le figuratif pour les arts plastiques ou de réduire l'architecture au fonctionnel sans expression; cette attitude serait non seulement indéfendable mais stupéde. L'art est basé sur la liberté de création et toute technique est valide. Le monde traverse une crise que l'art doit exprimer et l'architecture doit toujours avoir une intention plastique. Mais d'accepter ces principes n'est pas une raison pour séparer l'art du monde dans lequel nous vivons.

Chose curieuse, à mesure que l'art et l'architecture s'éloignent de la vie quotidienne comme le diable du benitier, l'industrie s'en rapproche de plus en plus et de façon très compréhensive. Une voiture ou une glacière sont bien mieux agencées aux besoins de la génération actuelle, à la fois pratiquement et esthétiquement, que les logements qui les abritent. Les fabricants font très attention aux nécessités du peuple et anticipent le plus souvent ce que celui-ci désire, cependant que l'art s'est commercialisé. Les critiques et les acheteurs n'attachent que peu d'importance à la qualité d'un travail artistique, ils se laissent guider par la signature, et le connaisseur suit les fluctuations de prix des peintres aussi avidement que le spéculateur suit les indices de la Bourse. Pour l'architecture, la situation est la même et le brutalisme est une protestation déguisée en nouveauté. Ce qui manque aux deux, c'est la vie. Il semble même que la vie n'est plus un bien précieux et que l'amour s'est transformé en haine et tragédie. La beauté et l'existence aimables sont d'un temps révolu. Il n'y a plus d'avenir et le présent est méprisable.

Le monde d'aujourd'hui est plein d'horreur et de souffrance et l'art est le reflet du manque de confiance en l'être humain de pouvoir éviter sa propre destruction; mais l'art doit aller plus loin. La foi en l'humanité et un besoin d'idéal émouvront toujours le cœur de l'homme même s'il est tourmenté par la douleur ou l'adversité. Au lieu de s'évader dans des cauchemars morbides et la fascination de machines-monstres, "l'inspiration" à la six-quatre-deux ou les aberrations d'abstractions sans le moindre sens l'artiste et l'architecte doivent retomber sur terre et considérer la signification de la vie de chaque jour, la chaise de la cuisine, le café du coin, les gestes coutumiers, et la raison pour laquelle Van Gogh a peint ses chaussures ou les tournesols de son jardin — plante enracinée dans la terre mais dont la fleur regarde toujours le soleil dont elle absorbe la beauté.

LA VILLE

Robert Smith

Salvador de Bahia, capitale du Brésil de 1549 à 1763, était modelée sur Lisbonne et Porto. Construite sur une colline escarpée et fortifiée, la ville haute était réservée aux églises et couvents, monuments publics et hôtels particuliers et communiquait avec les quartiers commerciaux du bord de mer — la ville basse — par des routes presque inaccessible aux véhicules. Cet ensemble n'a d'équivalent dans les deux Amériques, que Québec, de planification également médiévale. Au contraire des Espagnols qui étaient obligés par la loi de construire leurs villes coloniales selon un plan réglé comme du papier à musique autour d'une place centrale, les Portugais laissaient leurs villes croître en construisant sur la terre restée libre entre les points arbitrairement choisis pour les églises, manoirs et marchés. On retrouve ces caractéristiques, mais à un degré moindre, à Olinda, Rio de Janeiro et les villes anciennes de Minas Gerais; mais la ressemblance profonde entre l'ancienne colonie et la mère patrie n'est vraiment remarquable qu'à Salvador.

A PROPOS DE MOULINS À VENT

Paulo Azevedo, architecte

Itaparica est une île d'environ 24 500 hectares, située à l'entrée de la baie de Tous-les-Saints, sur laquelle la ville de Salvador est située. Au sommet d'une petite colline d'une trentaine de mètres, près du village de Mar Grande, l'auteur a découvert récemment une tour en maçonnerie avec parements de portes et fenêtres en pierre de taille, appartenant à un moulin à vent probablement construit par les Jésuites au dix-septième siècle. Le mur d'environ 1 m 30 d'épaisseur à la base et de 8 m 80 de diamètre extérieur, s'élève à 5 m 20 de haut jusqu'à un couronnement avec rainure pour les roues du corps supérieur en bois qu'on tournait à l'aide d'un treuil et de cordes attachées à cinq anneaux de pierre qui se voient encore sur la tour. Les ailes à pas variable étaient sans doute montées comme à l'habitude sur l'arbre moteur légèrement en pente pour correspondre à l'inclinaison du vent, et le mouvement de rotation était multiplié par une grande roue dentée s'engrenant à la lanterne de l'axe vertical qui commandait la meule, placée sur un plancher à 3 m 40 de haut auquel on accédait par un escalier de pierre en colimaçon. Le système entier, y compris les engrenages, devait être en bois, mais les pierres de taille, bandées de fers. Les troupes hollandaises ont occupé l'île en 1647, mais elles en étaient expulsées la même année par la population locale, et le dessin portugais de la structure écarte toute possibilité que ce travail ait été l'œuvre des envahisseurs. En raison de la rareté des constructions de ce genre au Brésil, ce moulin doit être restauré et classé.

ARCHITECTURE ET RECHERCHE

Gildo A. Montenegro

L'architecture brésilienne a obtenu une juste réputation en tant que liberté et générosité de forme mais a très peu fait au point de vue examen méthodique des qualités écologie, travail, industrialisation et prix coûtant des matériaux de construction. Les nouveaux produits industriels peuvent devenir très appréciés en raison de leurs solidité et apparence, ou bien disparaître rapidement du marché, mais les raisons ne sont pas encore l'objet de recherche, surtout de la part de l'architecte qui n'est généralement pas aussi intéressé dans le coefficient de rupture à la traction que dans le comportement du matériel au soleil (indice de réfraction, énergie calorifique libérée, etc.).

Autrefois, le progrès en technologie était si graduel qu'il n'y avait guère de difficulté à se tenir au courant, et l'architecte, chargé du travail de construction sur le terrain, faisait des changements quand il le jugeait nécessaire. La révolution industrielle et l'emploi généralisé des produits standardisés a eu tendance à le placer de plus en plus à la merci des renseignements souvent exagérés des catalogues et le laisser le nez sur sa table à dessin. Nous ne suggérons pas à l'architecte de reprendre un rôle actif sur le chantier plein de matériaux partiellement ou entièrement fabriqués, mais de s'intéresser davantage aux recherches de laboratoire, non seulement en acquérant la connaissance générale des différentes sciences en question mais aussi en créant une organisation active non-commerciale réunissant une équipe spécialisée de chercheurs qui s'informeraient sur l'éclairage et ventilation naturels, contrôle de la température, santé publique, recherches anatomiques pour le confort, analyse de l'utilisation du matériel régional pour les logements économiques, récupération des quartiers malsains et surpeuplés, zonage, et de l'effet suffocant des gratte-ciels sur les grandes villes.

Par nature, éducation et tradition, l'architecte est assez hostile à la science et à la technologie; il s'appuie plus volontiers sur une philosophie de sentiment que sur la raison critique: c'est pourquoi jusqu'à maintenant peu de gens sentent le besoin d'un service de recherche capable de créer une science de construction, ni du travail ardu que cela demanderait non seulement de la part des architectes mais aussi des ingénieurs, médecins, sociologues, chimistes, physiciens, industriels, géographes et autres. Finalement, il faudra s'assurer le soutien d'entreprises privées et officielles de constructeurs et de fabricants et faire une grande publicité autour des travaux de l'organisation.

LES ESPACES VERTS

Wit-Olaf Prochnik, architecte

Le secteur sans doute le plus important de la planification urbaine est celui qui s'occupe des espaces verts.

Dans le simple cas d'une place objet principal de cet article, le choix de l'endroit, son paysage et aménagement, demandent une étude préalable des facteurs sociaux et économiques très que la densité démographique, distances et moyens de transport, rentabilité et facilités d'expansion future. La rentabilité a la fois directe et indirecte doit être considérée, la première couvrant la concession de locaux pour le commerce et les divertissements, loyers d'installations pour fêtes et réunions, vente de jeunes plants, etc., la dernière la valorisation des terrains et par conséquent l'augmentation des revenus en impots et contributions, l'accroissement de prestige politique, sentiments de solidarité communautaire etc. Il est donc opportun de s'entendre avec les gens importants du quartier, susceptibles de s'intéresser à ce project. D'autres questions à résoudre comprennent: une plantation rationnelle de la végétation, provision pour l'évacuation des eaux de pluie, arrosage manuel ou automatique et réserve d'eau pour la période de sécheresse. Illumination artificielle, bancs, trottoirs bordures, pergolas, fontaines et bassins, sculptures et fresques. Au cours du project, les conditions de climat et la commodité de l'usager prédomineront sur le côté esthétique, particulièrement en ce qui concerne la tendance snobe qui consiste à imiter les solutions étrangères, sans doute excellentes mais convenant mal aux tropiques.

Il faut réserver autant que possible un vaste espace pour les événements publics comme les parades militaires, réunions politiques, commémoration d'anniversaires locaux ou nationaux, feux d'artifices, processions et fêtes folkloriques. Les avis défendant de marcher sur les pelouses sont inutiles si les passages libres sont insuffisants. Un kiosque à musique, une estrade ou un pavillon pouvant être utilisé par des danseurs chanteurs ou orateurs aidera à localiser ces manifestations et simplifiera les difficultés de parking, circulation, circuits d'éclairage et de haut-parleurs.

Bien, que chacun ait besoin de place il n'en faut pas trop car, pour aussi bien dessinés qu'ils soient, les jardins déserts semblent tristes et surtout entraînent à des dépenses d'entretien inutilement inutiles: il est préférable de planifier petit et prévoir des possibilités d'extension. Malgré tout, il y a des gens qui n'aiment pas la foule et pour eux des endroits paisibles seront aménagés où chacun pourra lire son journal en paix ou regarder les oiseaux attirés par le nouveau square.

Les playgrounds seront toujours surveillés par des moniteurs qualifiés et auront des tas de sable, échelles de corde, tranèze anneaux, balançoires et tunnels pour jouer à cache-cache. Une vieille jeep, un vieux camion peints de couleurs gaies ajoutent à la joie des enfants.

La sauvegarde du paysage naturel ou la création d'un artificiel demandent, l'un comme l'autre, l'étude détaillée du climat de la composition du sol et du relief. La transplantation des plantes de la pépinière aux parterres devra se faire en considérant l'époque de la floraison pour avoir un beau lieu de couleur tout le long de l'année.

Un résumé de la végétation typique de chaque région du Brésil est donné à la fin de l'article.

ARCHITECTURE ET ACOUSTIQUE

Alberto Viera de Azevedo, architecte

C'est un fait établi qu'une acoustique défavorable réduit l'efficacité du personnel industriel et il n'y a pas de doute non plus que la plupart des bruits doivent et peuvent être amoindris. Des questions d'hygiène et d'accidents de travail font partie du problème et, d'une façon générale, les règlements officiels insistent pour que le bruit soit limité à la zone de l'usine.

Les origines du bruit doivent être étudiées rationnellement et systématiquement pour y remédier par une méthode approuvée. Trois lignes d'attaque principales sont ouvertes au technicien: 1) supprimer ou isoler à la source, en remplaçant, par exemple les engrenages d'acier par d'autres en plastic; 2) empêcher le bruit de se répandre, sans oublier que les points faibles se trouvent généralement dans les gaines et canalisations, cloisons murs et planchers; 3) aclmer l'acoustique, en employant des matériaux insonores convenant aux murs, planchers et plafonds.

Le bruit au-dessus d'un certain niveau est non seulement dépriment mais peut conduire à des maladies professionnelles. Le problème du bruit est aussi vieux que la faculté d'entendre et les moyens de le résoudre sont maintenant possibles. Bien que la Genèse n'en parle pas, la création du monde a dû faire un bruit épouvantable mais il n'y avait alors heureusement que Dieu pour en être assourdi.

Tentativa de Descrédito

O que se está tentando inculcar em certos setores do complexo da construção é de uma impressionante má-fé. Pretende-se demonstrar que na construção a parte dedicada ao planejamento é desnecessária, inútil e simplesmente onerosa. Partindo do princípio de que é necessário reduzir os custos, concluem que, para tanto, basta eliminar os honorários dos técnicos encarregados do planejamento das obras — arquitetos, e engenheiros de muitas especializações.

Uma revista que divulga preços de materiais, em seu primeiro número de 1966, estampa, a êsse respeito, matéria que não pode ficar sem contestação, pois lança sôbre as profissões do engenheiro e do arquiteto injustificável descrédito e suspeição.

O "Boletim de Custos", assim se intitula a revista, informa que resolveu eliminar dos seus orçamentos "tôdas as despesas decorrentes de custos de projetos de arquitetura, cálculo estrutural, projetos de instalações, assim como encargos de engenheiro fiscal na obra". Com isto, visa o "B. C." (sic) "apresentar o Custo Direto real das obras e serviços de construção excluindo daqueles mesmos custos, itens que, se bem que necessários e indispensáveis, ficarão a critério de proprietários e construtores".

Os serviços técnicos de uma obra não são só "necessários e indispensáveis", são obrigatórios por lei. O exercício profissional do arquiteto e do engenheiro é regulado por legislação federal especifica e sua prática enquadrada por outras disposições legais de âmbito estadual e municipal. Assim, não tem sentido a pérfida insinuação de que êsses serviços possam ficar a mercê do critério de proprietários e construtores. Eles são realmente indispensáveis e sem êles obra nenhuma poderá ser feita.

O que propõe o "B. C.", utilizando um falso cuidado com o barateamento da edificação e o conseqüente atendimento das camadas de mais baixos recursos, é a eliminação, pura e simples, do profissional especializado, seja êle arquiteto ou engenheiro de qualquer especialização, visando, com certeza, a subalternização dêsses profissionais e dessas profissões.

Em proveito de quem, ou do quê?

Da redução do custo da construção não será, não temos dúvida; de sua qualidade muito menos ainda, òbviamente. A incidência da participação técnico-profissional na parte de planejamento de uma obra — projetos de arquitetura, cálculo estrutural e de instalações — não atinge de forma alguma os 30% citados pelo "B. C.". Mas, mesmo admitindo que esta percentagem expressasse qualquer verdade, ainda seriam vantajosas estas despesas pois que o planejamento, determinando a racionalização da construção, implica em certa e sensível redução de custo em quase todos os componentes de uma construção.

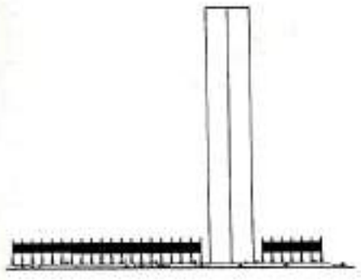
Negar esta evidência seria negar tôda a técnica e regridir ao empirismo do qual nos esforçamos por sair. Os fatôres do elevado custo da construção no Brasil residem indiscutivelmente na pouca técnica, no pouco planejamento, na ausência de racionalização de métodos e processos, na improvisação no empirismo enfim que domina tôda nossa construção. Edificamos arcaicamente. Pouquíssimos construtores brasileiros preocupam-se realmente em aperfeiçoar seus processos e métodos construtivos ou reduzir seu custo operacional de forma racional.

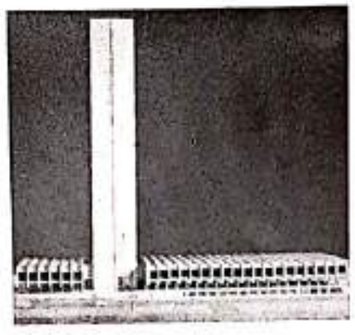
Um exemplo próximo pode ser citado. A primeira gleba edificada pela COHAB na Vila Kennedy, foi feita a toque de caixa. O tempo dedicado ao planejamento foi pràticamente nenhum, a participação técnico-profissional conseqüentemente quase nula. Em outra gleba, situada em Jacarepaguá, a COHAB, contando já com uma maior equipe de arquitetos e engenheiros, conseguiu através do maior tempo dedicado ao planejamente, uma redução da ordem de 35% nos serviços de infra-estrutura, a partir da racionalização do agenciamento das habitações. Outros exemplos poderiam ser citados: o da Cooperativa Habitacional de Curitiba, onde os arquitetos Gandolfi e Willer com ótimo plano de conjunto e bom projeto arquitetônico obtiveram o mais baixo custo de unidade residencial do país, dentre o conjunto de obras ativadas pelo SERFHAU; ou o da experiência com habitações transitórias em Planaltina planejadas pelo arquiteto Paulo Magalhães (ARQUITETURA n.º 40).

É de lastimar que tenhamos de dedicar o nosso primeiro editorial de 1966 a fato que pensávamos já completamente superado, a discutir e tentar demonstrar que a aplicação da técnica, nos princípios da planificação é indispensável e não simplesmente onerosa. □









Concurso Internacional

Conjunto Turístico Gran Kursaal - Marítimo de San Sebastian

A Sociedad Imobiliária y del Gran Kursaal Marítimo de San Sebastian, na Espanha, organizou, em meados do ano passado, um concurso internacional de arquitetura, patrocinado pela União Internacional de Arquitetos (*U. I. A.*) para escolha de um projeto para conjunto turístico composto por hotel de luxo, residências, apartamentos, centro comercial, cinema, piscina térmica, bares, restaurantes, salões de esporte, pista de patinação no gêlo, pôsto de lubrificação e lavagem, garagem e estacionamento, numa área total de, aproximadamente, 300.000m².

San Sebastian é a capital da Provincia de Guipuzcoa. A zona onde se encontra o terreno, objeto do concurso, está situada na desembocadura do Rio Urumea em frente do Mar Cantábrico. Localizada a 20 Km da fronteira francesa, e a 30 de Biarritz, San Sebastian goza de fama mundial por suas praias e é um centro de veraneio de primeira ordem.

Inscreveram-se no concurso 554 equipes de arquitetos do mundo inteiro, das quais algumas brasileiras.

O Júri, integrado pelos arquitetos Pierre Vago (França), Ernest Rogers (Itália), Heikki Siren (Finlândia), Julio Cano Lasso (Espanha), Rafael La Hoz Arderius (Espanha), Secundino Zuazo Ugalde (Espanha), e o escultor Eduardo Chillida Juantegui, examinou 122 trabalhos e declarou vencedor o projeto número 230 apresentado por Jan Larica-Nycz da Inglaterra que teve como colaboradores Carlo Pellicia (Itália) e William Zuk (E.U.A.) aos quais coube o prêmio de 1.100.000 pesetas.

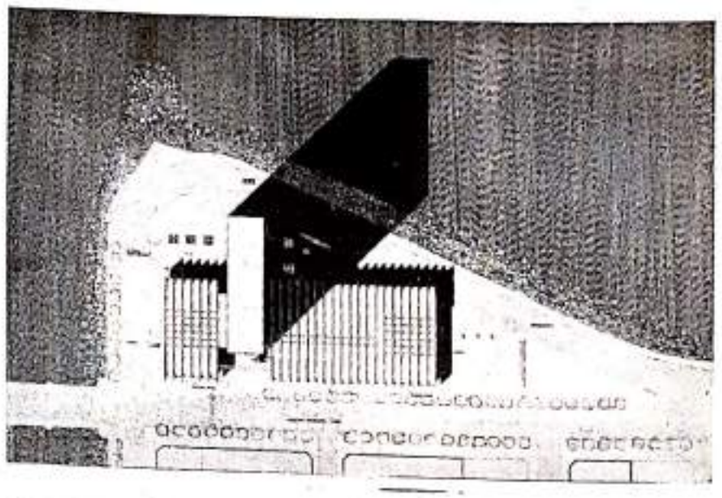
Em segundo lugar foram classificadas duas equipes (prêmio "ex-aequo" de 550 mil pesetas para cada uma). Uma delas, a autora do projeto n.º 304, era composta pelos arquitetos brasileiros Roberto Luis Gandolfi, Luis Forte Netto, José Maria Gandolfi, Jaime Lerner e Lubomir Ficinski Dunin, radicados em Curitiba. A outra equipe, classificada em 2.º lugar, estava integrada pelos arquitetos Luigi Carlo Doneri, Bohoan Paczowski e Benedetto Reslo.

O Projeto Brasileiro

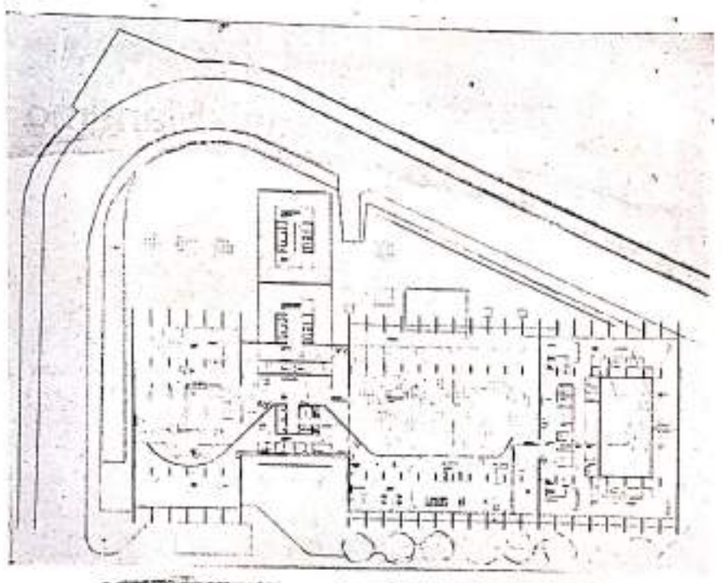
Publicamos neste número o projeto brasileiro classificado em 2º lugar, que propõe como solução ao problema proposto pelo concurso a criação de uma praça elevada,



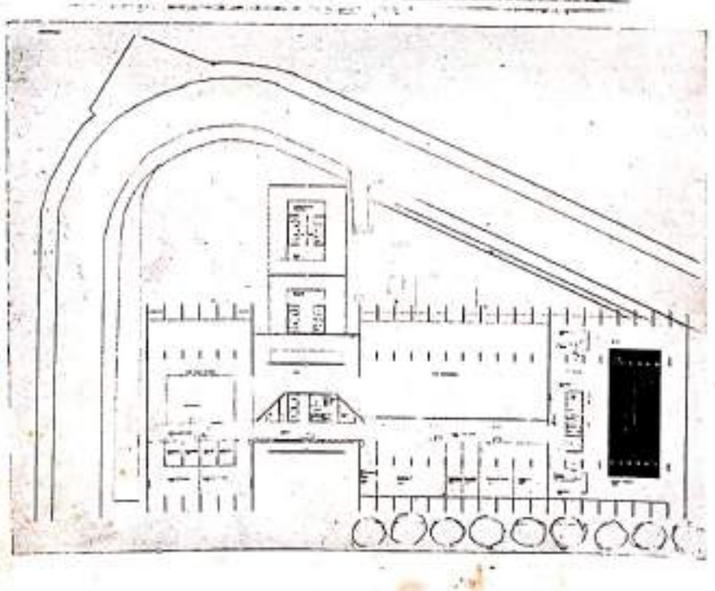
Integração do contexto urbano circundante.



1



3



com a intenção de anexar o terreno da Kursaal à Avenida do Generalíssimo, abrindo amplas condições de visibilidade e de ambientação à obra.

Nesta praça estão implantados dois blocos: um vertical e outro horizontal. O bloco vertical, subindo perpendicularmente à Av. Del Generalíssimo, funciona como um verdadeiro marco dentro do complexo urbano circundante. De ambos os lados do bloco, interpenetrando-se com êle, desenvolve-se o bloco horizontal que cobre a praça elevada, ambientando-a e transformando-a em centro de interêsse.

Acima do nível da praça e a leste do bloco vertical situam-se as áreas de uso comum à hóspedes do hotel e público em geral: o grande restaurante, piscina, fisioterapia, ginástico, de frente para o mar; e salão de chá, salão de beleza, barbearia e salões de jogos.

A oeste situam-se os compartimentos de uso semiprivado do hotel; salões de estar, leitura, parlatórios, salas de reunião, boite e bar.

Abaixo da praça, e a leste do bloco vertical, acha-se o centro comercial, a cafeteria, o cinema, e os escritórios da Sociedad Imobiliária y del Gran Kursaal Marítimo de San Sebastian; e a oeste, o estacionamento dos apartamentos e anexos, e pôsto de lubrificação e lavagem.

Entre os dois: administração, depósitos, despensa, vestiários e dormitórios do serviço do hotel.

Abaixo dêste nível, ocupando quase a totalidade do terreno, situam-se as garagens do conjunto, e serviços do hotel — cozinha de preparo e lavanderia.

No nível da praça, debaixo do bloco vertical, estão os vestíbulos de entradas dos apartamentos e moradias.

Abaixo do bloco horizontal, a oeste, está o vestíbulo do hotel; e a leste, o grande bar, pista de patinação e o vestíbulo de entrada para o público.

O bloco vertical ergue-se dividido em três partes autônomas e justapostas, das quais a primeira contém os quartos do hotel e o restaurante panorâmico; a segunda os anexos; e a terceira os apartamentos. Êste bloco, pelo aproveitamento das fachadas de maior dimensão, alcança magníficas condições de insolação e panorama.

Os fortes ventos existentes na região — orientados principalmente segundo o eixo N-S e acompanhados freqüentemente de chuvas pesadas — foi fator determinante da implantação do bloco vertical segundo êste eixo, oferecendo aos ventos as fachadas de menor dimensão, que, por sua vez são cegas.

A orientação dos anexos e apartamentos, resolveu-se com a implantação do bloco vertical, que abre fachadas, uma para oeste, e outra para leste.

Os compartimentos estão protegidos contra a chuva por uma varanda, constituída de entrelaçados de madeira — muxarabié — cujo têrço médio se abre descobrindo à paisagem e fazendo com que todo o conjunto funcione como um *brise-soleil*.

Os efeitos da erosão, devidos às marés, mais sensíveis na área da rua que está junto ao mar, obrigaram a criação de um embasamento cego dêste lado, com exceção de três acessos. As lojas dão sòmente para a Avenida del Generalíssimo e para as ruas internas.

Os acessos aos diversos setores do conjunto são conseqüência da distribuição proposta. O público, para penetrar na área de uso comum, tem acesso pela Avenida del Generalíssimo. A entrada principal do hotel, marcada por um remanso, dá-se também pela mesma avenida, e por uma grande escadaria que lhe dá relêvo. Os moradores dos anexos e apartamentos têm seu acesso, como é mais conveniente, por uma rua secundária, o Passeio Ramón Maria de Lili. O único acesso de serviço (pessoal e carga), tanto do hotel, como dos anexos e apartamentos, se dá pela avenida beira-mar. Os veículos que penetram no interior do conjunto com destino às garagens, aos anexos e apartamentos e à portaria de bagagem, têm um único acesso pelo Passeio Ramón de Lili.

As circulações internas são extremamente simples. O esquema da circulação é conseqüência da interseção do bloco horizontal com o vertical, formando um vestíbulo no hotel — onde as circulações horizontais encontram as verticais — e da criação de um acesso direto pela praça. Este esquema, além de separar rigorosamente as circulações de serviço das do público, permite que as áreas de uso comum sejam alcançadas independentemente pelos hóspedes e pelo público em geral.

As ligações verticais se fazem, no hotel, por três elevadores sociais e por dois elevadores de serviço. A cozinha de preparo está ligada à cozinha por dois montacargas e à área de descarga por uma plataforma móvel.

O acesso da praça aos restaurantes, piscina e fisioterapia, se realiza, além das escadas, por um elevador social e por um elevador de serviço.

As circulações verticais, nos anexos e apartamentos, realizam-se, em ambos os casos, por um conjunto de elevadores sociais, e por um elevador de serviço.

As circulações comuns são mínimas, possibilitando um aproveitamento de 78% da área nos pavimentos do hotel, 84% nos anexos, e 88% nos apartamentos.

A estrutura proposta é em concreto armado. O bloco vertical está definido por quatro grandes placas e por três maciços (em cujo interior se situam elevadores e escadas), que lhe dão rigidez transversal e longitudinal.

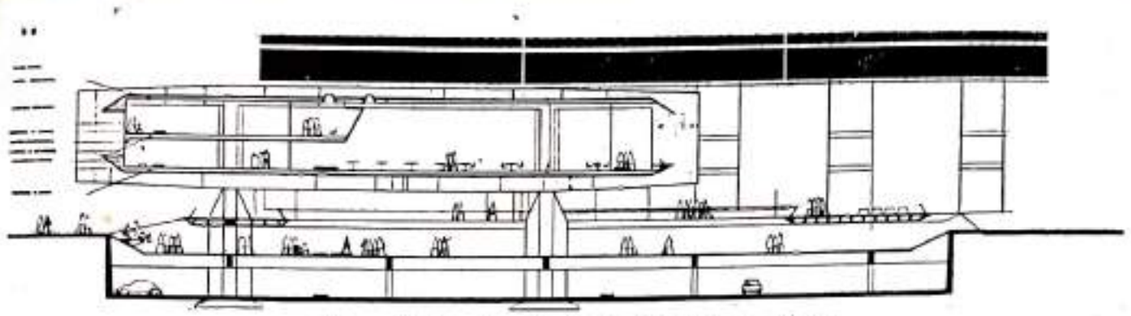
O bloco horizontal se compõe de vinte e nove pórticos transversais com vão central de 27 m e balanços de 13 m, que suportam as coberturas e, pisos.

A base está constituída por estrutura de pequenos vãos (13 x 8,50) que não oferecem problemas especiais.

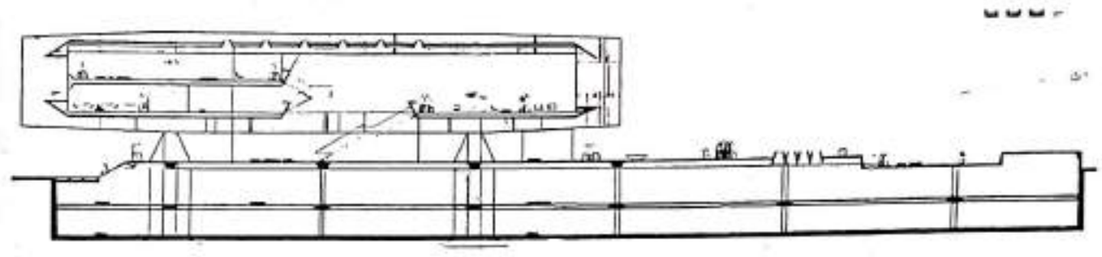
O cinema possui um vão de 24 m, vencido por uma estrutura de vigas em forma triangular, formando um plissamento aparente de grande resistência.

As fundações do bloco vertical, suportando grandes cargas, se efetuam sôbre a rocha, através de tubulações pneumáticas, que transmitem tensões de 10 kg por cm². As do bloco horizontal, que suportam cargas menores, são diretas, por intermédio de sapatas independentes, que transmitem ao solo, tensões de 2 kg por cm². As fundações do embasamento são igualmente diretas.

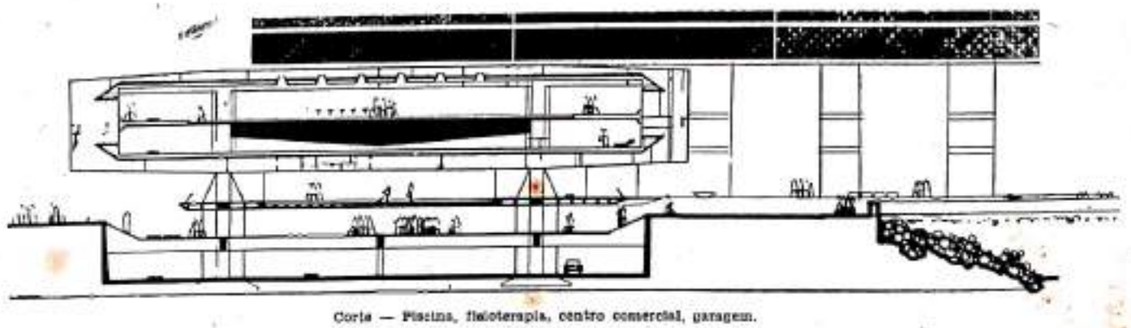
O subsolo está virtualmente livre, com os elementos estruturais concentrados em poucos pontos, possibilitando, assim, um bom aproveitamento. □



Corte — Cozinha, restaurante, terraço, setor comercial e garagem.



Corte — Hall Hotel

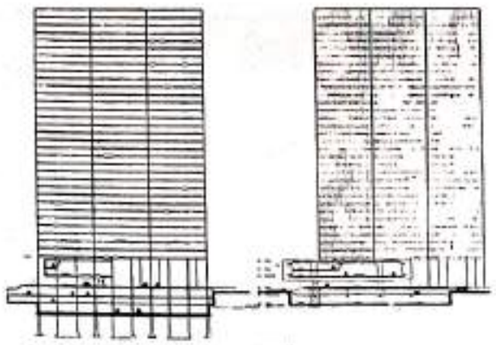


Corte — Piscina, fisioterapia, centro comercial, garagem.

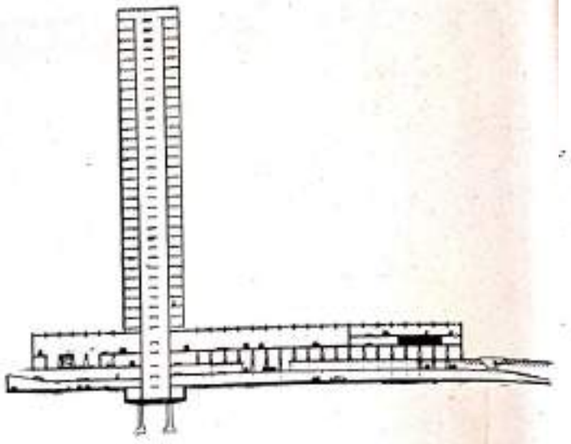
1 — Planta da Cobertura do bloco horizontal.

3 — Planta do nível + 1.20 — Hotel, estar, boite, restaurante, bares, cozinha.

3 — Planta do nível + 8.60 — Hotel, Salas de música, biblioteca, parlatório, copa, salão de chá, salões de jogos, vazios de estar e restaurante, piscina e vestiários.



1



2



3

1 — Cortes transversais

2 — Corte longitudinal

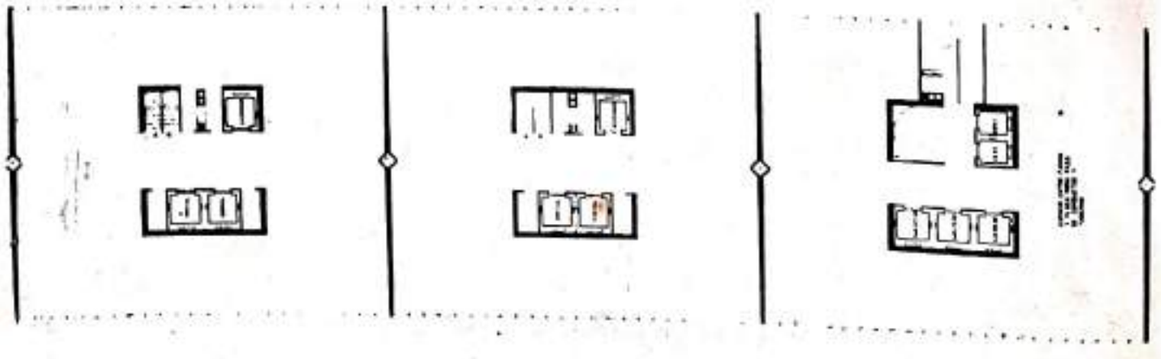
3 — Planta tipo

4 — Equipe autora do projeto.

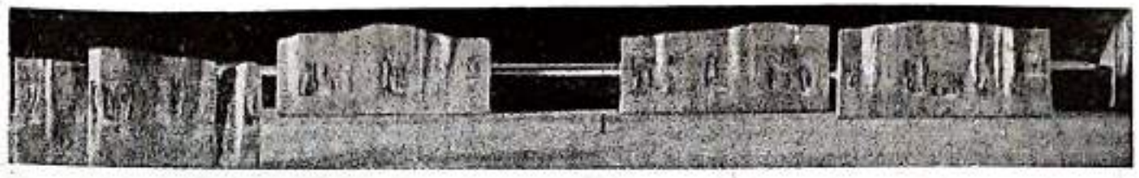
5 — Planta tipo bloco vertical.



4



5



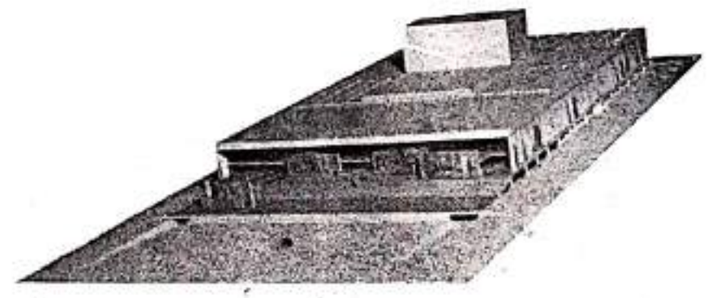
1

Concurso para o Teatro Nacional de Ópera em Madrid

A fundação Juan March, organizadora do concurso internacional de anteprojetos para construção do teatro de ópera de Madrid, recebeu cento e quarenta projetos. O julgamento dos trabalhos atendendo a que os membros do júri vindos de outros países não poderiam se ausentar por um período prolongado, foi feito da seguinte forma: uma primeira seleção entre 8 e 10 de maio; outra de 16 a 20 de maio e, finalmente, a reunião do júri completo, de 15 a 19 de junho para as deliberações finais.

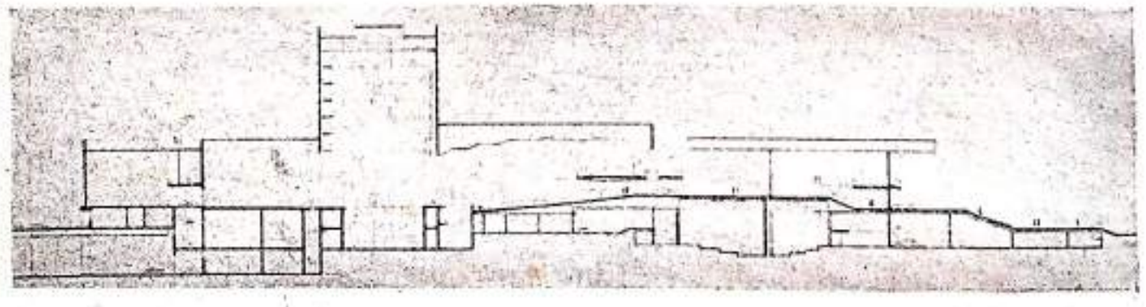
O júri estava composto por: D. Grahniano Nieto, presidente (Espanha); Miguel Angel Garcia Lomas (Espanha; José Pinat y Escriva de Roman (Espanha); Erich Boltenstern, arquiteto (Áustria); Egon Eirmann, arquiteto (Alemanha); Gio Ponti, arquiteto (Itália); Pierre Vago, arquiteto (França); Juan del Corro Gutierrez, arquiteto (Espanha); Luis Gutierres Soto, arquiteto (Espanha); e Rafael Lahoz Arderius, relator (Espanha).

Após prolongada análise o júri selecionou quatro projetos, sôbre os quais cada membro emitiu sua opinião e tomou, por unanimidade, a seguinte decisão:



2

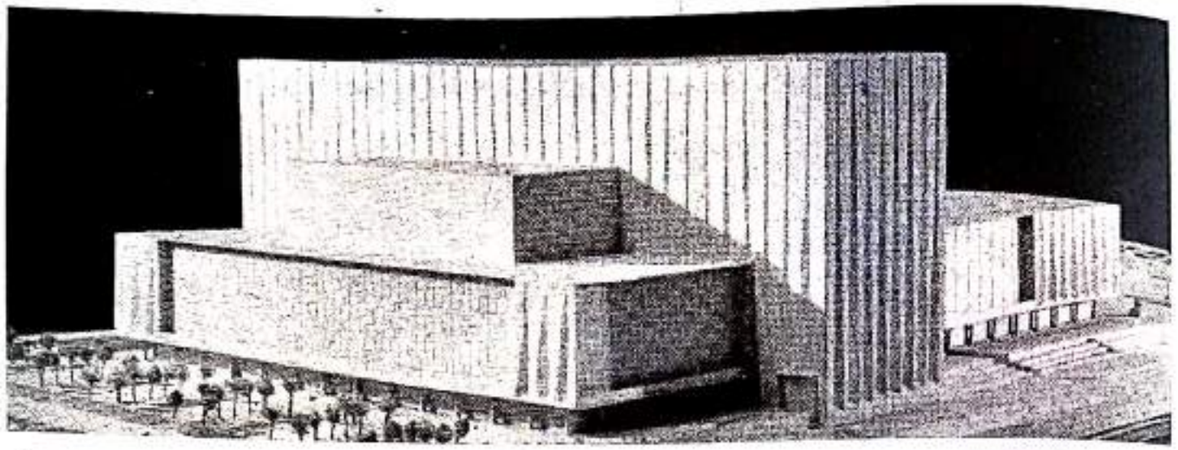
3



1 — 1.º Prêmio — Detalhe da fachada

2 — 1.º Prêmio — Maqueta

3 — 1.º Prêmio — Seção longitudinal do plano axial da Sala.



4

"O júri declara que o concurso apresenta um amplo panorama da arquitetura atual e testemunha a diversidade de tendência das Belas Artes. Apesar da riqueza de soluções apresentadas, não encontrou o júri o anteprojeto que atendesse plenamente ao que se poderia esperar de um concurso de tamanha importância. Reconhecendo o esfôrço de cada concorrente, o júri decidiu não anular o concurso e procurou escolher um anteprojeto que reunisse o maior número de condições, do ponto de vista estético, funcional e econômico, e que melhor servisse de base ao projeto final.

O júri deixa claro que o anteprojeto escolhido para transformar-se em projeto definitivo, não deve sofrer, senão, algumas modificações mais ou menos importantes. Por outro lado, o júri está convencido de que o autor desenvolverá um trabalho definitivo capaz de atender plenamente a tôdas as necessidades funcionais e técnicas sugeridas pela comissão e assessores da Fundação, sem que isto afete as qualidades arquitetônicas que determinaram a sua escolha."

De acôrdo com o critério acima, o júri, por unanimidade decidiu:

1.º — Atribuir o 1.º prêmio de 3 milhões de pesetas ao anteprojeto A-96;

2.º — Atribuir o 2.º prêmio de 2 milhões de pesetas ao anteprojeto A-82;

3.º — Atribuir o 3.º prêmio de 1 milhão de pesetas ao anteprojeto A-51;

4.º — Atribuir dez menções, de cem mil pesetas a cada um dos seguintes anteprojetos: A-153, A-86, A-11, A-50, A-26, A-75, A-42, B-17 e A-03.

O presente protocolo lido pelo presidente do júri, foi aprovado por unanimidade, e firmado pelos seus membros antes da abertura dos envelopes de identificação dos concorrentes premiados.

Critério de Julgamento

Durante o exame dos projetos, um dos membros do júri propôs adoção dos seguintes critérios de julgamento, aceitos integralmente. Êste critério determinou em grande parte a escolha do projeto ao qual se atribuiu o 1.º prêmio por unanimidade. Êste documento de trabalho tem interêsse e o transcrevemos a seguir:

O prédio no quadro urbano:

Estamos em Madrid, Espanha, e não no Brasil, no México ou no Texas. Estamos na cidade e não num parque num terreno plano, com um eixo definido, num quarteirão que faz parte de uma trama urbana ortogonal.

Expressão Arquitetônica:

Trata-se de um edifício público consagrado a uma grande arte e não de um pavilhão de exposição. O programa é, em suma complexidade, um dos mais claros e se agrupa fundamentalmente sôbre um eixo. Templo inteiramente orientado para êste altar de mistério musical que é o palco, deve o teatro estar isolado do exterior para que haja a receptividade necessária e para evitar a rutura ou desvio da atenção. É uma caixa de ilusão, um escrínio.

Relacionamento harmonioso dos 4 elementos principais: *foyer*, audiência da platéia, ligação sala-palco (atores-público), platéia, palco, serviços.

Uma ópera não é um cinema onde não há diálogo entre ator e espectador e a função é essencialmente visual.

Não é um *music-hall*, nem um teatro experimental onde os artifícios de montagem podem desempenhar um papel primordial. Nem é, tampouco, o teatro polivalente de uma pequena cidade que deve atender a diversos usos, dada a falta de público para a coexistência de teatros específicos.

As funções da platéia são: assegurar uma perfeita audição, visibilidade boa e completa sôbre o palco, circulação cômoda mas, sobretudo, deve favorecer a *concentração* e a *serenidade*. O espetáculo não se dá na platéia, mas no palco, para onde tudo converge. A música é um verdadeiro culto, o que exige nobreza e distinção. O espetáculo lírico é uma *festa*, o que torna inconveniente um quadro demasiado séco e pobre.

Dimensões das saídas:

O espetáculo lírico comporta intervalos, durante os quais o público deverá poder se deslocar fàcilmente para os *foyers*. Estes últimos deverão ser tratados com largueza, mas de forma a evitar uma rutura com o ambiente criado pelo espetáculo, através de um contato demasiado violento com a realidade exterior. (Não se deve esquecer que a ópera de Madrid está no meio do comercial da cidade).

A posição do palco e o palco em si:

É preciso ter em mente que a Ópera tem suas tradições, suas regras, seu repertório. A bôca da cena deve ser variável (possibilitando supressão total) e deve permitir, principalmente, a encenação tradicional e a utilização pelos artistas e companhias estrangeiras que viajam com os seus cenários, sua encenação e seus hábitos. Não esquecer que o artista necessita sentir "a presença do público".

As circulações:

A Ópera não é um espetáculo permanente. Os assistentes chegam quase ao mesmo tempo e partem ao mesmo tempo. Se, ainda, cada vez mais de automóvel, daí a necessidade de vastos estacionamentos. Mas é preciso evitar a transformação da "Praça do Teatro" num parqueamento.

"Veste-se" para o teatro, daí a necessidade de prever acessos cobertos.

A temporada principal é no inverno — o que exige uma boa solução para o problema da guarda de abrigos.

A compra de entradas é antecipada, isto determina a localização das bilheterias. Chega-se, normalmente, em cima da hora, daí a necessidade de acessos rápidos e claros.

A evacuação da platéia deve poder ser feita rápidamente e sem tumultos (mesmo por razões de segurança) pelo contrário, nos entreatos, se *passeia*.

Não esquecer as saídas de serviço, dos bares, restaurantes etc.

Próximo ao palco, os mesmos problemas de acesso e estacionamento para artistas, músicas e pessoal técnico. Não esquecer que os cenários devem poder chegar, penetrar, ser estocados e retirados.

Estrutura e Economia:

A estrutura, a forma devendo sempre seguir a função, não deve se tornar um fim em si mesma.

Um teatro de ópera não é a afirmação, a exaltação ou a expressão de uma estrutura.

No estudo econômico do problema não esquecer que é melhor ter mais metros cúbicos ou utilizar materiais nobres do que gastar somas consideráveis em custosos artifícios técnicos.

O Essencial e o Acessório

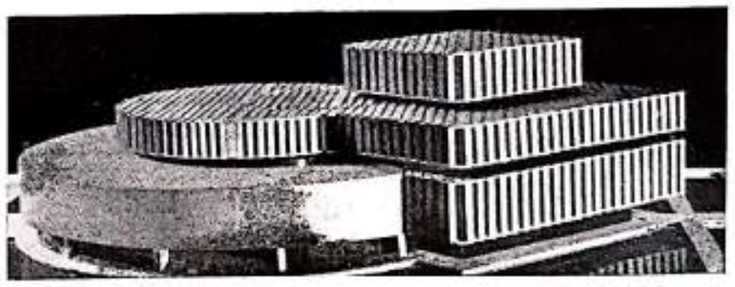
Trata-se de um concurso de anteprojetos. Os detalhes podem ser modificados, completados, corrigidos; não é preciso julgar sôbre o que pode ser modificado e retificado, sem que se altere profundamente o partido arquitetônico.

As insuficiências técnicas porventura existentes podem ser remediadas no estudo definitivo.

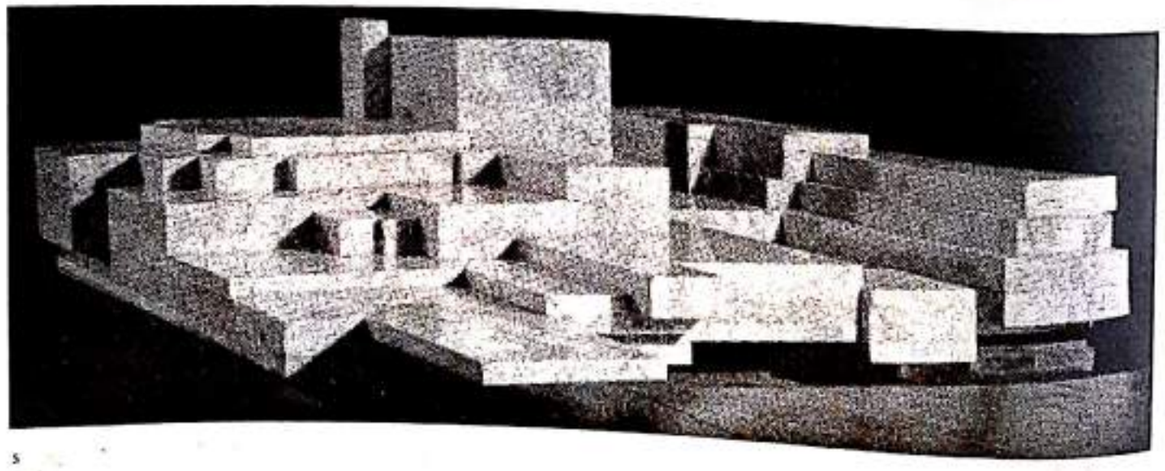
Por outro lado, mesmo que todos os detalhes sejam perfeitos, pode-se afirmar que um projeto é insuficiente quando a *qualidade* arquitetônica a concepção do conjunto, ou o *espírito* do projeto não satisfazem. □



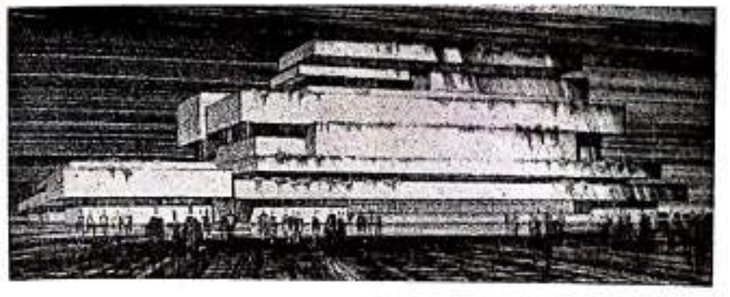
6



7



5



8

4 — 2.º Prêmio — Arquitetos F. Moreno Barbera e Prof. C. Holzmeister.

5 — 3.º Prêmio — Arquitetos J. Luis Arsuaga, J. Antonio Corrales, J. M. García de Paredes, A. de la Sota e R. Marquez Molegio.

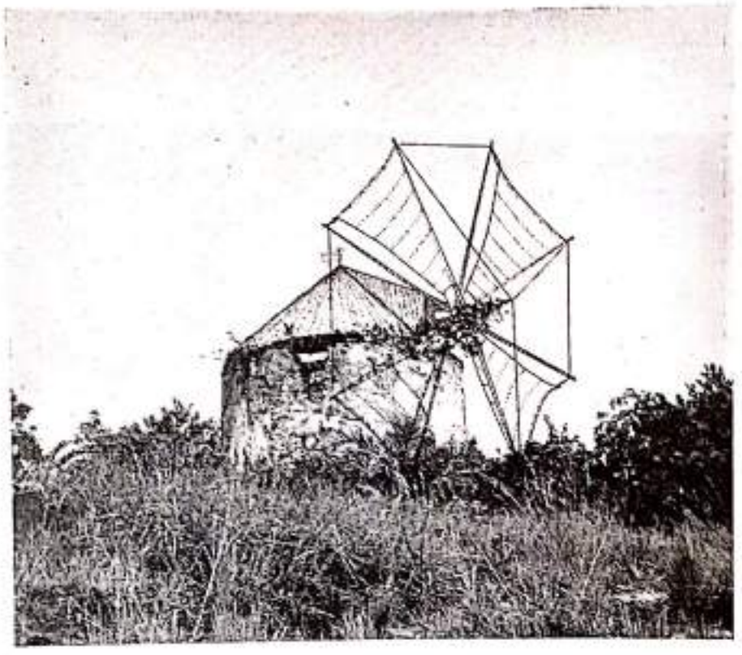
6 — Menção — Arquiteto J. Dahlander.

7 — Menção — Arquitetos C. Sabrini Marin, J. Luis Sainz Magallon, E. García de Castro Marquez, M. de Oriol Ibirra e G. Gonzalez Gomes.

8 — Menção — Arquitetos F. Bendala Lurot, C. Lesch, M. Maria Angulo, J. Puigdengolas Font e M.ª Salas Sanchis.

A propósito de moinhos de vento

Arq.º Paulo de Azevedo, IAB-GB



1



2

Datam do primeiro século da colonização portuguêsa as notícias sôbre a construção de moinhos de vento no Brasil. Sabe-se da construção de um para arroz e milho onze anos após a fundação do Rio de Janeiro, mais tarde conhecido como Moinho Velho. São bastante conhecidos os documentos e gravuras os moinhos que Manoel Gonçalves Duarte construiu no começo do século passado no morro dos beneditinos no Rio de Janeiro sob contrato de congressão firmado pelo Mosteiro e outorgado. Dêstes e de outros nada restou a não ser documentos e gravuras.

Recentemente, porém, encontramos próximo ao povoado de Mar-Grande em Itaparica, em terrenos que hoje pertencem a Companhia de Jesus, uma ruina que, a despeito da inexistência de documentos comprobatórios, não temos dúvida tratar-se de um moinho para grãos, provàvelmente do século XVII. Na cumeada de um outeiro de aproximadamente 30 metros de altura, cuja fralda se estende até a praia e sôbre o qual sopram as brisas do oceano através do boqueirão da Bahia de Todos os Santos, está situada uma robusta construção cilíndrica com diâmetro externo de 6,8m de altura de 5,20m. No espêsso muro de pedra, que atinge 1,30m próximo à base, pode-se contar uma porta e três janelas altas. Porta, janelas e ninchos internos são todos orlados de cantaria, sôbre a porta fragmentos de uma voluta em massa. Ainda de cantaria são as pedras de coroamento da construção, aonde um sulco servia de guia a rotação da superestrutura montada sôbre rodas. As referidas pedras atracam-se entre si por meio de "gatos" de ferro formando uma cinta de contenção do edifício. Internamente ainda se pode distinguir as marcas de um assoalho a 3,40m de altura. Assoalho sôbre o qual deviam apoiar-se as pedras de mó. O acesso a êste plano era feito por uma escada helicoidal com pisos em arenito. Da superestrutura de madeira não sobrou vestígio. Em moinhos como êste ela era formada de um carro circular de madeira sôbre o qual estavam montados os mancais do eixo, ligeiramente inclinados, do cataveto. Rodas dentadas de madeira a semelhança de um sistema "coroa e pinhão" multiplicavam e transmitiam o movimento ao eixo vertical que acionava a pedra de mó. O conjunto era protegido por uma cobertura cônica, e o cataveto formado por quatro velas era pena inscritas em um octógono de aproximadamente 12m de diâmetro. O passo de hélice era controlado pelas escotas das velas. Cinco argolas de pedra próximas do coroamento serviam como pontos de apoio para a rotação do cataveto a procura das monções que sopram sôbre a ilha. Tracionando uma corda amarrada a uma das argolas por meio de um sarilho montado sôbre o carro circular era possível fazer girar tôda a superestrutura.

A planta e as elevações dêste moinho apresentam impressionante semelhança com o levantamento de um dos moinhos do Morro de S. Bento no Rio, realizado por FREYCINET e reproduzidos em desenho por A. de Gestas em "Atlas historique du Voyage de Freycinet". (1)

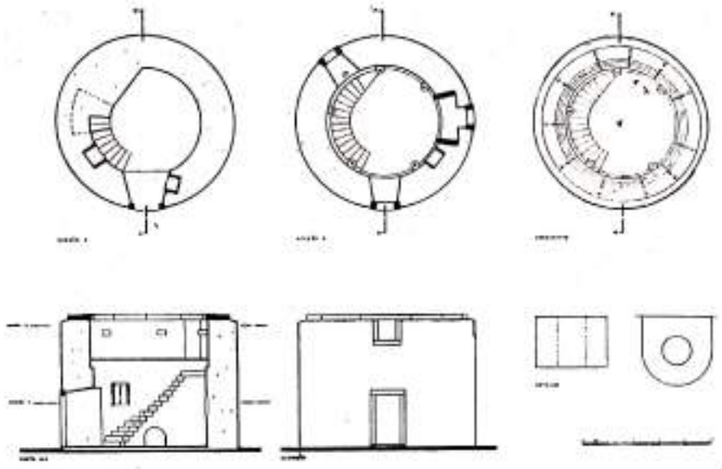
Sôbre o moinho em questão não encontramos nenhuma referência historiográfica, mas tudo nos leva a crer tratar-se de uma construção jesuítica do século XVII. A primeira ocupação da ilha deu-se em 1460 pelo jesuita Padre Luiz da Gran e seus companheiros de catequese que fundaram uma aldeia e igreja sob a invocação do Senhor de Vera Cruz na banda oeste da ilha (2). A freguesia de Vera Cruz, cujas terras se estendiam até o Mar-Grande, era das mais importantes do Arcebispado da Bahia e em 1757 possuía 2.400 almas, segundo o relatório do Pe. Christovam Santos. Ao longo das praias do Mar-Grande pode-se ver velhas ruínas provàvelmente da próspera indústria de óleo de baleia iniciada em 1634 de que falam documentos da época. Em 1647 tropas holandesas, chefiadas por Sieagsmundt Van Schkope, invadiram a ilha de onde foram expulsas no mesmo ano pela população local. A hipótese de se tratar de um moinho holandês está totalmente afastada tanto pelo tipo do engenho que é caracteristicamente português, como pela pequena permanência e propósito dos holandeses em Itaparica. De qualquer forma, o moinho deve ter deixado de funcionar há quase dois séculos pois dificilmente teria escapado a observação de Martius e Spix que estiveram na ilha em 1818 e de outros observadores que a visitaram no mesmo período.

Pelo sentido lírico e raridade de tal tipo de construção em nosso meio deve a referida construção ser tombada e restaurada inclusive em seu funcionamento.

---

(1) — Vide artigo de Hirelo Fêrmo de Miranda, "Catavento na paisagem colonial carioca", *in* revista "Arquitetura" n.º 30, dezembro de 1964.

(2) — Ubaldo Osório, Monografia "A Ilha de Itaparica", Bahia 1938. □



3



4

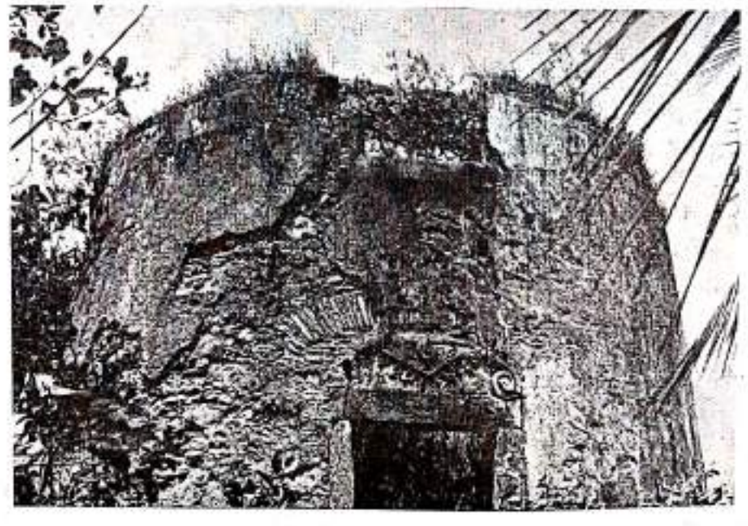
1 — Foto-montagem mostrando o presumível aspecto primitivo do moinho.

2 — Interior do moinho e escada helicoidal que conduzia ao segundo piso.

3 — Plantas baixas e elevações. — Levantamento feito pelo autor.

4 — Coroamento da edificação vendo-se a guia para giro da superestrutura e uma das argolas de pedra.

5 — Frontaria do moinho, vendo-se a voluta e arco de descarga sôbre a porta.



5

Robert Smith

A cidade



Salvador — Bahia

Os portuguêses estabeleceram no Brasil, quase intato, o mundo que haviam criado na Europa. A melhor comprovação oferece a cidade da Bahia em si mesma. Em quase 215 anos, de 1549 a 1763, durante os quais gozou do privilégio de ser a primeira metrópole lusitana no nôvo mundo, tornou-se a Bahia uma réplica fidelíssima de Lisboa e do Pôrto, as duas maiores cidade de Portugal.

Isto é verdade, não só em relação aos seus edifícios, mas principalmente, à sua localização e à maneira pela qual aí se desenvolveu. Como Lisboa e o Pôrto, de acôrdo com o uso português, a Bahia foi fundada sôbre uma escarpa alta, dominando larga extensão de água. A exemplo de ambas, para defesa, foi cercada de muros com tôrres e portas entremeadas com fortes. Os melhores sítios no alto das colinas, como em Portugal foram reservados às igrejas e conventos, nos edifícios públicos e solares, ao passo que o comércio funcionava em baixo, ao longo do cais. Havia assim duas cidades — uma alta e outra baixa — existindo na Bahia, como na terra-mãe, o problema constante da comunicação. Esta fazia-se por uma série de caminhos tortuosos, tão estreitos e ingremes que o tráfego de veículos era quase impossível. Situação tão inconveniente era praticamente desconhecida neste hemisfério fora do Brasil, sendo necessário ir a Québec, no Canadá francês, para encontrar-se outra semelhante, segundo a observação de um dos primeiros viajantes, pois as duas outras grandes potências colonizadoras do continente, espanhóis e ingleses, procuravam situar as suas cidades em lugares planos onde poderiam expandir-se ilimitadamente e de maneira ordenada.

A ordem era ignorada pelos portuguêses como assinalavam deliciados os viajantes. As suas ruas, irônicamente chamadas "direitas", eram tortas e cheias de altibaixos, as suas praças de ordinário irregulares. As casas agarravam-se às vertentes alcantiladas das colinas em tôrno de uma teia de caminhos escuros, escadas e passadiços, tendo os sobrados superiores salientes, como na Europa. Desta sorte, em 1763, quando deixou de ser a capital do Brasil, era a Bahia uma cidade tão medieval quanto Lisboa na véspera das grandes reformas de Pombal. Nada inventaram os portuguêses no planejamento de cidades em países novos. Ao contrário dos espanhóis, que eram instruídos por lei a executar um gradeado regular de ruas que se entrecruzam em tôrno de uma praça central, os portuguêses não mantinham regras, exceto a antiga, da defesa através da altura. Suas cidades cresceram pela vinculação gradual de núcleos isolados, formados pela fundação individual e arbitrária de capelas, casas ou mercados. A posição dêstes edifícios dava as trajetórias irregulares seguidas pelas ruas que os uniam.

Salvador — Bahia



Salvador — Bahia

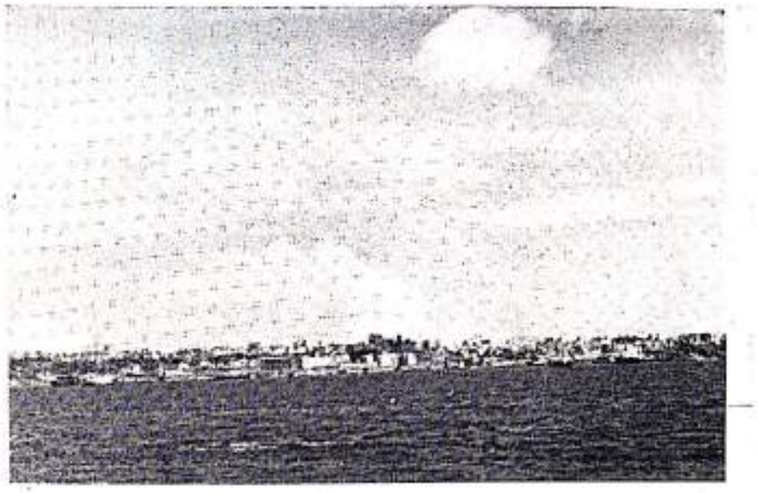


Salvador — Bahia





Salvador — Bahia



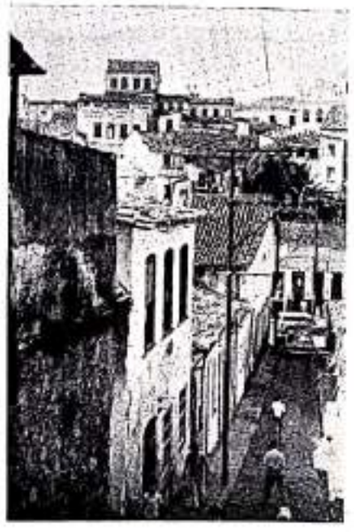
Salvador — Bahia

A cidade baixa da Bahia, como a do Pôrto, é estreita, pois há pouco espaço entre a colina e a água. Por isso as casas são mais elevadas que na cidade alta e, mesmo no século XVIII, elas se estendiam em fileira delgada e estreita, como as da Junqueira em Lisboa, em direção da península de Itapagipe. No meio da área central atravancada de docas e mercados, localizam se as grandes rampas de subidas, de inclinação acentuada, cortando em diagonal a face da escarpa, exatamente como no Pôrto e Lisboa. No alto ficavam as portas de S. Bento, a extremidade sul da cidade alta. Daí, a rua principal desta parte da Bahia segue para o norte, numa série de altos e baixos, interrompida por três espaços abertos no coração da cidade alta. O primeiro, centro da autoridade civil, continha o Palácio dos Governadores, a Câmara e Cadeia, a Relação e a Casa da Moeda, versão pequena da disposição do Terreiro do Paço de Lisboa. Depois, precedida pela Misericórdia e bloqueando a rua, ficava a Catedral com o seu adro dominando a baía, ocupando posição quase idêntica à das catedrais de Lisboa e do Pôrto. Mais adiante, vinha o longo Terreiro de Jesus, o Rocio da Bahia, dominado pela igreja dos jesuítas e rodeado de outras. Aqui, a rua desce rápidamente, subindo de nôvo de modo abrupto para onde ficavam as portas da Carmo, pois a Bahia, diferente das cidades da América espanhola, ficava encerrada em muralhas fortificadas. Além dêste ponto, limite norte da cidade velha, o caminho vagueia para diante entre tôrres de igrejas e telhados pitorescos, como as ruas da Lisboa antiga que seguem incertas pelas lombadas da Alfama. Esta é a clássica *mise-en-scène* luso-brasileira, o fundo dramático da arquitetura primitiva. Encontra-se também em Olinda, no Rio de Janeiro e nas cidades posteriores de Minas Gerais, porém sòmente na Bahia o padrão foi tão plenamente desenvolvido. □

Salvador — Bahia

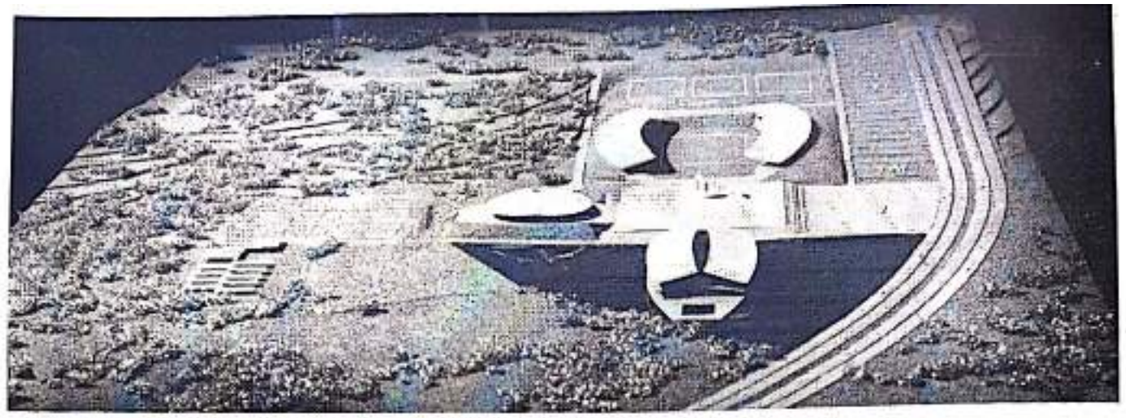


Salvador — Bahia



Salvador — Bahia





Escolas de arquitetura na VIII Bienal de São Paulo



Anverso da Medalha de Premiação na BIENAL - SP.



Verso da Medalha de Premiação na BIENAL - SP.

O Concurso de Escolas de Arquitetura da VIII Bienal de São Paulo contou com a participação de 10 países totalizando 18 instituições de ensino.

O tema proposto pelos organizadores da Bienal referia-se ao projeto de um "centro esportivo" para realização de esportes usuais no país, permitindo a prática simultânea de 4 deles no mínimo; e com capacidade para 10 mil espectadores, aproximadamente, em pelo menos um dos 4 esportes programados.

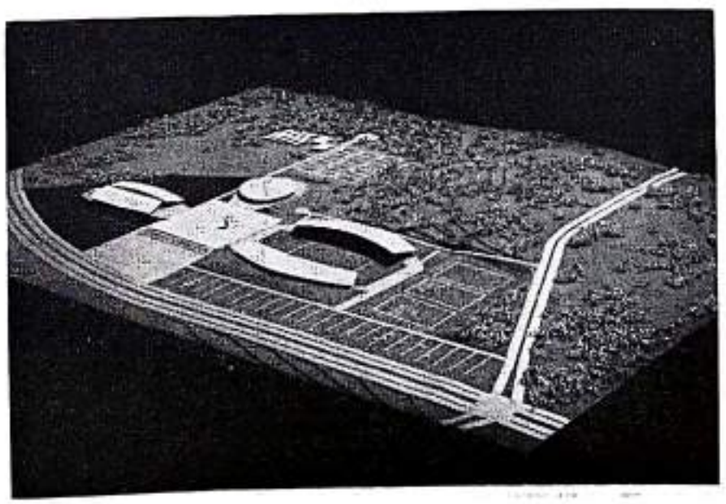
O Júri de Premiação da VIII Bienal, integrado pelos arquitetos Icaro de Castro Mello, João Vilanova Artigas e Jorge Wilheim, de São Paulo; Luis Garcia Pardo (Uruguai) e Maurício Nogueira Batista, do Rio; no julgamento dos trabalhos se ateve a dois critérios principais: a escala adequada e a tradução do tema, de alto valor social, em têrmos espaciais.

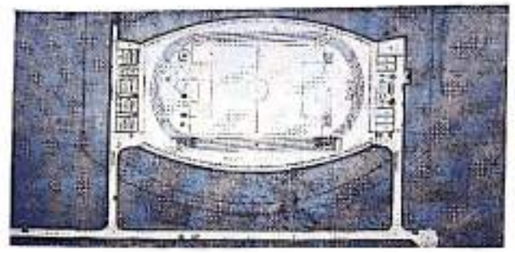
Dentro dêste quadro de referências, o Júri assinalou o elevado nível de bom número de projetos e selecionou inicialmente os projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia do Centro Politécnico da Universidade do Paraná, da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, do Departamento de Arquitetura do Instituto de Tecnologia de Helsinque (Finlândia) e da Universidade Central da Venezuela.

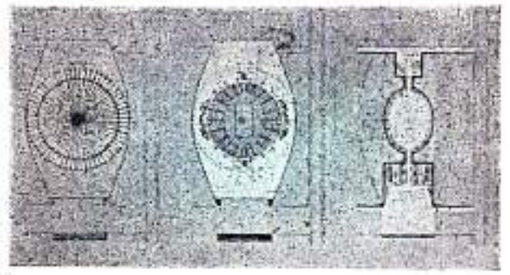
A partir desta primeira seleção, o Júri resolveu outorgar o "Prêmio Governador do Estado de São Paulo", Medalha de Ouro, ao projeto oriundo do Instituto de Tecnologia de Helsinque, de autoria de Juhani Katainen, "caracterizado pela singeleza da implantação, adequação ao terreno e paisagem, pela compreensão do que seja um centro esportivo".

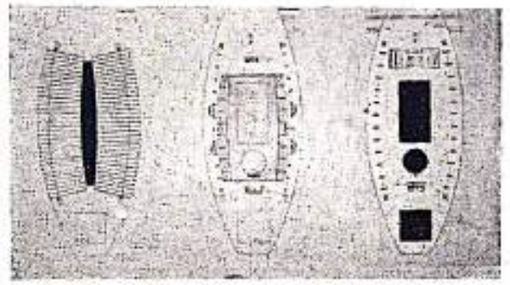
O "Prêmio Prefeito do Município de São Paulo" foi conferido ao projeto apresentado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia do Centro Politécnico da Universidade do Paraná. O trabalho de autoria dos alunos Acácio Biu, Carlos Eduardo Ceneviva, Dagoberto Kohemtopp, José Hermeto P. Sanchotene, José Vicente A. do Socorro e Jurandir Santana Nogueira, de acôrdo com o parecer do Júri, caracteriza-se "pela unidade espacial, boa solução estrutural, cuidado nos detalhes e na apresentação clara".

ARQUITETURA apresenta a seguir, em maior detalhe, o projeto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia do Centro Politécnico da Universidade do Paraná e o da Faculdade Nacional de Arquitetura. □

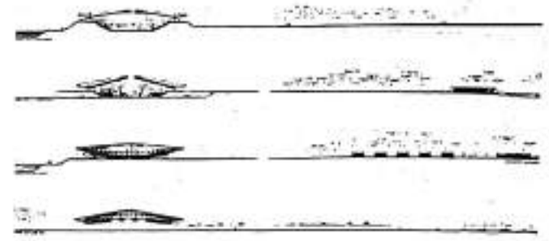


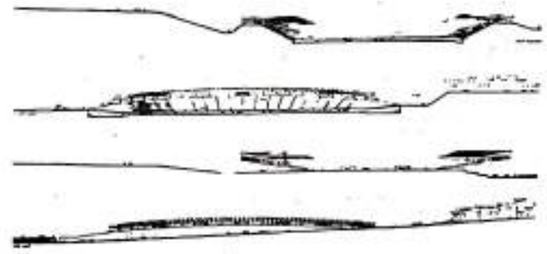


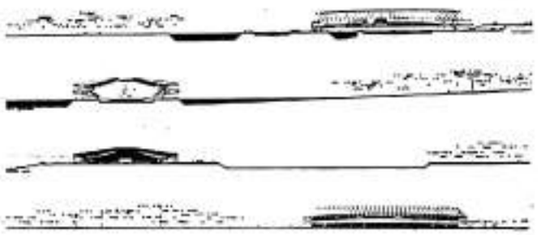




Plantas







Elevações e Cortes

Centro esportivo no Paraná

Acácio Biu

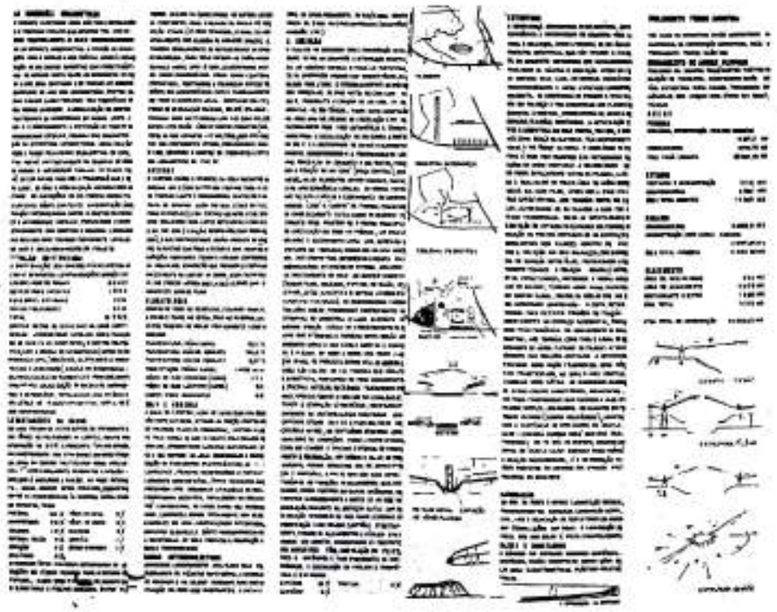
Carlos Eduardo Ceneviva

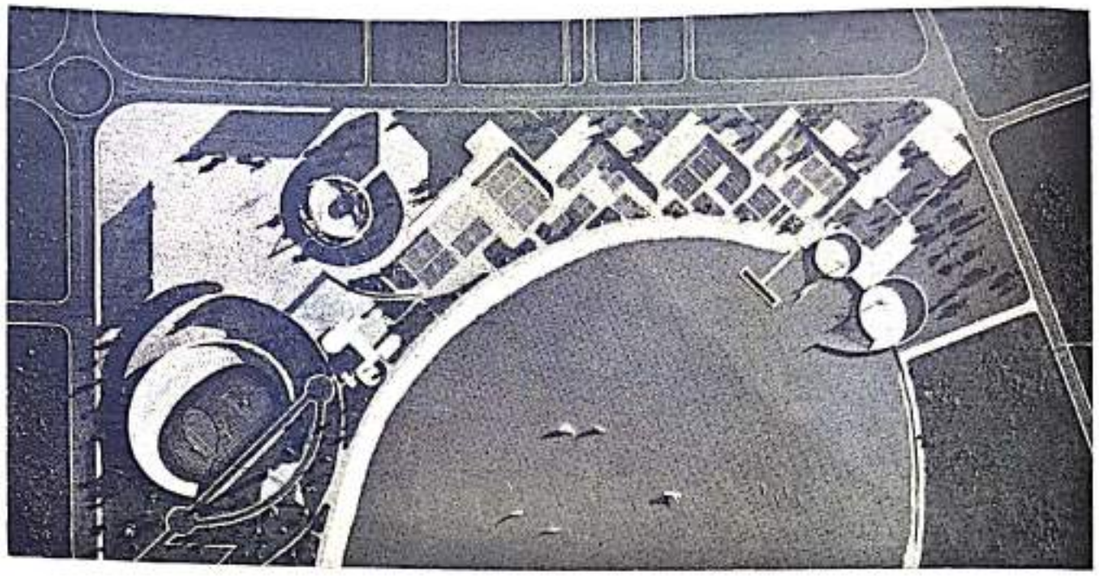
Dagoberto Kohemtopp

José Hermeto P. Sanchotene

José Vicente A. do Socorro

Jurandir Santana Nogueira





Centro Esportivo para 10.000 estudantes na Cidade Universitária do Rio de Janeiro

André Lopes
Diana Magalhães
Eduardo Oria
Ligia Gomes

Análise

As características de um centro esportivo universitário devem ser de agregação, de motivação, entre esporte, cultura e lazer.

O Centro é, pois, um Centro de Convergência onde, além da prática do esporte, o universitário pode encontrar outros tipos de atividades (culturais, sociais, etc.).

Dois fatôres são índice de progresso humano dos povos: educação e esporte.

Educação que guia, plasma, uma imagem e semelhança humana na matéria prima dos instintos e motividades.

Esporte que devolve à introspecção do saber e da cultura, a extroversão da ação física em comum.

Na Ilha Universitária a Praça de Esportes não será uma ilha e sim um centro de agregação, um foco mediador entre a natureza e a cultura, o corpo e a mente, o "eu" em evolução e o "nós" em plenitude humana.

O Partido

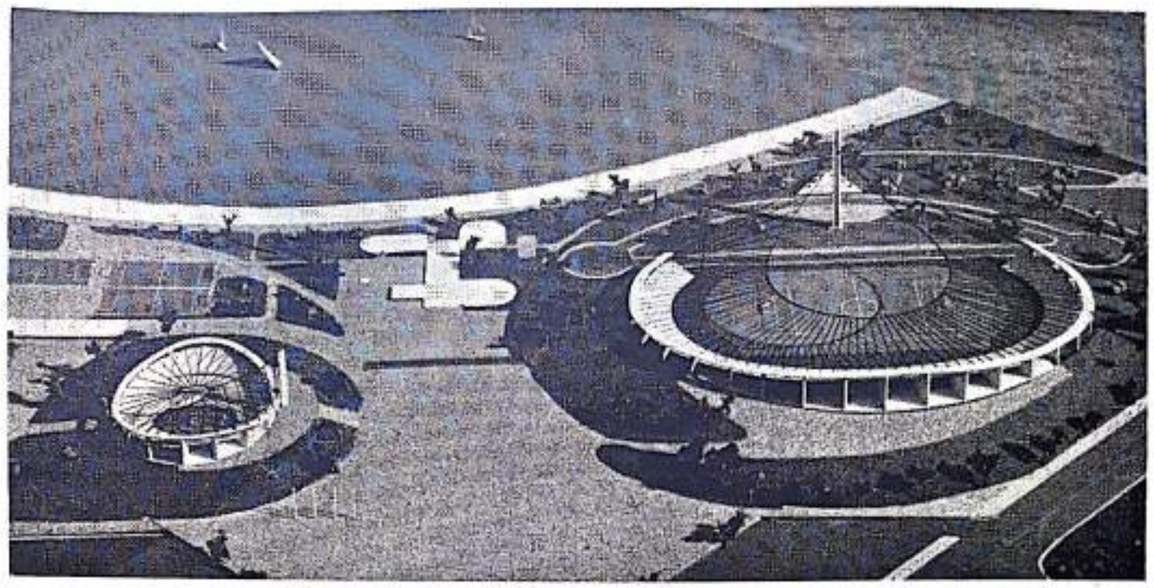
A rótula formada pelas duas estradas, que limitam o terreno, é o ponto de convergência da Cidade Universitária.

Ela motiva a entrada do Centro e a criação de um Praça de Convergência e Dispersão.

Situada em nível acima do mar, a Praça domina todo o Centro, tendo por fundo a Baía de Guanabara.

Este nível é obtido por dragagem, que se justifica pelo próprio processo de formação da Ilha — junção de nove pequenas ilhas.







Dada a proximidade do mar, deu-se ao conjunto características próprias, com êle relacionadas — construções abertas para o mar, pilares-mastros, coberturas-velas — e sua superfície espelho-refletora dá leveza às construções.

Daí o partido adotado, para as coberturas, ser em cabos de aço tracionados (com dupla curvatura inversa) e em pilares comprimidos.

Esta separação estrutural dos esforços de tração e compressão, talvez tenha origem na experiência dinâmica do homem com o mar.

Urbanização e Zoneamento

O centro tem três zonas claramente diferenciadas porém intimamente interligadas: Zona Monumental, Zona de Convivência e Zona Náutica.

A Zona Monumental caracteriza-se pelas grandes construções e pelos grandes espaços. É a zona das competições e nela estão situados o Estádio, o Ginásio, a Piscina Olímpica e um clube para Grandes Festas.

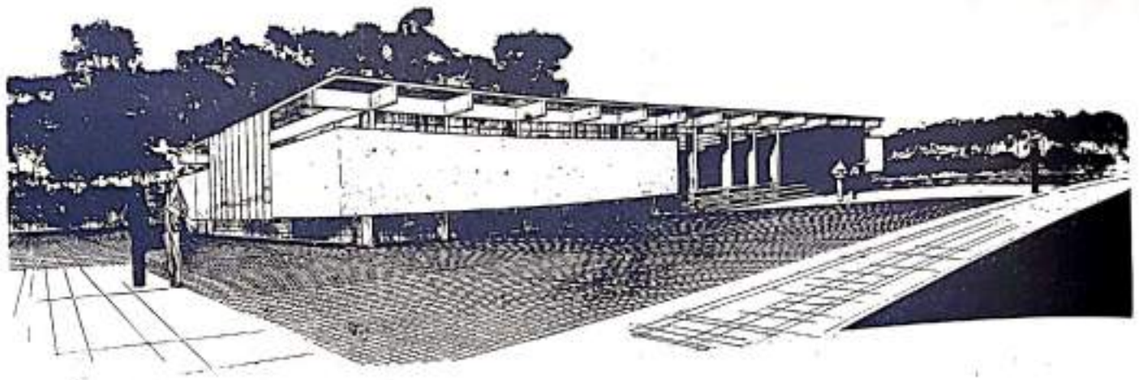
A Zona de Convivência, zona dos esportes praticados ao ar livre, dispõe de um clube com biblioteca, jogos de mesa, salas de reunião, pequeno cinema e salão de exposições.

Nestas zonas foram estabelecidos dois níveis: um mais elevado — cultura e lazer — e outro mais baixo — esporte.

Esses dois níveis interligam-se constantemente e criam motivações entre as atividades culturais e esportivas, eliminando ou atenuando a tendência ao expectadorismo e convidando à participação.

Houve intenção deliberada de suprimir escadas em todo o centro para não dar delimitação de planos e sim continuação de níveis.

Na Zona Náutica estão situadas as garagens de barcos e um teatro de arena. □



PAINEL

Centro de operações do Sistema "Light" - S P

Arq.ºs Mauro Zuccon, IAB-SP
Nelson Antônio Baistucci, IAB-SP
Roberto Monteiro, IAB-SP
Rodolpho Manzueto Dini, IAB-SP
Walter Caprera, IAB-SP

Proprietário — São Paulo Light S. A.



Planta

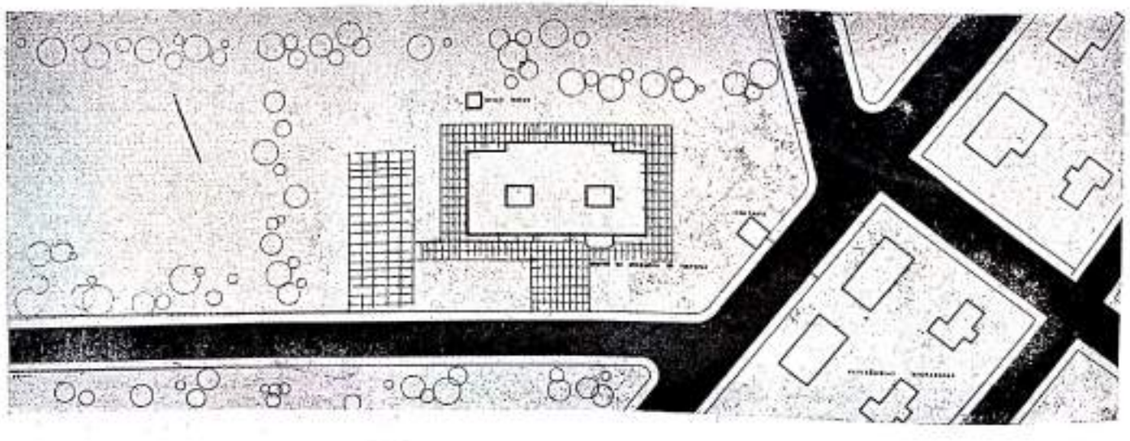
Projeto, 1965.

O projeto atende ao equipamento de contrôle automático que irá operar o Sistema "Light" de São Paulo e será edificado junto a Usina Piratininga.

O edifício térreo, com área de cêrca de 850 m², possuí características especiais. Êle abriga o equipamento de contrôle automático (sala de quadros e de equipamento) que irá controlar 10 geradores do Sistema "Light" que abastecem a capital paulista e a região do Grande São Paulo (áreas industriais do ABC e a própria Capital).

A implantação do edifício obedeceu às condições do terreno, as condicionantes técnicas e o aproveitamento da vista.

Na edificação predomina o emprêgo do concreto aparente, cerâmica artesanal no revestimento externo do conjunto de sanitários e parte do *hall* nobre, grandes panos de vêdos, no sentido horizontal, em massa granulada (côr branca), caixilhos em alumínio (côr natural) e vidros temperados. □



Planta

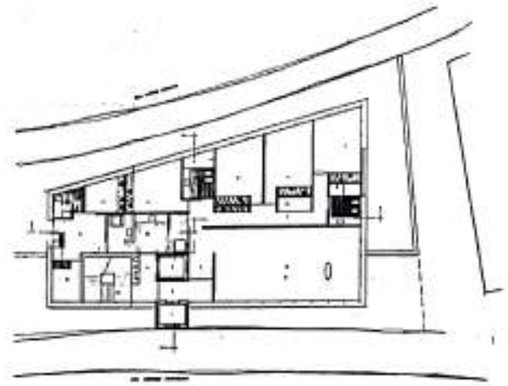


PAINEL

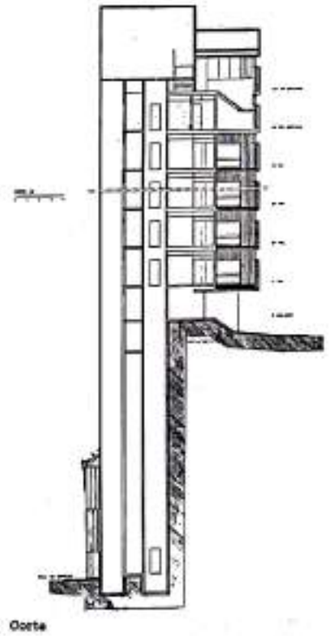
Edifício na Avenida Henrique Dodsworth

Rio de Janeiro — Guanabara

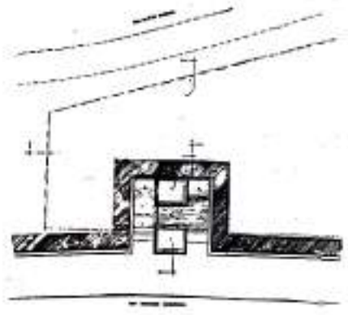
Arquiteto Paulo Hamilton Casé



Planta do Pavimento tipo



Corte

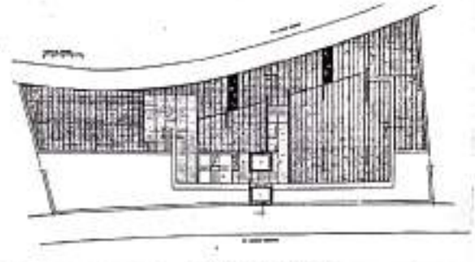


Planta do hall de entrada

A diferença de nível entre as duas vias de acesso ao terreno, sua condição topográfica e sua natureza rochosa, foram os fatôres que estabeleceram as determinantes mais importantes do partido.

A coluna de elevadores, principal característica do projeto, localizada na periferia do terreno, tem como objetivo, além de proporcionar menor desmonte, possibilitar aos residentes acesso ao prédio pela via de maior importância.

Os veículos terão acesso pela via de nível mais alto. □



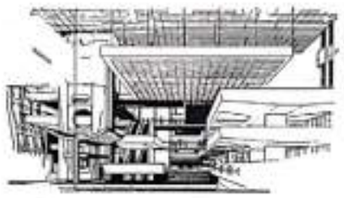
Planta da Garagem.



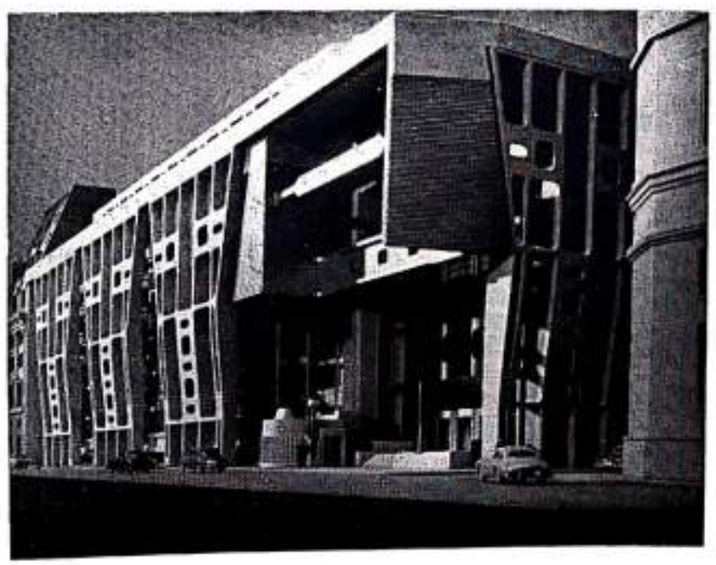
Banco de Londres

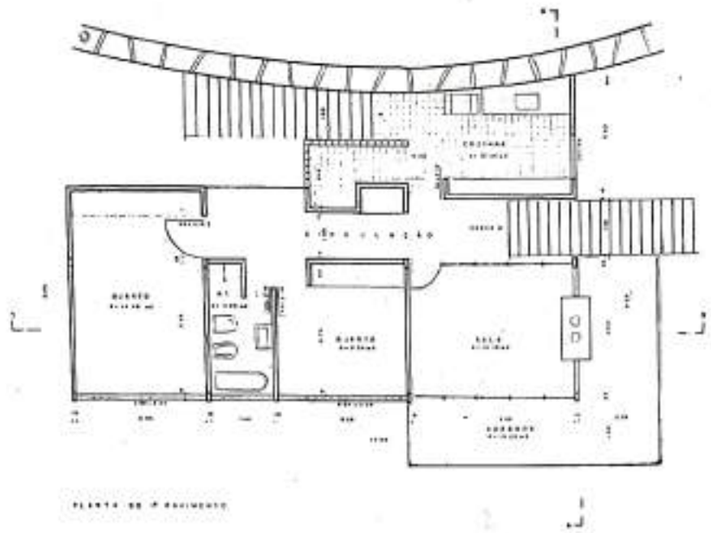
Buenos Aires — República Argentina

Arq.os Sanchez Elia, Peralta Ramos e Testa



Nôvo edifício para o Banco de Londres, ora em construção em Buenos Aires. As fotos mostram a vista geral da maqueta, tomada da esquina das Ruas Reconquista e Bartolomeu Mitre e uma perspectiva do interior da entrada. □



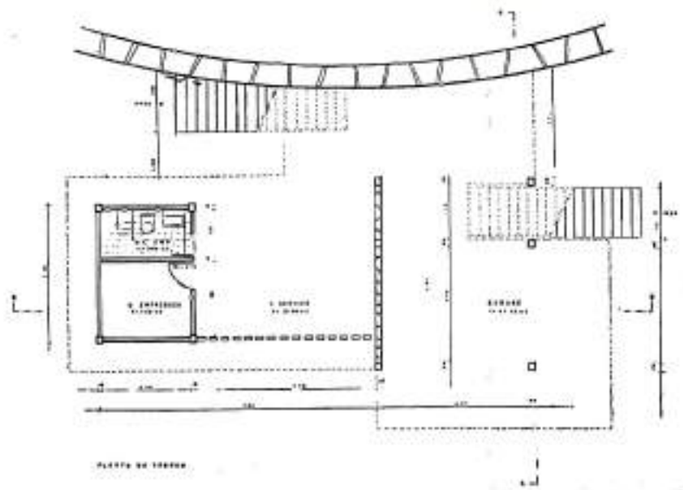


Casa para fim de semana em Teresópolis

Arq.º José T. R. de Araújo

Proprietário — Giuseppe Di Marco



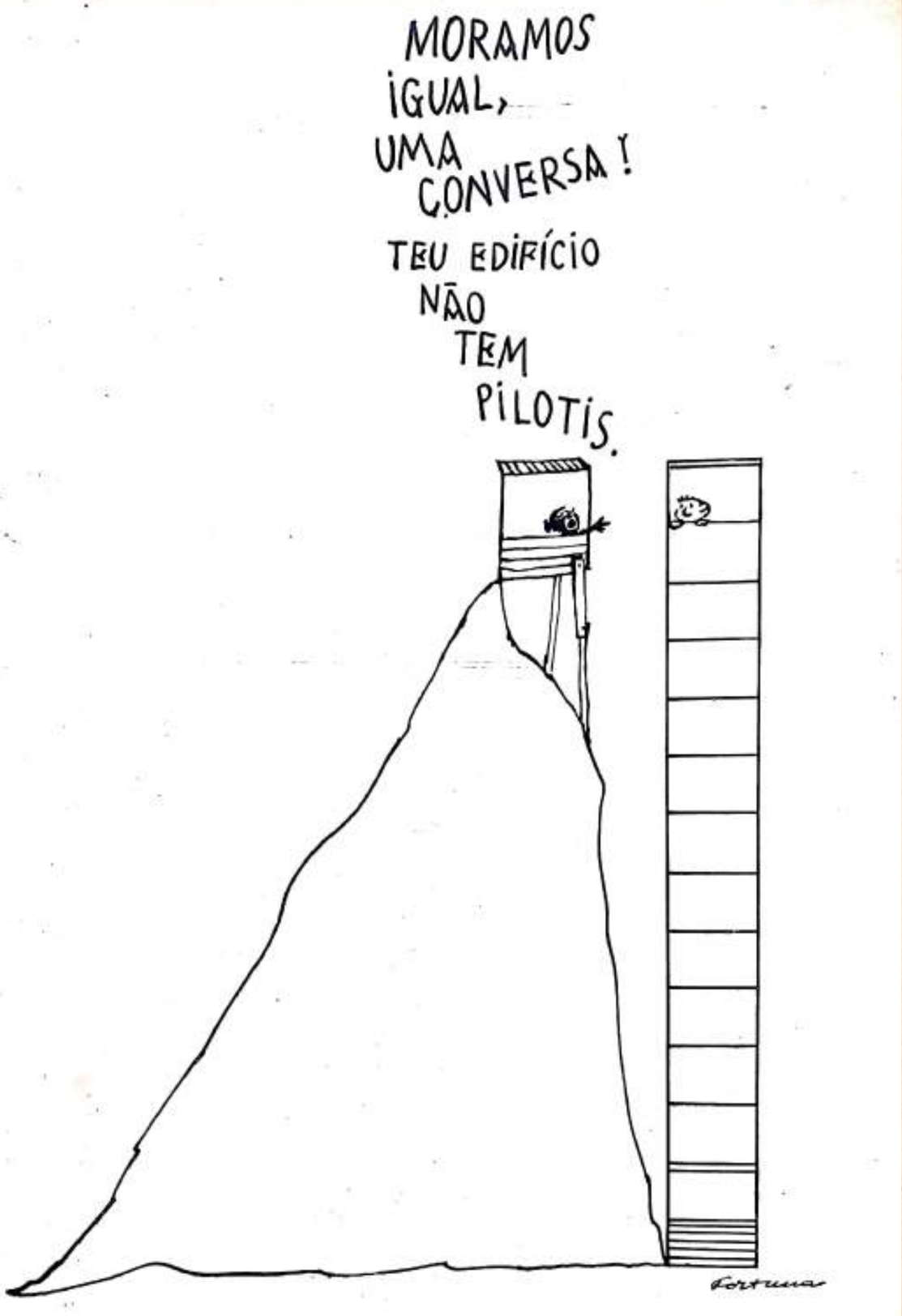


Projeto, 1965.

Casa localizada em um plato escavado em terreno ingreme, dotado de vista panorâmica.

O muro de arrimo, em pedra, na parte posterior da casa, foi aproveitado como elemento de apoio para o desenvolvimento dos 2 pavimentos. A parte térrea foi utilizada para garagem, dependências de serviço, jardim e play-ground.

A estrutura de concreto será conservada em seu aspecto natural. Cobertura em calhas curvas de alumínio contínuas, apoiadas em vigotas de peroba. Paredes externas em tijolos "Vibrobeton", aparentes e caiados. As paredes internas serão em painéis "Codeplac". □



O Quotidiano Arte e Arquitetura

Arq.º Spínio de Vasconcellos, IAB-MG

Por que será que o quotidiano fugiu da arte ?

Em tôdas as épocas, em todos os lugares, a arte sempre se referiu, de maneira franca e direta, aos ambientes de sua existência. A pintura das cavernas diz das coisas e dos bichos circundantes; os dolmens e menires ainda que não completamente entendidos, objetivam, sem dúvida, alguma maneira de ser dos homens que os construíram. Casas, templos, túmulos, sempre traduziram o comportamento, a fé, as aspirações, da gente que os edificaram. tôda arte e arquitetura da história validam usos e costumes e se definem como essencialidades do espaço-tempo a que pertencem.

Até o século XIX foi assim. E mesmo neste século, pejado de academismos e de ecletismos, a arte nunca deixou de amarrar-se sòlidamente à vida quotidiana. As figuras de Rembrandt ou de Gauguin, de regiões quase opostas do globo, são locais, com a côr, a paisagem e os problemas locais. Renoir pinta os piqueniques românticos em moda. Matisse a natureza que o envolvia. Modigliani as mulheres que amava. Toulouse os noturnos em que vivia. Nenhuma arte do passado pode ser apontada que não retrate, natural e expontâneamente, as circunstâncias nas quais se objetivou. Os exemplos seriam apenas a repetição do óbvio.

Se nos transportarmos para o Brasil nada de diferente. Nossa arte mais valiosa é exatamente aquela que se informa da época e do lugar. Franz Post, Rugendas e Debret. Até mesmo a pintura religiosa procura o retrato local. No mulatismo de Ataíde por exemplo, nas botas bandeirantes de S. José, nos jacarés e palmeiras tropicais de Mestre Valentim ou nos olhos hipertireoideos das mineiras figuras de Antônio Francisco Lisboa. Pancetti se põe no mar em que viveu; Guignard nas montanhas das Minas às quais se entregou. Segal eterniza os boia que o cercavam em Campos do Jordão; Portinari os meninos de sua infância em Brodosqui.

O objeto da arte tem sido sempre o quotidiano ainda que abstraido pela sensibilidade do artista. Ou vice-versa. As idéias se servem da realidade ou através desta se manifestam. Ainda mesmo os temas eternos, da Igreja por exemplo, incorporam-se à época e ao meio quando traduzidos em arte. Profetas bíblicos e personagens evangélicos despojam-se da roupagem do tempo em que viveram para se cobrirem da realidade circunstancial de cada um de seus retratistas.

Só em nossos dias a arte passou a desprezar, e totalmente, o quotidiano. A desumanizar-se enfim, tornando-se intemporal e inespacial. Nem a flora, nem a fáuna, nem o proprio homem e aquilo que o cerca interessam mais. Tornou-se em coisa mental, válida em si mesmo, como se a mente não fôsse, também, um atributo humano.

A arquitetura idem. Por isso Corbusier canta a Engenharia, enquanto honestamente empenhada na solução de problemas reais, em contraposição à arquitetura que se esforça em fazer perder-se a realidade em formalismos desprovidos de sentido. Não se fez entender. Creram-no inimigo da expressividade arquitetônica enquanto, na realidade, buscava apenas, e desesperadamente, a objetivação válida dessa expressividade.

O templo ou a casa grega correspondem perfeitamente às aspirações e às necessidades do povo grego. Não apenas pelas soluções artísticas que os revestem mas, também, e principalmente, pelas próprias soluções construtivas nas quais a arte indissolùvelmente se integra. A casa romana, muçulmânica ou da média idade, também. Isso para não falar na casa brasileira tradicional — o Sobrado, a Senzala, a Fazenda ou o Mucambo. A técnica da época levada a seu mais alto apuro, os materiais utilizados em tôdas suas possibilidades, os partidos em planta desenvolvidos em perfeita consonância com as necessidades contemporâneas, a plástica condicionada no estilo em vigor.

Hoje tudo se alterou. A arte parece incapaz de ajustar-se a seu tempo e a seu espaço. Desespera-se. Faz-se indirecional e única em um mundo unificado pela angústia e aflição. Refugia-se em gestos de revolta, em fantásticos apelos, em formas incompreensíveis que tanto ocorrem no Japão como no interior brasileiro. Foge das sugestões ambientais como o diabo da cruz.

É certo que em assim sendo corresponde, talvez, ao clima de apreensões em que vivemos. E o objetivo. Nesse sentido é válida. Contudo as apreensões, o desespêro, a dor não são exclusividades de nosso tempo. E sempre existiram junto ao homem-lôbo-do-homem. E sempre a arte cuidou da aflição humana. Apenas sempre amarrada, e por isso mesmo mais expressiva e compreensível, ao ambiente e às circunstâncias que a ensejaram. Hoje não, aliena-se da realidade concreta para apoiar-se apenas em um estado suposto de espírito, desintegrado de seu condicionamento.

Estranhamente, desorientada, volta-se a arte para o passado, forjando um nôvo e não confessado "ecletismo". Exemplo típico entre nós é o apego à paisagem antiga. Ouro Prêto, por exemplo, virou muleta miraculosa de nossa pintura. Ou Salvador, ou Recife. Os móveis antigos, os pedaços de talha a imaginária dos primeiros séculos tomam o lugar da escultura moderna que não há. Evidentemente porque o atual não é atual, não responde às solicitações em curso. Pode exprimir o desespêro vigorante mas não lhe dá saída nem lhe considera as aspirações resultantes. O atual, em sua autovalidade, não tem sido capaz de sensibilizar por não participar da intimidade ambiental.

Talvez ninguém, como Van Gogh, expressou melhor seu próprio desespêro e o do mundo em que viveu. No entanto o que êle pintou foi sua botina, a cama em que dormia, o pátio do hospital onde internou-se, o café da esquina e o girassol de seu jardim. Por refletir sua alma seus

quadros não deixam de refletir, também, seu mundo.

Por que será? Que o quotidiano fugiu da arte ou esta dêle? Por que as coisas que fazem nossa vida, que a constroem dia a dia, que nos penetram pelos sentidos, não se incorporam mais à nossa sensibilidade? O mundo continua, de minuto a minuto se refaz, se modifica, se acrescenta. A vida continua em suceder de fatos. No entanto, nem o mundo, nem a vida, impressionam o artista e lhe sugerem a criação.

Da mesma forma a arquitetura. Constantemente o equipamento doméstico se amplia e se aperfeiçoa, os usos e costumes se alteram. Muda o aspecto externo das moradias, a fechada, o volume, as côres. A casa, por dentro, permanece a mesma, estática, fria, imobilizada em cubos. Discutem-se teorias urbanísticas e arquitetônicas — organicismo, racionalismo, monotonismos, etc. etc. Palavras, palavras, como disse Lúcio Costa no inquérito do Jornal do Brasil. Tudo se limita à exteriorização da arquitetura. Experimentam-se modelos, modas, vestimentas. O corpo permanece o mesmo, parado, alheio à agitação periférica. A não ser excepcionalmente, as construções só evoluem na ruindade. Mulher velha de maquilagem berrante. Nenhuma atenção maior aos espaços internos, à vivência. Objetiva-se, quase exclusivamente, os planos vistos de fora.

Decorre de tal situação o absorverem as fachadas tôda a preocupação arquitetônica e parte desproporcionada do custo da obra. Peja-se de extravagâncias e de revestimentos coloridos, em prejuízo evidente da ambientação interior. Como se o abrigo humano pudesse também, como a arte em geral, mentalizar-se, tornar-se abstrato, como uma expressão apenas e não uma realidade. Enquanto não se cuidam nem do mobiliário, nem dos muros divisórios, nem da iluminação correta, nem da estrutura adequada, multiplicam-se ao infinito os revestimentos: cerâmicas, pastilhas, plásticos, rochas, tintas. Em tal profusão que atingem as peças menos importantes da moradia em tempo de uso e destinação — os banheiros. Veste-se a casa de roupa nova; o corpo está envelhecido e esquecido lá dentro.

No caso brasileiro tão mais estranhável é êsse estado de coisas quanto mais o confrontamos com o passado. Tanto a casa como a igreja de nossos primeiros séculos faziam-se pobres por fora, mas com sua real estrutura bem resolvida, sua modulação perfeita, suas soluções perfeitamente adequadas ao comportamento humano de então. Os interiores é que se enriqueciam de talha dourada, de forros artesoados, de grandes salões e de mobiliário notável.

Pode parecer que mas, evidentemente, não se pretende com a observação preconizar o figurativo nas artes plásticas como constante insuperável, nem condenar a expressividade arquitetônica, reduzindo-a a funcionalismo maquinista. Tal posição além de indefensável seria idiota. O fundamento precípuo da arte é a liberdade de criação, na qual todos os processos e técnicas são válidos. Por outro lado não se pode negar que o mundo anda em crise; a arte necessàriamente a teria de expressar. Há de haver sempre, na arquitetura, uma intenção plástica. Contudo, a aceitação mansa e pacífica dessas premissas não justifica o divórcio total da arte contemporânea do mundo em que vivemos. Nem seu desprêzo absoluto ao quotidiano.

O não-figurativismo nasceu precisamente da constatação de que o tema em si mesmo (a botina, o girassol, a orelha) não é fundamental à obra de arte. Sim o tratamento, disposição, côr, textura, formas e planos que tornam sua compreensibilidade dispensável ou desimportante. Se a forma escolhida é um oróide pouca diferença faz se se resolve em si mesma ou representa uma cabeça. O raciocínio pode ir além: se o tema não tem importância tanto faz exista ou não. Tanto faz se retrate Ouro Prêto ou Madureira; manchas de nuvens crepusculares ou tachistas.

Na verdade a arte atual não está livre, tão mental, como quer parecer. O tema continua tão presente ou mais como antes; apenas desatualizado. Seja êle o cenário já consagrado de Ouro Prêto ou os truques em moda do informalismo. O que se vem verificando é uma acomodação, uma adptação do artista a determinadas fórmulas que, dopado o povo, se comercializam.

A técnica progride, evolui e se aperfeiçoa integrada na vida. A arte refugia-se em utópicas abstrações. Qualquer automóvel oferece hoje muito maior adaptabilidade às suas funções, inclusive no que diz respeito à beleza necessária, do que a moradia. Qualquer geladeira responde melhor, ao que lhe pede o homem do que as construções. Só em poucos países do mundo, altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos da América ou a Suécia, a arquitetura se realiza ao nível de nossa civilização.

A indústria nunca deixa de considerar, antecipando-se quase sempre, as solicitações do povo. A arte e arquitetura não. A primeira pretende impor-se, apoiada em valorização arbitrárias modísticas. Prevalece o nome do artista e não a obra em si mesma. Instalam-se especulações, apoiadas em suportes comerciais que envolvem a crítica, as galerias, os salões e os prêmios. Poucos compradores de obras de arte se preocupam com a qualidade delas. Como em jôgo de bolsa, observam as flutuações de preço. Quanto vale um Guignard? Não quanto vale tal quadro pela sua qualidade. A moda é o tradicional. Transportam-se os artistas em caravana para Ouro Prêto para a reprodução em série da paisagem consagrada. Mergulham os colecionadores pelos matos à procura de um móvel antigo. Qualquer banco de cozinha, qualquer escarradeira, desde que sejam antigos, valem. Não é a qualidade da peça; é apenas sua característica de velhice. Não importa sua adequação ao ambiente; apenas seu valor comercial e o orgulho de sua posse. Ninguém se lembra que a aludida peça incorporava-se a um quotidiano despretensioso e natural. Onde está o nosso quotidiano? Será que nada dêle pode representar valor? Se se aplicasse nêle o mesmo afã que se dedica ao antigo e ao informalismo atual, será que não seria encontrada ou produzida alguma coisa digna de ser conservada para testemunhar, de futuro, o nosso tempo?

Quanto à arquitetura a situação é a mesma. Crescem nossas cidades de acôrdo com planos estudados que se assemelhem à orientação que a técnica recebe? Alguma pesquisa séria tem sido feita para colher a opinião pública relativa ao espaço de morar? Têm as construções evoluído em consonância com a evolução dos sistemas de vida? Quais os usos e costumes da família em seu ambiente natural; correspondem-lhes as soluções arquitetônicas que lhes são reservadas? Os móveis que hoje fabricamos atendem às suas finalidades? Cremos que a resposta é evidentemente negativa. Tristemente negativa. Apenas as fachadas se esforçam por se ajeitarem à moda. Os apartamentos cada vez piores, mais duros, desagradáveis e exíguos. Os conjuntos populares cada vez menos satisfatórios e, talvez, menos orgânicos que as próprias favelas que intentam substituir. A opinião do povo contra êles já se manifesta até em sambas. Na realidade falta à nossa arte e arquitetura — vida. Desumanizaram-se em suposta intelectualização, tôrre-de-marfim, snobmente, mentais. Preciosismos nos detalhes, requintes e, para culminar, iniciase a nova moda do brutalismo. A arquitetura se apresenta como um protesto disfarçado em novidade. Parece que a vida não é mais um bem, o amor é só ódio e tragédia. Tôdas as *belles époques* ficaram para trás; o futuro não existe. O quotidiano é desprezível.

Sim, a arte reflete as circunstâncias, o desespêro existe. Contudo, a arte é também a objetivação das aspirações humanas. A crença, a fé, o ideal que dorme nas almas mais sofridas. Há de haver o belo atual capaz de testemunhar a vida que vivemos. Não apenas o belo horrível, desesperado, brutal, das telas rasgadas, dos pesadelos e das máquinas-monstros. Urge que se denuncie o rei nu, que se abandone a fuga alegatória em busca de estratosferas mentais como se se pudessem construir ou viver em dois mundos opostos: um real e outro abstrato. Urge que o arquiteto e o artista se olhem e ao mundo em que vivem com maior isenção e naturalidade. Menos pretensiosamente, se despreendendo um pouco dos modismos, dos êxitos fugazes e dos refúgios irreais. Que voltem a encarar de frente a vida, o gesto quotidiano, as próprias botinas, a cama em que dormem, o café da esquina. Como a flor encarando o sol e o transformando em beleza. □

Arquitetura e Pesquisa

Arq.º Gildo A. Montenegro, IAB-PE.

Há muito que se vem destacando a arquitetura brasileira no conceito internacional, especialmente em razão de sua liberdade formal. Liberdade, e também liberalidade, bem de acôrdo com a nossa tradição, tornam o campo fértil, apenas limitado pela imaginação.

Em pesquisas originais ou em continuação às idéias de arquitetos europeus ou americanos, o elemento universal da Arquitetura — a Estética — tem sido alvo das atenções de grande maioria de projetistas brasileiros. Há exageros no âmbito da criação de formas, contudo saudàvelmente superados. Não poderíamos apontar os que se dedicam a êste tipo de estudos, tantos são os nomes.

Saindo do campo formal para a zona de influência de outros fatôres que condicionam a arquitetura, teremos encontrado o mesmo afã de pesquisa, de criação, de estudo? Entre nós, brasileiros, quem se dedica ou dedicou ao estudo metódico dos materiais de construção, sua influência, suas conseqüências, sua ecologia, seu artesanato, sua industrialização, seu contrôle de custo, e tudo o mais? Cremos que não existe êsse estudioso.

Um Campo Nevoento

Os formulários, os catálogos e as revistas técnicas publicam dados relativos às características físicas dos mais diversos materiais de construção. A família dêsses materiais é altamente prolífica e, quando as revistas não conseguem acompanhar-lhes a multiplicação, ainda assim, resta ao interessado conseguir dos fabricantes ou dos vendedores os dados técnicos. Dos supermateriais ultra-resistentes, segundo a propaganda, muitos são realmente bons e ficam; outros chegam somente à adolescência. A maioria não resiste às duras condições da vida e morre em plena infância. Aliás, tanto quanto sabemos, jamais foi feita uma análise da *causa mortis*; é assunto que deve interessar mais ao fabricante que ao técnico.

Para o arquiteto que não esteja interessado em conhecer o coeficiente de ruptura à tração e sim descobrir como se comporta o material "X" sob a luz solar (índice de refração de luz, energia calorífica liberada e quejandos), o problema se torna complicado. Pode-se fazer uma experiência com o material. Ou observar, num caso análogo, como reage o material. Reconhecamos que bem poucas vêzes o arquiteto terá material adequado, condições financeiras e tempo disponível para tais ensaios. Nestes casos o problema será resolvido pela via mais simples: arriscar-se a acertar o comportamento do material ou usar outro melhor conhecido. Convenhamos que não é a solução racional, mas a única viável.

Admitamos, agora, não haver conhecimento seguro do comportamento das paredes (energia absorvida e emitida em uma fração de tempo), dos vãos (quantidade de luz, calor e ar que os atravessam), da cobertura (energia calorífica liberada) e do piso (grau de umidade desprendida). Consideremos, ainda, desconhecido o verdadeiro processo da ventilação e suas conseqüências sôbre a temperatura ambiente e o ar confinado.

Na verdade esta é a situação atual da arquitetura. Se o pouco ou nenhum conhecimento de tantos fatôres não tem prejudicado em muito maior escala as construções, devemo-lo ao fato de o material tradicional ser testado a cada hora, de modo totalmente empírico, em cada construção.

No momento em que novos materiais substituírem os de uso corrente, aquêles fatôres terão importância fundamental no projeto. Daí o valor de um estudo sistemático dos materiais sob o ponto de vista da arquitetura.

Ameaça à Vista

Se observarmos a arquitetura em suas várias fases históricas, chegaremos à conclusão de que ela foi sempre empírica no que se refere ao projeto e à construção. Desde os tempos mais remotos até o Renascimento não se conheceu o que nós chamamos "projeto definitivo". É evidente, no entanto, que o arquiteto tinha idéia do que construía e daquilo que desejava. A diferença reside no fato de que o arquiteto antigo dirigia a obra no próprio canteiro e, pessoalmente, fazia as adaptações necessárias, no momento preciso.

Com o advento da Revolução Industrial essa fase foi ultrapassada e a Arquitetura sofre radical mudança, tendendo cada vez mais para o trabalho de escritório, de prevalência de coordenação. O arquiteto desligou-se do canteiro de obras. Com isso o projeto torna-se mais completo, mais minucioso; os problemas construtivos são resolvidos previamente na prancheta.

Simultâneamente a indústria lança novos produtos, materiais de características as mais diversas. O moderno canteiro de obra é um depósito de materiais pré-fabricados industrialmente; nada se cria ali.

Na medida em que a construção moderna tende para uma montagem mecânica de elementos industrializados, anteriormente selecionados na prancheta, a solução tradicional pode ser fatal para a Arquitetura. Não nos referimos ao fracasso da construção em si, mas à falência da própria Arquitetura, o que é muitíssimo mais grave.

Outra Mudança

A persistir a tendência atual para a criação de novos materiais, o arquiteto no futuro estará à margem da sociedade. Pois, enquanto a técnica progride aceleradamente, a arquitetura abandona a experimentação em favor de uma seleção feita por meio de catálogos; precàriamente, já se vê.

É necessário mudar. O arquiteto deve voltar ao contato direto com os materiais; não mais no canteiro — inadequado ao estudo — e sim no laboratório de pesquisa.

Há mil e um problemas de arquitetura a resolver. As indagações superam de longe a capacidade de trabalho de um indivíduo; só uma organização extra-comercial terá condições de agrupar a equipe de pesquisadores necessária.

O que Pesquisar

Estando formada a equipe de trabalho será, então, organizado um plano de pesquisas envolvendo aspectos gerais e particulares da arquitetura.

Aspectos gerais como, por exemplo, a iluminação natural (necessidades específicas, vãos e condições para atendê-las, o mínimo e o ótimo), a ventilação natural, controle da temperatura por meio de ventilação ou outro artifício, comportamento dos materiais de construção no que se refere à influência sôbre a saúde (temperatura, umidade, renovação do ar), pesquisas ligadas ao binômio conforto-anatomia, e muitos outros problemas com pouco ou nenhum estudo.

Entre os aspectos particulares a pesquisar na arquitetura poderíamos lembrar a ecologia da construção — de cujo conhecimento poderá resultar o aparecimento, em bases científicas, de arquitetura ou arquiteturas nordestinas — o estudo das preferências sociais em matéria de habitação — ainda sequer referido entre nós — a análise dos materiais regionais na arquitetura popular, o estudo arquitetônico do mocambo, o confinamento dos arranha-céus, a barreira dos grandes edifícios e sua influência na ventilação e temperatura das cidades etc.

Finalmente, de um debate amplo, muitos outros temas de estudos poderão surgir.

Divulgação

A reduzidíssima quantidade de estudiosos que se dedicam — por sua conta e risco — às pesquisas apresenta um elemento comum: o isolamento. Não há intercâmbio de idéias e informações por falta de meio de comunicação. O rádio e a televisão esqueceram a Arquitetura. Os jornais mantêm seções de arquitetura destinadas ao público, inadequados, pois, a assuntos técnicos. As nossas revistas de arquitetura são um mostruário de projetos de grupos mais ou menos fechados; no máximo aventuram-se à apresentação de pontos de vista pessoais.

Será um reflexo do hermetismo milenar da Arquitetura? Terá o arquiteto esquecido a divulgação da profissão?

Iniciado, portanto, o ôrgão de pesquisas será imprescindível a divulgação ampla de suas atividades e programas, objetivo tão importante quanto as próprias pesquisas.

Reação

O arquiteto autêntico é, por natureza, formação e tradição, um tanto avêsso à ciência e à técnica. Seu mundo é mais o do sentimento que o da razão.

Foi uma atitude judiciosa enquanto a construção não evoluiu senão lentamente. Agora que a técnica invadiu mais um ramo urge acompanhá-la, pois, infelizmente, a intuição não resolve os problemas da construção; se ficarmos somente com ela o progresso da técnica nos fará retrogair.

Ou o arquiteto faz sua autocrítica, dolorosa mas necessária nas graves decisões, ou será em breve um deslocado, um pária no tapume da construção.

E — isso é importante — a mudança na tradição não será de grande monta. O futuro não exigirá do arquiteto o domínio total da ciência, nem tampouco o conhecimento de pedaços da técnica. Da informação atual muita coisa se aproveita, apenas acrescentando uma visão integral e objetiva das ciências básicas, com ênfase especial em suas aplicações à construção.

A verdadeira ciência da construção não existe ainda; daí que muito poucos tenham percebido a necessidade de um órgão de pesquisa capaz de criá-la, por meio de um longo trabalho.

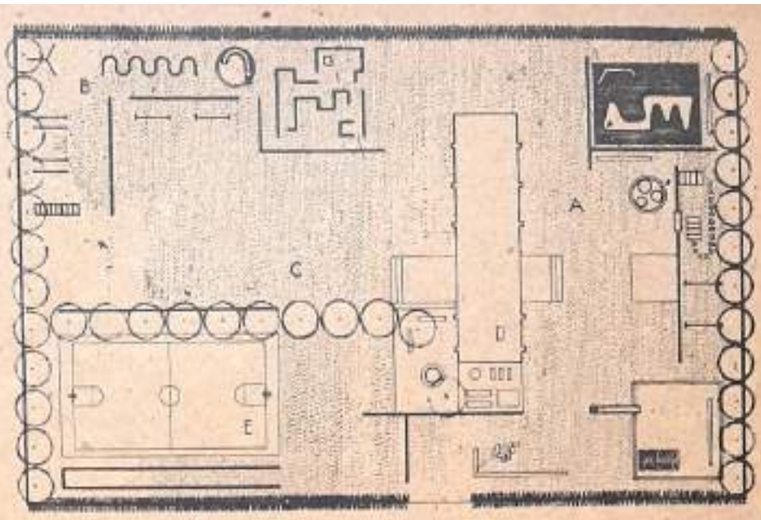
Seria muito cômodo ficarmos indiferentes à evolução, arrolando uma ilusória auto-suficiência; é a atitude — a História nos mostra — dos que foram tragados por sua cegueira.

A Criação

Um órgão de tão vastos objetivos não pode ser criado da noite para o dia. De início os próprios arquitetos seriam, em parte, indiferentes ou contrários a essa criação. Paulatinamente, com o aparecimento dos primeiros estudos corretamente orientados, nascería o apoio espontâneo.

Necessário será, também, o apoio de entidades como as Faculdades de Arquitetura do onde nasceria o núcleo básico do laboratório de pesquisas, dos Institutos de Previdência e de outros órgãos oficiais e particulares ligados à construção, das grandes firmas construtoras, das indústrias de construção, do Instituto de Arquitetos e de muitos outros.

Evidentemente o âmbito das pesquisas torna o arquiteto insuficiente por si só; será necessário o concurso de outros pesquisadores: engenheiros, médicos, sociólogos, químicos, físicos, industriais, geógrafos etc. Dêsse amálgama de profissionais surgirá um dia a verdadeira técnica da construção aplicada à Arquitetura. □



Playground - Brasília

Planejamento das áreas verdes municipais

Arq.º Wit-Olaf Prochnik - IAB-GB

As autoridades municipais vivem às voltas com problemas de uso, criação, expansão e remodelação das áreas verdes em seus municípios.

As praças existentes precisam ser melhoradas.

Onde colocar brinquedos para as crianças?

Uma companhia de ônibus quer fazer a sua estação rodoviária em plena praça.

O vereador fulano acha que se deve fazer uma fonte como foi feita na cidade X.

Não há bons jardineiros.

Moradores de um bairro distante querem também a sua pracinha.

E também, as manchetes da oposição, as vêzes o capricho de uma senhora influente, tudo contribuindo para azucrinar, para desorientar.

E os problemas de áreas verdes não são apenas os das praças. Não.

Há ruas para arborizar.

Há o clube X.Y.Z. que pede, com legítimo afinco, à Prefeitura, um terreno para fazer o seu campo de esporte.

E, onde alojar o circo "T", que virá dentro de pouco, e é tão popular e querido da meninada da cidade?

A represa está com pouca água; os rios que abastecem a cidade diminuem de volume; é preciso proteger as matas das nascentes! Mas, estas matas são de um poderoso fazendeiro, que por sua vez arrendou-as aos carvoeiros.

Aos domingos, as famílias não têm para onde ir, onde se divertir, foi fechado pelo sono, aquêle recanto tão agradável do rio Y, onde antigamente se podia tomar banhos e fazer *picnics*; a cidade é muito boa, a gente é muito simpática, o dinheiro que se ganha dá para viver, mas falta algo; faltam aquêles momentos de aventura, aquelas variações de cotidiano, que são o sal da vida: lugar para esportes, para aventuras, para excursões...

Falta, em suma, planejamento; e isso tanto nos outros setores (como por exemplo na vida econômica da comunidade, na construção da rêde escolar, na localização do hotel, do nôvo mercado, na rêde de esgotos), quanto no setor das áreas verdes — e por áreas verdes compreende-se: praças e parques públicos, ajardinamento de estradas (parkways), arborização de áreas públicas, terrenos aproveitados para diversões provisórias (como circos ambulantes), *playground*, campos desportivos, cemitérios, reservas florestais, áreas protetoras de mananciais, beiradas de rios e lagos, praias etc.

É preciso salientar entretanto que nenhum dêstes setores pode ser resolvido isoladamente; profissionais especializados deverão ser consultados, para que possam, após uma análise de todas as condições existentes, relacioná-las e equacionar os problemas de modo que as soluções possam ser propostas em têrmos sadios, realistas.

Assim no simples caso de uma praça, um elemento apenas dos numerosos que compõem a trama de áreas verdes necessárias à vida de uma cidade, e que é visto com mais atenção na presente fôlha, é fundamental o conhecimento prévio de fatôres sociais tais como: população a ser servida e sua localização e meios de locomoção (ninguem, para frequentar uma praça depois do jantar, andará dois ou três quilômetros), facilidade de recreação preferidas; fatôres econômicos como a renda do município, custo de manutenção, possibilidades de expansão futura etc., antes de se chegar ao planejamento físico propriamente dito, ou seja, à distribuição de plantas e dos elementos construtivos na praça.

Um planejamento global permitirá a realização gradativa ou imediata de uma rêde de áreas verdes, ligadas por caminhos arborizados exclusivamente para pedestres, com raros e fáceis cruzamentos, permitindo simultâneamente aos habitantes da cidade um ambiente mais sadio, em contato com a natureza, um isolamento acústico e visual entre as várias partes (caso indesejável em conglomerados), uma distribuição econômica e eficiente dos serviços públicos conexos e assim por diante.

A Encomenda do Projeto ao Paisagista

A análise e o equacionamento dos problemas físico — sócio — econômicos permitirão assim ao administrador municipal

um conhecimento mais certo das necessidades de seus municípios em têrmos de praças, jardins etc. podendo êle, então, procurar o paisagista a quem incumbirá fazer os projetos das áreas a serem prontamente executados.

Podera assim inclusive, ao apresentar o programa de sua praça ou de seu parque, dizer quanto poderá gastar em cada obra, quais são os planos para o futuro e suas relações com o serviço a ser feito, e, também, muitas vêzes, quanto espera que a Prefeitura lucre em elementos tais como:

Rentabilidade direta proveniente do arrendamento de áreas destinadas a comércio ou diversões, aluguel de instalações para festas e comícios, venda de mudas, etc.

Rentabilidade indireta causada pela valorização dos terrenos adjacentes, e consequente aumento dos impostos territoriais; vinda de novos estabelecimentos comerciais e aumento da arrecadação, melhoria no prestígio governamental, nos sentimentos de solidariedade comunal, etc.

Além do programa da praça, para fazer os estudos iniciais, o paisagista necessitará de um levantamento preciso das áreas, inclusive com curvas de nível, árvores existentes, indicação do eixo-Norte-Sul, etc.; uma planta de situação da praça na cidade; dados sôbre clima, chuvas, fotos do local e, principalmente, uma viagem de reconhecimento do mesmo.

Será útil para a administração municipal e para o paisagista que seja executado um anteprojeto ou um estudo, no qual uma previsão aproximada do custo da obra evitará que se faça a despêsa de um projeto detalhado, por vêzes financeiramente inexequível.

Embora muitas vêzes caiba ao prefeito ou ao diretor de obras a última palavra sôbre a aprovação de projeto, será de bom efeito psicológico e, com certeza trará novas idéias úteis, a consulta aos cidadãos esclarecidos que participam já tradicionalmente da vida pública da cidade, no comércio, no sistema educacional, na política etc.

O apêlo ativo e participante da opinião pública e da imprensa será um elemento valioso para o êxito do empreendimento.

Do projeto global a ser recebido pela Prefeitura poderão faser parte todos os elementos necessários, tais como: planta discriminando os espécimens vegetais; sistema de escoamento das águas pluviais; a seleção dos pisos; o sistema de irrigação, manual ou automático; o sistema de iluminação, por meio de postes e refletores central, etc.; detalhes de todos os elementos construtivos tais como: bancos, calçadas, meios fios, lagos; indicação dos elementos de caráter escultórico ou pictórico tais como painéis, esculturas, etc.

O Programa da Praça

Uma das observações mais importantes quanto à praça a ser construida é relativamente ao seu uso.

É muito comum ver-se, principalmente quando o encarregado de executar o jardim tem uma noção muito superficial do problema, imitações de soluções que não correspondem absolutamente às necessidades locais.

Um jardim de grandes gramados com rebordos de ficus aparados em formas caprichosos, "parterres" coloridos, etc., poderá ser, e era, uma beleza no Palácio de Versailles, na côrte do Rei de França, em pleno século dezessete ou dezoito. Mas, imitar isso em qualquer lugar dêste país tropical, onde o Sol inclemente pede sombra, onde o uso da praça é para uma multidão e não apenas para o deleite de meia dúzia, é evidentemente um absurdo.

Este absurdo entretanto tem sido bastante repetido e, essa tendência não poderá ser extirpada sem uma base real de conhecimento do problema a ser resolvido. Pois, mesmo quando superficialmente, o efeito fôr de "modernização", com o emprêgo de imitações impensadas de formas amebóides, a inexistência de uma análise científica provocará um resultado igualmente ineficaz.

O uso da praça é condicionado à sua situação dentro da cidade, e às tendências de desenvolvimento desta.

Embora haja inúmeros aspectos locais que certamente serão lembrados além dos mencionados mais abaixo, podemos especificar algumas das funções cujo atendimento deverá ser levado em conta:

Reuniões Cívicas — É bastante comum ser a praça, ou uma das praças, o ponto preferido de reuniões para a realização de cerimônias militares, comícios políticos, comemorações de aniversários locais ou nacionais, ou simplesmente para que o povo solte fogos de artifício em São João, ou escute um grupo de cantores.

Nada melhor para o confôrto da população do que prever para êste fim área bastante para que o máximo de publico potencial possa assistir às cerimônias e, principalmente, com êste máximo a praça fique cheia.

Naturalmente, os jardineiros serão gratos e os cofres públicos terão despesas menores de manutenção, pois, é certo que, quando o espetáculo fôr suficientemente atruente e o espaço não fôr bastante, o povo se espalhará pelos gramados e pelos canteiros. Neste caso, não adianta o administrador ou responsável se queixar da "falta de educação" ou de ausência de "meios de policiamento". A razão está mesmo com o povo, pois a praça é que não está satisfazendo às necessidades locais.

Um coreto, palanque ou pavilhão onde possam ficar as orquestras, as autoridades ou os políticos, poderá constituir um centro de atração; evitará futuras despesas com construções provisórias e localizará definitivamente as aglomerações populares, facilitando o planejamento do trânsito, das áreas de estacionamento, da iluminação foral, das facilidades para o sistema de ampliação sonora, etc.

O seu arrendamento eventualmente poderá constituir uma pequena renda para o município.

Relações com os Prédios Vizinhos

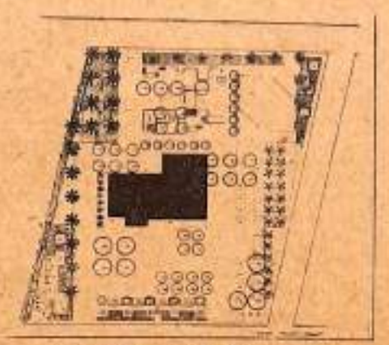
A praça é o ponto preferido para o *footing*. Esta possibilidade de encontro entre moças e rapazes, entre homens e mulheres, numa base por assim dizer amplamente democrática, deve ser prevista. As facilidades de diversões que se beneficiam mùtuamente pela proximidade, tais como os cinemas, bares, confeitarias, bilhares, clubes, terão o *footing* como elemento de ligação entre os vários horários de uso. Este movimento de aglomerações populares será regido pelas várias atividades, desde a missa da manhã de domingo até os períodos pré-eleitorais, ao carnaval, aos festejos locais típicos. É preciso fazer aqui portanto uma observação importantíssima: a praça deve estar proporcionada às necessidades da população. Se fôr menor que as necessidades, o congestionamento tornará desagradável o seu uso. Se maior, as áreas não utilizadas tornarão dispendiosas a manutenção, exigirão um policiamento maior e finalmente, pode tornar "triste" o ambiente. Uma grande área, mesmo bem ajardinada e arborizada, tem sempre um efeito deprimente quando deserta de gente.

No planejamento geral da cidade, já mencionado, deverão estar previstas as possibilidades do seu crescimento urbano, e o aumento de suas áreas verdes: para mais gente, mais praças.

Muitas vêzes, entretanto, uma praça nova apresenta um desenvolvimento vagaroso em suas condições de vitalidade: o comércio, que tende a instalar-se no local afraldo pelas eventuais facilidades de estacionamento, pelas novas construções, pela passagem de maior clientela nos cruzamentos periféricos, vai se estabelecendo cautelosamente. O administrador pode estimular o uso da praça, criando nela uma série de atrações.

Construções na Praça — Uma das soluções de que as autoridades poderão lançar mão é construindo ou deixando construir uma pequena sorveteria ou bar; de preferência, considerando a responsabilidade coletiva implícita num empreendimento municipal, proibindo a venda de bebidas alcóolicas. Um contrato de locação progressiva, baseado numa percentagem das vendas ou em outras condições, dará estímulo ao comerciante no início e participação nos lucros ao tesouro público que se pregado. Os preços deverão ser fiscalizados de modo que o nível da freqüência possa ser controlado em função das necessidades sociais do local.

A sorveteria poderá manter sanitários públicos, o que evitará uma despesa de conservação para a prefeitura. Caso sejam construídos sanitários, deverá haver forçosamente manutenção e vigia em cada momento de seu uso. Se o orçamento não possibilitar estas despesas de conservação e vigilância, é melhor desistir de construí-los ou mantê-los fechados.



Áreas Verdes — Praça Nova Iguaçu

Um depósito para o material de conservação de jardins, carrinhos, ferramentas, etc., será um elemento útil caso não haja facilidades perto; evitará caminhadas, contrôle de entrada e saída e, possìvelmente, resultará numa melhor conservação do material sob a guarda dos próprios jardineiros.

Uma previsão interessante será a construção de caixas de água, sobretudo quando a rêde de abastecimento tiver períodos de sobrecarga de água, particularmente no verão, quando alguns dias de canícula podem extinguir um longo esfôrço de cultivo de plantas.

Outros elementos construídos serão decorrentes do projeto do paisagista, como espelho de água com chafarizes, lagos com plantas aquáticas, etc. É preciso não esquecer que além das facilidades necessárias às aglomerações o homem também necessita, às vêzes, de um certo isolamento. Por isso o projeto deverá oferecer oportunidades também para os "solitários" lerem calmamente o seu jornal ou simplesmente ficarem olhando os pássaros que com certeza irão habitar a nova praça.

O "Playground"

O quintal, que era o verdadeiro *playground* da geração passada, está desaparecendo.

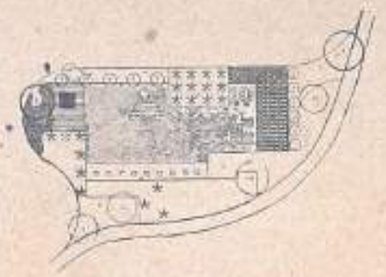
É na praça que se desenvolvem hoje em dia uma boa parte das atividades infantis — desde os montinhos de terra dos mais pequeninos até a "pelada" dos adolecentes.

A previsão de facilidades de recreação para crianças — e também para jovens e adultos — se desenvolveu a ponto de constituir uma técnica independente. O paisagista trabalha — via de regra — com um consultor especialista, que o orienta em tudo quanto se refere às atividades preferidas das crianças. O caráter e a distribuição dos brinquedos, facilidades para administração do *playground*, tais como sala de reuniões, sanitários, bebedouros, etc.

Há alguns aspectos gerais da técnica de recreação organizada que merecem a atenção do administrador. Ei-las:

1) O levantamento social e econômico feito durante a fase de planejamento do município ou grupo de municípios permitirá localizar com eficácia os *playgrounds*, de acôrdo com as necessidades da população. Assim as babás não levarão crianças pequeninas a mais de duzentos ou trezentos metros de suas casas, ao passo que um garôto de otto a dez anos que tem mais tempo livre irá mais longe e um jovem de quatorze ou quinze enfrentará sorridente um quilômetro de caminho para encontrar a sua "turma".

Supondo, portanto, uma distribuição homogênea das áreas residenciais, teremos uma grande quantidade de áreas de recreio para pequeninos (que os americanos denominam *play-lot* um lote ou uma área de brinquedo), e que pode ser até um terreno baldio adaptado. Cada *play-lot* cobrirá uma área correspondente a um círculo com raio de trezentos metros. Depois teremos o *play-ground* e o *play-field*. Essas distâncias serão também função da densidade residencial e do caráter da comunidade. É evidente que num bairro com casas dotadas de terrenos espaçosos e com muitas áreas por construir, as necessidades serão inferiores a um trecho superpovoado de São Paulo, por exemplo.



Parque Das Américas

Uma proporção adequada para população de vinte a trinta mil habitantes seria de quatro *playgrounds*, compreendendo o grupo de oito a quinze anos de idade, oito *play-lots* para os pequeninos e um *play-field* para tôdas as idades. O *play-field* poderia ter além dos elementos usuais, facilidades tais como auditório ao ar livre, piscina, lugares para piqueniques, lugares para festas dançantes, campos de tênis, etc.

2) Um fator primordial a ser encarado é a segurança. A separação por idades destina-se justamente a evitar o ambiente de insegurança que se cria para um pequenino de cinco anos que vê o seu jôgo interrompido por um menino de doze. Um especialista treinado pode prever os acidentes mais óbvios embora seja de todo inevitável que ocorra algum episódio inesperado.

Todo *playground* deve ser cercado. É exemplo dos mais comuns, a mãe ou a babá que leva a criança à pracinha a correr atrás da mesma a todo momento para evitar o perigo de automóvel. A irritação torna-se mútua: o responsável pela criança que arca com o pêso da responsabilidade e esta que se vê frustrada em suas necessidades de recreação.

Todo *playground* deve ser supervisionado. Essa vigilância, exercida por técnicos em recreação com horários e instalações adequadas, poderá ser altamente remuneradora para o prestígio governamental em contraste com uma despesa relativamente pequena. O treinamento do técnico poderá ser feito em algum centro especializado (no Rio ou em S. Paulo) e, em tempo relativamente curto, a cidade poderá ter uma rêde de *playgrouhds* altamente invejável.

No projeto do *playground* em si, o paisagista levará em consideração os pontos acima, a fim de que os brinquedos sejam todos agradáveis e eficientes.

Muitas vêzes um velho "jeep" ou um caminhão podem ser colocados na área de recreio, e, devidamente pintados constituem as delícias da criançada, além da caixa de areia, dos trepa-trepas para exercícios de extensão, dos túneis para se esconder, os balanços, das rampas e escorregas, das traves de equilíbrio, etc.

A Paisagem

A preservação da paisagem natural e a composição de uma paisagem artificial adequada e em equilíbrio com o clima, o solo, a configuração do terreno e as demais peculiaridades geográficas do município constituem um objetivo importante a ser alcançado.

A observação da mudança das estações e a sucessão das diversas fases da floração anual, transpostas para a praça ou parque, dar-lhe-ão uma relação com a paisagem natural.

Áreas ao redor da cidade, particularmente morros e elevações, deverão conservar ao máximo o revestimento florestal, evitando-se o aspecto desolador de superfícies peladas, erodidas e queimadas. Ao mesmo tempo oferecerão abrigo e refúgio a pássaros cabôcos, borboletas e outros animais silvestres, servindo como proteção aos mananciais e sítios de excursões e passeios.

Declaradas florestas protetoras, estas áreas, de acôrdo com o Código Florestal, serão isentas de impostos territoriais, além de outros aspectos da legislação que facilitam o trabalho do administrador no sentido de preservar a beleza natural de seu município.

A seleção e o agrupamento das espécies vegetais usadas na praça, poderá ser feita pelo paisagista, de preferência acentuando-se o caráter local pelo emprêgo de elementos regionais. Isto evitará que sejam repetidos indiscriminadamente às soluções, inclusive as soluções erradas, cometidas no Rio e em outras capitais, diversificando aspectos das cidades do país.

A criação de hortos ou viveiros, em que se faça a aclimação ou domesticação dos elementos da flora regional a serem aproveitados, facilitará os trabalhos das Prefeituras.

Nunca será demais frisar que enquanto plantamos em nossas praças e jardins vegetais europeus, asiáticos e africanos, deixamos com a maior indiferença serem extintas espécies da flora indígena de excepcional valor ornamental.

Assim, na região amazônica temos os abricós de macaco, a cebola da mata, as aguceiras do mato, as palmeiras como o babaçu, a bacaba, o cumaru, a suma-uma e milhares de outras.

No Nordeste, o pau d'arco, a macaúba, a peroba, a barriguda, o visgueiro, etc.

No Sul do país, os ipês, as cássias, as quaresmas, as embaúbas, os guapuruvus, etc.

E no extremo Sul, os angicos, os pinheiros e pinheirinhos, os canigás, as capaíbas, as guassatongas, etc.

Isto tanto com respeito às árvores quanto a arbustos, trepadeiras e flôres de corte.

Na formulação do projeto deverá o paisagista dispor de elementos que lhe permitam fazer as composições e arranjos vegetais, respeitando circunstâncias ecológicas regionais ou se adaptando a elas.

Assim, em determinadas zonas de Mato Grosso, poderão ser executadas jardins de plantas aquáticas com base na flora do pantanal; do mesmo modo no Nordeste poderão ser empregadas as plantas da caatinga e em Mato Grosso jardins saxícolas com elementos das flora dos chapadões arenítico das regiões calcáreas, da canga, etc. □

Arquitetura e Acústica

Indústrias

É ponto pacífico entre os técnicos, que o trabalho em condições acústicas desfavoráveis prejudicam o rendimento do pessoal. Mas não é menos certo que os ruídos industriais, em sua grande maioria, podem e devem ser reduzidos. Além disso, é possível (e mesmo necessário) impedir que tais ruídos se propaguem para fora do lugar onde são produzidos, com uma intensidade acima de certos limites. O problema envolve considerações outras, que interessam à higiene e à segurança do trabalho.

Somente o estudo sistemático e racional das fontes de ruídos e suas causas podem permitir, em função das possibilidades locais, determinar os métodos mais apropriados para reduzir ou eliminar, em cada caso, o ruído considerado. O diagnóstico deve sempre preceder ao tratamento. Entretanto, a proteção contra o ruído industrial é, geralmente, feita através de três grandes linha de ação:

1) *Atacar o ruído em sua fonte* — (É o que fêz, provàvelmente por intuição, o indivíduo que deu um tapête de presente ao vizinho de cima de seu apartamento, cujos passos à noite prejudicavam seu sono). Este ataque pode ser efetuado de dois modos: suprimindo a fonte de ruídos (trocando-se, por exemplo, certas engrenagens de aço de uma máquina por outras de fibras plásticas) ou isolando devidamente a mesma fonte.

2) *Impedir que os sons se propaguem* — Através de cuidados especiais, principalmente com a utilização adequada dos equipamentos, máquinas e instalações. O assunto é vasto e foge dos limites dêste trabalho. A título ilustrativo, chamamos a atenção para os pontos fracos de isolamento acústico de dutos e canalização; de paredes, muros ou pisos que podem desempenhar o papel de uma verdadeira rêde difusora de ruídos no ambiente industrial.

3) *Tratamento acústico* — Vimos acima que é possível, em muitos casos, impedir a transmissão do ruído. Mas existe outra possibilidade de redução do nível de som do local onde se acha a fonte: é o tratamento acústico. Temos, para tanto, uma experiência e uma prática já bem definidas, pelas quais sabemos que o tratamento de paredes, pisos e tetos por meio de materiais adequados é, particularmente, eficaz para reduzir os ruídos.

Compreensão do Problema

O problema do contrôle do ruído nas fábricas visa principalmente o conforto do industriário que, no fim, será compensado no aumento da produtividade. As soluções apontadas em linhas gerais (cada problema de acústica tem uma solução), contribuem também para a diminuição do nível de ruído que emana de um determinado edifício industrial perturbando o sossêgo das habitações vizinhas. Adicionando-se soluções paralelas às apontadas anteriormente, poderá ser resolvido duplamente o conforto do operário e o conforto dos moradores das cercanias da fábrica.

A necessidade do conforto acústico é uma verdade incontestável, sendo de vital importância para o funcionamento normal da fábrica. O custo do tratamento acústico é insignificante pelos benefícios que advêm da sua utilização. Colocado em situação de destaque nos problemas da higiene do trabalho, o ruído assemelha-se a outros agentes causadores de doenças profissionais.

O problema do ruído é antiguíssimo. Os métodos para o seu combate é que são modernos. Apesar de não ter sido citado no *genesis* da Terra, já a criação do mundo deve ter sido acompanhada por um grande barulho.

Prof. Alberto Vieira de Azevedo — Arquiteto, Consultor Técnico de Acústica do IAB, Secretário da Comissão de Estudos de Acústica da ABNT, Diretor do Instituto Brasileiro de Acústica.

P - N B - 140 — Especificação - I

Os trabalhos de revisão do P-NB-140 prosseguem na ABNT, apresentando ótimos resultados. Foram realizadas já algumas reuniões plenárias, nas quais se apreciou e aprovou matérias do maior interêsse técnico-profissional.

ARQUITETURA inicia neste número a publicação da primeira parte do trabalho que coube ao Grupo de Trabalho n.º 1: Especificações, coordenado pelo arquiteto Maurício Roberto. O documento que apresentamos foi aprovado na reunião plenária do dia 21 de setembro de 1965 e se encontra em fase de redação final. O Grupo de Trabalho n.º 1: Especificações, *que funciona sob a coordenação do arquiteto Maurício Roberto é integrado pelos seguintes profissionais: arquitetos Antônio Augusto Dias, Jorge Figueiredo, Roberto Thompson Motta e Umberto Martins; engenheiros Agostinho Camargo Silva Filho, Almar Cunha, Eduardo Lins, Fernando de Almeida, Fernando Emanuel Barata, Leopoldo Cunha Pires Amorim, Major Orlando Passos, Samir Haddad e Willy Lacerda; economista Nélio Bianchi.*

Adiantamos ainda que na matéria apresentada pelo Grupo de Trabalho n.º II, *ficou aprovada, também em reunião plenária, a inclusão dos honorários dos diversos profissionais que intervém na construção no computo do custo das incorporações. Oportunamente divulgaremos êste documento.*

INTRODUÇAO

O Grupo de Trabalho n.º 1 — "Especificações" — norteou a sua tarefa no sentido de se poder fazer um planejamento geral da obra, a qual constitui a essência de uma incorporação.

Para isso e dentro dêste princípio, duas grandes divisões foram estabelecidas.

A primeira, "Classificação e Discriminação dos Serviços", foi elaborada com o espírito de simplificar e padronizar especificações, composições de preço, apropriações, etc.

Procurou o GT - 1, além da contribuição pessoal de cada um dos seus membros, fazer a consolidação e síntese das diversas classificações existentes.

Na segunda, "Critérios e Normas de Serviços", tentou o GT - 1 criar normas e critérios que completassem as Normas Brasileiras já existentes e relativas ao assunto.

Pretende-se com isso que, no futuro, apenas a citação da NB - 140 defina tôdas as normas e critérios dos serviços de uma construção.

Chamamos a atenção para o fato de que pela primeira vez se tentou estabelecer, no Brasil, critério e normas dos serviços profissionais que intervêm numa obra de incorporação. Essa tentativa fixa a responsabilidade de todos os profissionais e deixa bem claro, perante os futuros compradores quais as suas obrigações e tarefas em relação ao empreendimento.

Maurício Roberto — Presidente do GT - 1

I — PLANEJAMENTO DA OBRA

1.1 Classificação e discriminação dos serviços
1.2 Critérios e Normas de serviços
1.1 — CLASSIFICAÇAO E DISCRIMINAÇAO DOS SERVIÇOS

GRUPO I

Serviços iniciais e despesas diversas

01 Serviços Técnicos
02 Serviços Preliminares
02 Instalações Provisórias
04 Máquinas e Ferramentas
05 Administração da Obra
06 Limpeza da Obra
07 Transporte
08 Movimento de Terra
09 Diversos

GRUPO II

Solos, Fundações e Infra-Estruturas

01 Infra-estrutura e Obras complementares

GRUPO III

Supra-estrutura

01 Supra-estrutura

GRUPO IV

Paredes, Vãos, Divisórias e Esquadrias

01 Paredes e Painéis
02 Esquadrias, Peitoris
03 Vidros e Plásticos
04 Elementos de Composição e Proteção das fachadas

GRUPO V

Coberturas e Proteções

01 Coberturas
02 Impermeabilização
03 Tratamentos especiais

GRUPO VI

Revestimentos, Pinturas, Forros, Tratamentos Acústicos

01 Revestimentos
02 Forros e elementos decorativos
03 Marcenaria e Serralheria
04 Pinturas
06 Tratamentos Especiais (internos)

GRUPO VII

Pavimentações

01 Pavimentações
03 Rodapés, Soleiras, Peitoris

GRUPO VIII

Instalações e Aparelhos (respectivos)

01 Equipamento de banheiro, cozinha e serviço
02 Instalações elétricas
03 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
04 Ar condicionado (Refrigeração)
05 Ventilação Mecânica (exaustão ou insuflação)
06 Instalações mecânicas

GRUPO IX

Complementação da Obra

01 Calafate e limpeza
02 Complementação artística e paisagismo
03 Obras complementares
04 Ligações Definitivas e Certidões
05 Recebimento de obra
06 Eventuais

GRUPO I

01 — SERVIÇOS TECNICOS

01.1 Levantamento topográfico
01.2 Estudos geotécnicos
01.3 Vistorias
01.4 Planejamento, assessoria e contrôle geral da obra
01.4.1 Consultoria do Empreendimento (Programação e Acompanhamento)
01.4.2 Projeto Arquitetônico
01.4.3 Projeto Geotécnico
01.4.4 Projeto Estrutural (Infra e Supra-Estrutura)
01.4.5 Projeto das Instalações Elétricas
01.4.6 Projeto das Instalações Hidráulica, Sanitária e de Gás
01.4.7 Projeto das Instalações de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica
01.4.8 Projeto das Instalações Especiais
01.4.9 Projeto do Tratamento Acústico
01.4.10 Maquetas
01.4.11 Perspectivas
01.4.12 Paisagismo
01.4.13 Complementação artística
01.5 Orçamentos
01.6 Cronogramas
01.7 Construtor (tarefas e obrigações)
01.8 Contrôle tecnológico de qualidade
01.9 Fotografias

02 — SERVIÇOS PRELIMINARES

02.1 Demolição
02.2 Cópias heliográficas
02.3 Despesas legais
02.3.1 Licenças, taxas da obra e da edificação, registro em cartório
02.3.2 Impostos, seguros, contratos, selos, legislação da obra
02.3.3 Multas

03 — INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

03.1 Tapume, barracões, depósitos, placas, tôrres, andaimes mecânicos e outros equipamentos
03.2 Instalações provisórias de água, luz, fôrça e esgôto
03.3 Instalação de bombas
03.4 Locação da obra

04 — MÁQUINAS E FERRAMENTAS

04.1 Máquinas — aluguel, peças e acessórios, consertos, lubrificação, manutenção
04.2 Ferramentas em geral

05 — ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

05.1 Pessoal — engenheiro, mestre, apontador, vigias, guincheiro
05.2 Contas de água, luz, fôrça e telefone
05.3 Material de escritório
05.4 Medicamentos de emergência
05.5 Ensaios especiais para materiais e serviços
05.6 Contrôle sanitário da obra

06 — LIMPEZA DA OBRA

06.1 Limpeza permanente da obra
06.2 Retirada de entulho

07 — TRANSPORTE

07.1 Transporte interno
07.2 Transporte externo

08 — MOVIMENTO DE TERRA
08.1 Limpeza de terreno: desmatamento, destocamento, retirada de baldrames
08.2 Escavações, retirada e fornecimento de terra. Compactação
08.3 Desmonte de rocha

09 — DIVERSOS

GRUPO II

01 — INFRA-ESTRUTURA E OBRAS COMPLEMENTARES
01.1 Escoramentos de vizinhos e do terreno
01.2 Rebaixamento do lençol de água
01.3 Preparo das fundações: sortes em rocha, lastros
01.4 Fundações superficiais
01.5 Fundações profundas
01.6 Reforços e consolidação de fundações
01.7 Provas de carga em estacas (ensaios de qualidade)
01.8 Provas de cargo sôbre o terreno de fundação (ensaio)

GRUPO III

01 — SUPRA-ESTRUTURA
01.1 Concreto armado
01.2 Metálicas
01.3 Madeira
01.4 Mistas
01.5 Diversos

GRUPO IV

01 — PAREDES E PAINEIS
01.1 Alvenarias
01.2 Elementos divisórios especiais
01.3 Elementos vazados em geral

02 — ESQUADRIAS, PEITORIS
02.1 Madeira
02.2 Metálicas
02.3 Plásticas
02.4 Concreto
02.5 Mistas
02.6 Diversas

03 — VIDROS E PLÁSTICOS
03.1 Vidros lisos, fantasias, translúcidos, armados, blindados, ray-ban
03.2 Tijolos de vidro e elementos vazados
03.3 Diversos

04 — ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO E PROTEÇÃO DAS FACHADAS

GRUPO V

01 — COBERTURAS
01.1 Estruturas para telhado, telhas, elementos de fibro-cimento, condutores, calhas
01.2 Especiais

02 — IMPERMEABILIZAÇÕES
02.1 De terraços abertos, cobertos, jardins
02.2 Caixa de água
02.3 Laje do subsolo
02.4 Juntas
02.5 Banheiros

03 — TRATAMENTOS ESPECIAIS
03.1 Térmico

GRUPO VI

01 — REVESTIMENTO
01.1 Generalidades
01.2 Argamassas
01.3 Azulejos, ladrilhos hidráulicos e cerâmicas
01.4 Mármores, granitos e arenitos
01.5 Marmorite ou granitina
01.6 Pastilhas cerâmicas ou de vidro
01.7 Especiais

02 — FORROS E ELEMENTOS DECORATIVOS
03 — MARCENARIA E SERRALHERIA
04 — PINTURA
05 — TRATAMENTOS ESPECIAIS
05.1 Acústico
05.2 Outros tratamentos e imunizações

GRUPO VII

01 — PAVIMENTAÇÕES
01.1 Tacos, parquete, frisos, pisos especiais de madeira
01.2 Mármore, marmorite, granito, PVC
01.3 Ladrilhos hidráulicos, Ladrilhos cerâmicos, Pastilhas Cerâmicas
01.4 Cimentados
01.5 Calçadas externas
01.6 Diversos

02 — RODAPÉS, SOLEIRAS, PEITORIS

GRUPO VIII

01 — EQUIPAMENTO DE BANHEIRO, COZINHA E SERVIÇO
01.1 Louças em geral
01.2 Metais sanitários
01.3 Complementos: porta-papel, cabide, saboneteira, armário
01.4 Fogões, coifa, filtro, aquecedor e metais
01.5 Tanque e metais
01.6 Bancas
01.7 Outros equipamentos

02 — INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
02.1 Luz, fôrça, telefone, campainha, rádio-televisão, intercomunicação
02.2 Pára-raios
02.3 Sinalização noturna
02.4 Relógios elétricos
02.5 Chuveiros elétricos
02.6 Posteação

03 — INSTALAÇÕES HIDRAULICA, SANITARIA E DE GÁS
03.1 Água
03.2 Esgôto e ventilação
03.3 Águas Pluviais
03.4 Gás

04 — AR CONDICIONADO (Refrigeração)
05 — VENTILAÇÃO MECANICA (Exaustão ou insuflação)

06 — INSTALAÇÕES MECANICAS
06.1 Elevadores
06.2 Monta-cargas
06.3 Escadas rolantes
06.4 Planos Inclinados

GRUPO IX

01 — CALAFATE E LIMPEZA
02 — COMPLEMENTAÇÃO ARTISTICA E PAISAGISMO
02.1 Paisagismo
02.2 Painéis artísticos
02.3 Diversos

03 — OBRAS COMPLEMENTARES
03.1 Completação de rebaixos
03.2 Acertos de pisos

04 — LIGAÇÕES DEFINITIVAS E CERTIDÕES
04.1 Água
04.2 Luz
04.3 Fôrça
04.4 Telefone
04.5 Gás
04.6 Esgôto
04.7 Águas pluviais
04.8 Incêndio
04.9 Certidões

05 — RECEBIMENTO DA OBRA
05.1 Testes gerais nas instalações
05.2 Arremates
05.3 Habite-se

06 — EVENTUAIS
06.1 — Indenização a terceiros
16.2 — Imprevistos diversos.

1.2 — CRITÉRIOS E NORMAS DE SERVIÇOS

GRUPO I

01 — SERVIÇOS TECNICOS
01.1 Levantamento topográfico
01.2 Estudos geotécnicos
01.3 Vistorias
01.4 Planejamento, assessoria e contrôle geral da obra
01.4.1 Consultoria do Empreendimento (Programação e Acompanhamento)
01.4.2 Projeto Arquitetônico
01.4.3 Projeto Geotécnico
01.4.4 Projeto Estrutural (Infra e Supra-Estrutura)
01.4.5 Projeto das Instalações Elétricas
01.4.6 Projeto das Instalações Hidráulica, Sanitária e de Gás
01.4.7 Projeto das Instalações de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica
01.4.8 Projeto das Instalações Especiais
01.4.9 Projeto do Tratamento Acústico
01.4.10 Maquetas
01.4.11 Perspectivas
01.4.12 Paisagismo
01.4.13 Complementação artística
01.5 Orçamentos
01.6 Cronogramas
01.7 Construtor (tarefas e obrigações)
01.8 Contrôle tecnológico de qualidade
01.9 Fotografias

02 — SERVIÇOS PRELIMINARES
02.1 Demolição
02.2 Cópias heliográficas
02.3 Despesas legais
02.3.1 Licenças, taxas da obra e da edificação, registro em cartório
02.3.2 Impostos, seguros, contratos, selos, legislação da obra
02.3.3 Multas

01.1 — LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO

As dimensões e as características do terreno determinarão o método do Levantamento a ser empregado, o qual constará de:

01.1.1 Levantamento de grandes áreas:
a) Curvas de nível de metro em metro;
b) Indicação de todos os acidentes topográficos;
c) Ângulos internos;
d) Dimensões do terreno e área;
e) Orientação;
f) Árvores principais;
g) Valas;
h) Referência de nível;
i) Indicação de caminhos, ruas e estradas com as respectivas dimensões;
j) Outra qualquer indicação necessária.

01.1.2 Levantamento de pequenas áreas:
a) Curvas de nível de metro em metro;
b) Indicação de árvores, afloramento de pedras ou qualquer outro acidente importante;
c) Ângulos internos;
d) Dimensões do terreno e área;
e) Orientação;
f) Numeração do terreno, ou dos terrenos vizinhos, em relação ao logradouro;
g) Indicação de ruas ou estradas, com as respectivas dimensões (no caso de ruas, as larguras das calçadas);
h) Indicação dos postes, porventura existentes, nas calçadas em frente às suas divisas;

(Continua no próximo número)

Destaque

Recomendações do Simpósio de Urbanismo

Síntese do Relatório da Comissão Única

1 — *Política Urbanística*

1.1 — O Govêrno do Estado deverá mobilizar os recursos e a cooperação dos órgãos de outras esferas administrativas necessários à realização do estudo das regiões geoeconômicas da Bahia, no sentido de sua definição sistemática e determinação de suas características, de interêsse para o planejamento regional urbano.

Deverá promover também a integração dêste esfôrço no trabalho, de entrosamento que no mesmo sentido se inicia com a participação do IBGE, do Ministério do Planejamento e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. O resultado dêste trabalho constituirá a base de uma política de urbanismo que coordenará os trabalhos dos municípios de cada região.

1.2 — A política de urbanismo do Govêrno do Estado se realizará através:

1) da criação de um sistema de incentivos ao planejamento físico ao nível local;

2) da assistência técnica ao estudo e à formulação dos planos locais;

3) da formação e treinamento de pessoal técnico a ser pôsto a serviço dos municípios;

4) da promoção de convênios intermunicipais para a realização dos trabalhos desta natureza;

5) do apoio das leis do país no sentido de aparelhar os municípios e o Estado para:

a) controlar a valorização imobiliária;
b) regular a densidade de utilização do espaço urbano;
c) desapropriar e reservar espaços para fins do plano de desenvolvimento;
d) proteger e aproveitar racionalmente os recursos naturais e o patrimônio cultural.

1.3 — Esta política se orientará no sentido de ser:

a) harmonizada com a política de desenvolvimento sócio-econômico da região e do país;
b) coordenadora da ação administrativa dos municípios;
c) reivindicadora junto ao Govêrno Federal, dos providências de sua esfera privativa;
d) organizadora e promotora da ação cívica das comunidades locais.

2 — *Urbanização do Estado*

O Simpósio de Urbanismo recomenda como diretrizes, ao Govêrno do Estado da Bahia:

0.1 — estudar a possibilidade de descentralização da apuração dos recenseamentos decimais do país;

0.2 — utilizar mais intensamente, através de convênios específicos, os serviços do sistema estatístico e geográfico nacional, para a obtenção de dados necessários ao planejamento regional e urbano;

0.3 — manter ligação permanente com os órgãos centrais da estatística nacional para obter, na forma adequada ao planejamento, apurações já existentes;

0.4 — estudar e conceituar adequadamente, a noção de área urbana, para a fórmula de uma política de urbanismo;

0.5 — que, ao formular uma política de planejamento regional e urbano, dar prioridade às medidas que redundem na integração da economia de *interland* na área metropolitana, sobretudo através de melhores vias de transportes;

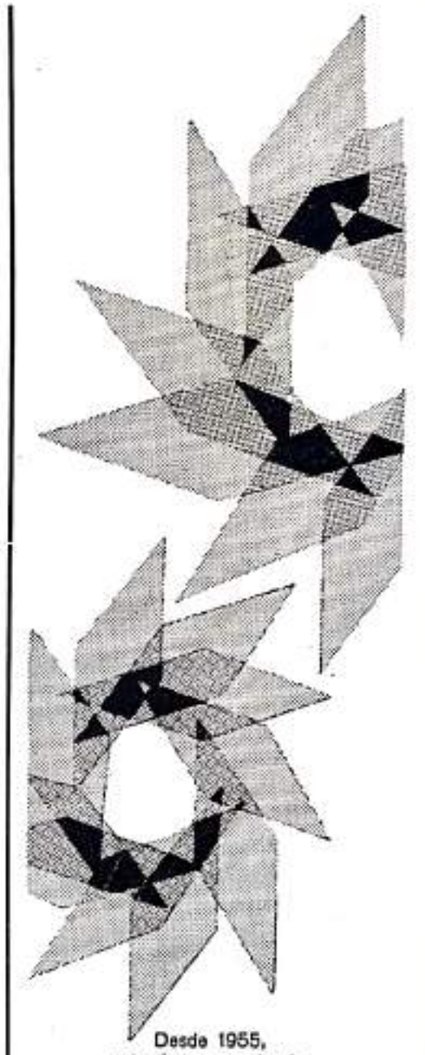
0.6 — articular o Departamento de Estradas de Rodagens, quando da elaboração dos plano viários — com os órgãos de planejamento urbano, rural e regional, contribuindo assim, para a integração do planejamento estadual;

0.7 — cooperar com a Universidade da Bahia para a realização de estudos de planejamento de suas atividades e articulação dos programas das unidades em que a formação profissional se destine a equipes polivalentes de planejamento físico;

0.8 — dirigir-se ao IBAM, SERPHAU e USAID, sugerindo a realização, em caráter permanente, de cursos em nível de pós-graduação, para pessoal docente e executivo de planejamento regional e urbano;

0.9 — recomendar ao Simpósio de Educação que, quando do estudo da formação da mão de obra de nível médio, dê ênfase ao adestramento de desenhistas e topógrafos;

2.10 — recomendar ao Govêrno do Estado, tendo em vista o volume do investimento público existente no território da Bahia em capital social básico até agora improdutivo, um levantamento das causas determinantes, em cada caso, do não aproveitamento da obra executada e a iniciti-

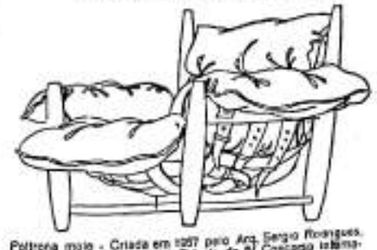


Desde 1955,
criando e executando
o móvel brasileiro
de prestigio internacional

10 anos

oca

RUA JANGADEIROS, 14-C - 08
RUA AUGUSTA, 1058 - SÃO PAULO



Poltrona mole - Criada em 1957 pelo Arq. Sergio Rodrigues. Diretor-Técnico da Oca. 1.º Prêmio do IV Concurso Internazionale del Mobile Cantù Italia

tiva de providências para sanar a situação junto à esfera administrativa competente;

2.11 — estruturar ao nível estadual, as sociedades de economia mista, criadas conforme a recomendação do B.N.H., permitindo assim, que os recursos provenientes dêste e dos demais órgãos de financiamento nacionais e internacionais, sejam orientados segundo o planejamento estadual e coordenados com os programas de desenvolvimento regional;

2.12 — realizar por órgãos técnicos ou escritórios habilitados, os planos habitacionais compatíveis com as condições da região;

2.13 — criar condições objetivas para estimular o surgimento de cooperativas e sociedades civis destinadas à execução da política habitacional;

2.14 — recomendar a execução de estudos sôbre a indústria de materiais de construção, com o objetivo de fabricação de materiais de baixo custo;

2.15 — recomendar ao órgão encarregado de estabelecer a política urbanística do Estado, que dê prioridade ao plano diretor da capital e utilize como subsídio, o trabalho do Dr. Mário Leal Ferreira, cuja publicação deve ser feita para fins de divulgação;

2.16 — realizar estudo das fontes de recursos financeiros, objetivando a destinação de parcela dos mesmos, à execução da política urbanística;

2.17 — estudar a vinculação do fornecimento de recursos financeiros aos municípios, à aceitação da assistência técnica oferecida pelo Estado e à elaboração de orçamento-programa, a exemplo das relações entre o Estado e a União.

3 — *Regiões Geoeconômicas*

3.1 — Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento mediante o estudo da rêde urbana do Estado, determinação das cidades com função de centros regionais e suas zonas de influência e organização interna.

4 — *Implementação do Planejamento*

Considerando o planejamento regional e urbano como um processo contínuo integrado no mecanismo que toma decisões político-administrativas, devendo contar com a participação permanente das comunidades interessadas, o Simpósio de Urbanismo entende que êste planejamento deve ser realizado ao nível do Govêrno Estadual, por um sistema de órgãos técnicos e consultivos que integrará entidades existentes e, eventualmente, criará outras.

Esse sistema contará, essencialmente:

4.1 — com um órgão central consultivo ao nível mais alto da administração, integrado por setores representativos das atividades político-administrativas, econômicas, técnicas e culturais, cabendo-lhe:

a) promover os incentivos para a integração das áreas municipais no contexto do planejamento regional;

b) fixar os objetivos e princípios gerais da política de planejamento regional urbano;

c) formular as normas de execução de planejamento pelo Estado e pelos municípios;

d) coordenar os planejamentos regional e urbano adotados pelo Estado aos planejamentos oriundos de órgãos do plano federal.

4.2 — com um órgão técnico assessor do órgão consultivo, dos executivos e legislativos estadual e municipais, dotado de recursos materiais e humanos que lhe permitem por iniciativa própria ou solicitação das entidades interessadas, analisar diretamente ou através de profissionais contratados, os problemas dos núcleos urbanos integrados nas regiões respectivas, propor planos diretores dêstes núcleos e acompanhar a sua execução;

4.3 — com órgãos de deliberação coletiva de âmbito regional, criados por convênio entre os municípios de cada região, com a participação de entidades privadas interessadas no desenvolvimento regional, aos quais caberá executar o trabalho promocional do planejamento e tomar a iniciativa de sua execução pelos municípios e pelo Estado.

5 — *Assistência Técnica aos Municípios — Autonomia Municipal*

O Simpósio de Urbanismo, tendo em vista a adoção de uma política urbanística, recomenda ao Govêrno do Estado:

5.1 — estudar medidas legislativas no âmbito estadual para tornar obrigatórias nas suas relações com o Estado, a apresentação prévia pelos municípios, de planos diretores atualizados periòdicamente e integrados nos planos regionais;

5.2 — analisar os atuais órgãos da administração estadual ligados a problemas municipais, de desenvolvimento e planejamento em suas funções e objetivos, para adaptá-las à nova estrutura proposta para os órgãos de planejamento;

5.3 — pleitear da Sudene, a continuidade do programa de formação de pessoal administrativo municipal;

5.4 — estudar pelos órgãos de Planejamento propostos por êste Simpósio, a determinação da malha municipal do Estado, devendo o Govêrno tomar as medidas institucionais necessárias;

5.5 — realizar sistemàticamente convênios com os governos municipais para assegurar ao planejamento, o caráter de um processo contínuo sem afetar a autonomia dos municípios;

5.6 — pleitear, na esfera federal, a complementação da legislação vigente para o fim de:

a) ampliar o direito de desapropriação por utilidade pública e interêsse social;

b) criar o direito de reservar espaço urbano sem desapropriação para usos futuros previstos no plano;

c) criar o direito de permutar propriedades imobiliárias com equivalência econômica;

d) institucionalizar a participação da comunidade na discussão e aprovação dos planos;

e) integrar os órgãos de planejamento no mecanismo que toma decisões político-administrativas.

5.7 — empregar sistemàticamente os meios legais já existentes como o zoneamento, a taxação e os recursos progressivos e a contribuição de melhoria para o melhor contrôle do uso da terra na área urbana. ☐



● *CONCURSO PARA O MONUMENTO "MÃE"*

No início dêste ano, Mauricio Segall me apresentou a escultora Monique Cornil. Ela tinha pronta uma escultura para o concurso para o Monumento "MÃE" no qual estava inscrita, e desejava que eu fizesse o que ela mesma chamava de "urbanização" da escultura.

Embora nunca me tivesse ocorrido a idéia de participar do referido concurso, fui pouco a pouco me interessando pelo problema do monumento, a ponto de no fim de algumas semanas, ter concluído o trabalho que foi publicado no n.º 39 da revista ARQUITETURA.

Peço ao prezado colega que esclareça na primeira oportunidade, com o destaque necessário, que a escultura que aparece na pág. 7, ilustrações 4, 5 e 6, é de Monique Cornil, escultora belga, radicada no Brasil, devendo-se a omissão de seu nome naquela ocasião a um lapso inexplicável.

Aliás, a ela não devo apenas minha participação no concurso. Acredito que a peça por ela moldada, tinha um caráter e certa matéria que sugeriram fortemente meu trabalho.

Arquiteto Joaquim Guedes, SP

ARQUITETURA registra a retificação do arquiteto Joaquim Guedes e lamenta o lapso da omissão do nome da escultora Monique Cornil.

● *AINDA O CONCURSO PARA O MONUMENTO "MÃE"*

Tomamos conhecimento, através da revista ARQUITETURA, do concurso promovido pelos "Diários Associados" para a escolha de uma escultura em homenagem às mães.

Ficamos também sabendo não existir ainda um local determinado para a colocação dêsse monumento — e, êsses dois fatos, nos levam a rogar a V. Sa. os seus bons ofícios aos nossos esforços para que o novo Hospital-Maternidade desta Casa, já em fase adiantada de construção, seja finalmente escolhido como o cenário mais indicado para obra tão expressiva do escultor Fracarolli.

No próximo dia 10 do mês de novembro estaremos comemorando o 25.º aniversário de fundação da Maternidade Casa da Mãe Pobre, e essa data não poderia receber melhor comemoração do que a colocação nos jardins fronteiros à "maior maternidade gratuita da América Latina" do belo monumento às Mães.

Mais de 75.000 crianças nasceram nesta Casa! Mais de 40.000 sócios mantenedores ajudam esta Casa! Temos atualmente 122 leitos para parturientes e contaremos — ao término do novo edifício — com mais 383 leitos sòmente destinados às Mães Pobres! As primeiras crianças nascidas nesta Casa contam já com 17 anos — o que vale dizer estaremos em breve agasalhando os netos das primeiras mães que aqui recorreram!

Com a boa vontade de V. S.ª, estamos certos poderemos alcançar as justas pretensões desta Casa e, no mês de novembro, transformaremos o nosso Jubileu de Prata em efeméride de repercussão nacional.

Pedro, Mourão, pela Diretoria
Maternidade Casa da Mãe Pobre
Rua Frei Pinto, 16
Rio de Janeiro, GB

Razões alheias a nossa vontade impediram-nos de publicar esta carta em números anteriores a novembro de 1965. Assim, o apêlo que nos foi dirigido ficou prejudicado. Cabe, no entanto, esclarecer que qualquer decisão no sentido de atender a pretensão da Casa da Mãe Pobre estaria fora do nosso alcance. O concurso foi promovido pelos "Diários Associados" e sòmente aos seus promotores estaria afeta uma decisão daquela natureza. Registramos, todavia, com simpatia, o apêlo.

● *CODEPAR*

Tomamos a liberdade de dirigir-lhe a presente, a fim de consultar sôbre as possibilidades de que seja a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná — CODEPAR — incluída entre os assinantes do periódico ARQUITETURA.

Cesar Muniz Filho, assessor
Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná-CODEPAR
Rua 15 de Novembro, 270, 6.º andar — Curitiba - PR

● *UNIÃO DE ESTUDANTES*

O Departamento de Arquitetura da União Gakusseis de Curitiba, pela utilidade que à revista ARQUITETURA oferece as nossas pesquisas, solicita que seja remetida regularmente a conceituada publicação, órgão oficial do IAB, à nossa agremiação.

Aldo Matsuda, diretor
União dos Gakusseis de Curitiba
Alamêda Dr. Muricy, 275
Curitiba - PR

Diálogo

● *ABRIL, N.º 34*

Acusamos o recebimento com regularidade dos números desta prestigiada Revista, o que agradecemos sinceramente.

Aproveitamos o ensejo para congratularmo-nos com a feliz escolha dos trabalhos apresentados e ficaríamos muito gratos se nos fôsse remetido mais um exemplar do número de abril, por conter assuntos de grande interêsse.

Casa Gelli Móveis S. A.
Av. N. Sra. de Copacabana, 1032-A
Rio de Janeiro - GB

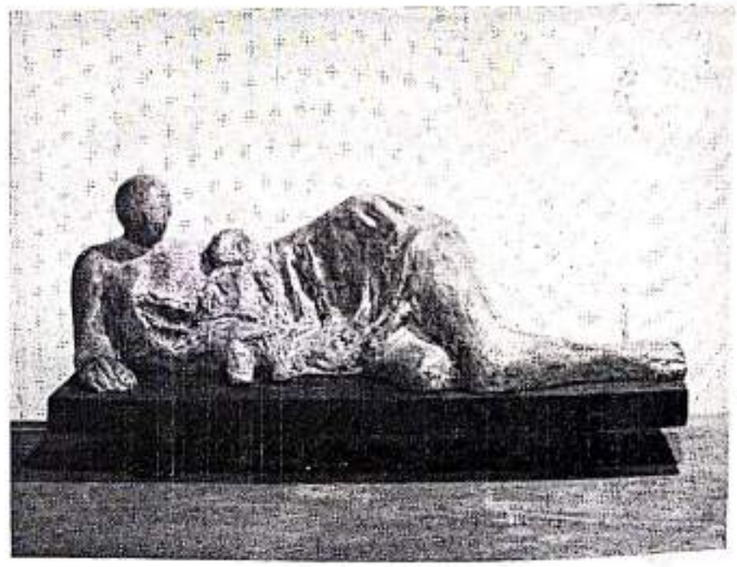
Os três pedidos acima foram encaminhados ao nosso Departamento de Circulação para serem atendidos.

● *DADIVA*

Sendo arquiteto, e no momento na direção do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Aracaju, e sabedor de que o Instituto de Arquitetos do Brasil está a prestigiar todos os arquitetos dêste Brasil imenso com sua revista ARQUITETURA, tão esclarecedora e oportuna, venho ser da possibilidade de também ser aquinhoado com esta dádiva.

Arquiteto Rubens Chaves
Caixa Postal, 31
Aracaju - SE

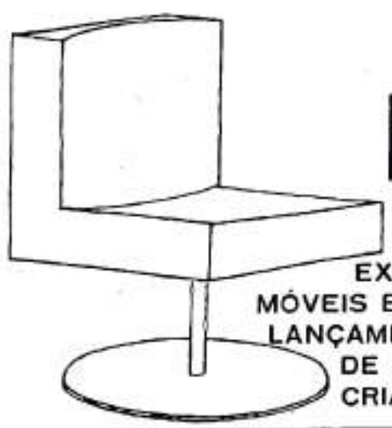
Tocados com os têrmos de sua carta informamos que de agora em diante V. passará a receber mensalmente ARQUITETURA. Mande-nos notícias do trabalho que V. está desenvolvendo a frente do Departamento de Urbanismo de Prefeitura de Aracaju. ☐



Escultura de Monique Cornil, integrante do projeto classificado em 2.º lugar no Concurso para o Monumento "MÃE"

ESTAMOS CONVIDANDO
PESSOAS DE BOM GÔSTO,
ARQUITETOS E DECORADORES
PARA VISITAREM
NOSSA NOVA LOJA

BARATA RIBEIRO, 636 (RIO-GB)



MAGALHÃES

INSTALOU
SUA NOVA LOJA
EXCLUSIVAMENTE DE
MÓVEIS ESTOFADOS COM
LANÇAMENTO E EXPOSIÇÃO
DE SUAS NOVAS
CRIAÇÕES.

Notícias

Arquitetos FNA-UB, 1965

Colaram grau no dia 20 no Teatro Municipal os novos arquitetos diplomados pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Os novos arquitetos tiveram como patrono Le Corbusier e são os seguintes:

Adilson de Figueiredo Nunes (GB)
Adolpho Milman (GB)
Alexandre Chan (GB)
Alfredo Elschowich Schwartz (GB)
Ana Cecília Henrique Maurício (MG)
Ana Cristina David Pinheiro (GB)
André Ricardo Lopes Teixeira (RJ)
Armando de Paula Carvalho Neto (SP)
Cecy de Araújo Pôrto (GB)
Celia Jupy de Barros (GB)
Celita Sobral do Nascimento (GB)
Daisy Clark (PI)
David Ferreira Lima (EC)
Déa Lucia de Pinho (GB)
Dácio Braga Fernandes de Sá (GB)
Dennis Alex Negraes Simões (GB)
Diana E. Ribeiro de Magalhães (GB)
Dilton Ferreira Leão (GB)
Edgar Segura Sinisterra (Colômbia)
Eduardo Ferreira Monsanto (GB)
Eduardo Lopes Ferreira Guimarães (GB)
Eduardo Orla Feliu (RJ)
Ena Maria Brandão Villar (GB)
Erika Wellmann (Hungria)
Esperança de Lourdes Franco Neto (GB)
Fernando Regis Caserio de Almeida (SP)
Fernando Roberto Cox de Faria (GB)
Flávio Capilonch Cardoso (RJ)
Flávio Mindlin Guimarães (SP)
German B. Delgado Bolaños (Equador)
Gustav Adolf Engmann (RJ)
Gilberto de Oliveira Carneiro Lins (PE)
Guiomar E. Archondo Mendieta (Bolívia)
Harari Bandeira de Mello Abreu (GB)
Helena Curado (GB)
Helena Maria Silva Krieger (RJ)
Hugo Silva Reis (AM)
Isaac Feirgold (GB)
João Baptista Bortoloti (SP)
João Honorio de Mello Filho (GB)
João do Nascimento Ribeiro (ES)
Joel Ghivelder (GB)
José Carlos Soares Pomatelli (RS)
Jose Flávio Barboza (MG)
José Francisco Drummond Reis (MG)
José Roberto de Assis Torres Carneiro (GB)
Jouber Paulo Vicente (GB)
Julio Ugalde Jerves (Equador)
Léda Werneck Borelli (GB)
Leon Sastri Manickchand (Trinidad)
Ligia Gomes de Oliveira (RS)
Luiz Américo Gaudenzi (GB)
Luis Carlos Boeckel (RS)
Luiz Cláudio de Castro (MG)
Marcus sérgio Franco (GB)
Manuel Orubel Rosenthal (Equador)
Marcelo Felix Schmidt (GB)
Maria Lúcia Jacques Fernandes (GB)
Maria Luiza Nisticó (GB)
Maria Rosa de Souza (GB)
Maria Thereza de Medeiros Tranroso (ES)
Mário Pellegrini Capello (RJ)
Marklen Sisg Landa (ES)
Mario Figueiredo da Costa e Souza (MG)
Myriam de Pádua Lima (GB)
Nádia Pinheiro Larin (CE)
Paulo Braga de Almeida (SP)
Paulo Corrêa Leão (GB)
Paulo Gustavo da Silva Costanza (GB)
Paulo de Lauro Pontes (RJ)
Paulo Roberto de Souza Martins (GB)
Renato Marcorelli Accioly (GB)
Roberto Bicca de Alencastro (RS)
Roberto Eyer Jorús (GB)
Roberto Michal Rogosinski (Polônia)
Rui Gonçalves Côres (Portugal)
Ruy H. Hachiya D'Anaquim Cruz (SP)
Sérgio Ricciardi (SP)
Sérgio Rodrigues e Silva (GB)
Sidney Guimarães Soeiro (GB)
Tadashi Konno (SP)
Tito Cantú Rosero Mosquera (Equador)
Tuing Ching Crang (GB)
Vera Regina Plaisant de Faria (RS)
Vicente de Paulo Guimarães Jr. (RJ)
Waldyr Vaccari (GB)
Walter Augusto de Souza (GB)
Yara Santos Barreto (GB)
Yvonne Teixeira de Almeida (GB)
Zaira Duna (GB)

● *III SALÃO DE ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL*

O Departamento do Rio Grande do Sul do IAB realizou o seu III Salão de Arquitetura. O Júri de Premiação composto pelos arquitetos João Carlos Paiva da Silva, Moacyr Moojen Marques e Leo Ferreira da Silva outorgou os seguintes prêmios: *Melhor Projeto Executado*: Residência Sr. Francisco N. Bastos, de autoria dos arquitetos David Leo Bondar e Moacyr Kruchin. *Melhor Projeto Apresentado*: Praça Caravaggio de autoria do arquiteto Ernesto Paganelli.

Foram ainda atribuídos os seguintes prêmios e menções a projetos nas diversas categorias: *Planejamento Urbano e Regional* — Menção Honrosa à "Cidade do Menor" dos arquitetos Aloisio E. Daudt, Maury A. Poisl e Gilson Michel; Menção Honrosa ao "Conjunto Habitacional de Mina de Leão" do arquiteto Ernesto Paganelli. *Paisagismo* — 1.º Prêmio: "Praça de Peliz" do arquiteto Ernesto Paganelli; Menção Honrosa às "Praças Gomes Jardim e da Independência" de autoria dos arquitetos Fernando Gonzales e dos urbanistas Roberto de Azevedo e Souza e Antônio Carlos de Souza Oliveira, respectivamente. *Habitação Unifamiliar* — Menções Honrosas às Residências "Eugenio B. Zanini" do arquiteto Maury A. Poisl e "José Baggio Filho" dos arquitetos Paulo Baggio e Eduardo Martinez. *Problemas Vários* — Menção Honrosa ao arquiteto José Galbinski pela "Prefeitura de Não Me Toques".

Na parte referente a obra construída foram premiados e distinguidos com Menções: *Habitação Unifamiliar* — 1.º Prêmio à "Residência Herminio Zamprogna" dos arquitetos Maury A. Poisl e Alberto Parussini. Menção Honrosa: "Residência Lyonel Martins Feites" do arquiteto Maury A. Poisl. *Edifícios Comerciais* — 1.º Prêmio ao "Edifício Garagem Ladeira" do arquiteto Emil R. Bered. *Problemas Vários* — 1.º Prêmio ao "Estande Formac" dos arquitetos Paulo Baggio e Eduardo Martinez. *Arquitetura de Interiores* — Menções Honrosas a "Capela Irmãs Paulinas" do arquiteto Luis Carlos da Cunha e ao "Encouraçado Butikim" do arquiteto Milton Mattos.

● *FRANCIS TONDEUR EXPÕE NO IAB-GB*

Francis Tondeur, belga nascido em 1933 em Bruxelas, mostrou na Galeria do IAB-GB, entre 9 e 24 de dezembro, óleos e desenhos. Mauricio Roberto apresentando P. H. conta o seguinte: "Francis Tondeur é um jovem e laureado pintor belga que estudou 4 anos de Pintura em uma Escola que também ensinava Arquitetura. Eu sou um brasileiro que, durante tôda a minha vida adulta, fiz arquitetura. Não sou crítico de Arte. Penso que tenho, em relação à Pintura, apenas um instinto daquilo que é bom. Acho que os anos passados por Francis em contato com seus colegas que estudavam Arquitetura influiram bastante na sua obra, fazendo com que eu sentisse nos seus quadros, além do instinto já mencionado acima, uma certa afinidade com coisas imponderáveis que nós, arquitetos, gostamos de buscar e obter nos nossos projetos. Esse bolsista do Govêrno Belga escolheu o Brasil por causa da nossa Arquitetura. Dono de uma técnica admirável, muralista praticante, domina a "cozinha" do "a fresco" e da pintura de plásticos sôbre alumínio, sendo grande parte da sua obra realizada em função de uma integração à Arquitetura. Há apenas 3 meses no Brasil, Francis Tondeur, em um eventual encontro comigo, teve o gesto simpático de manifestar a preferência da nossa casa para abrigar a sua primeira exibição entre nós. Neste momento, o Instituto de Arquitetos do Brasil tem a satisfação de acolher e patrocinar a primeira mostra, no Brasil, dêste quase colega Belga. Com a palavra, os senhores críticos especializados".

● *BOLSAS DE ESTUDOS*

A OEA está oferecendo duas bôlsas de estudos. Uma para curso sôbre Planejamento Urbano e Regional e outra para curso sôbre Habitação. O primeiro curso terá lugar em Lima, com início em abril de 1966 e terá duração de 2 anos. O de Habitação será realizado em Bogotá, com duração de 9 meses, março a novembro de 1966.

As bôlsas compreendem viagem aérea de ida e volta, classe turista, e US$ 185 pagos mensalmente. Os interessados deverão solicitar suas inscrições ao Escritório Regional da União Pan-Americana, Rua Paissandu, 351, Caixa Postal, 1980, Rio de Janeiro, GB até os dias 25 e 15 de janeiro respectivamente.

● *1.º FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME DE ARQUITETURA*

O Júri composto por Wladimir Alves de Souza, Pierre Baroin, Henry Bernard, Charles Ford, Stanilas Kolendo, Max Guerrien, Paul Roubaix, James J. Sweeney, reunido sob a Presidência de Henry de Segogne atribuiu os seguintes prêmios: *Régua de Ouro* — Grande Prêmio do 1.º Festival Internacional do Filme de Arquitetura a "Arquitetura U.S.A." de Tibor Hirsch (EUA). *Prêmio Especial do Júri*, oferecido pela Academia de Arquitetura, "A Nova Idade da Pedra" de Martin-Pierre Hubrecht (França). *Régua de Prata* — para o melhor filme da categoria "Arquitetura do Presente e do Futuro" a "O Muro Paisagem" de Robert Menegos (França). *Régua de Prata* — para o melhor filme da categoria "Arquitetura do Passado" a "Varsóvia, 1945 - 1962" de Roman Wionczek (Polônia), que exprime a continuidade da arquitetura na reconstrução de uma cidade de grande tradição. *Régua de Prata* — para o melhor filme da categoria "Arquitetura e Técnica" a "Estádio Náutico Olímpico" de Siroh Sakino (Japão).

O Júri atribuiu ainda entre os filmes apresentados: a *Medalha de Prata* do Comitê Internacional para Difusão das Artes e Letras pelo Cinema (C.I.D.A.L.C.) ao filme "Refondre une grande Ville" de Hagen Hasselbach (Dinamarca). O *"Prêmio da Sociedade dos Arquitetos Diplomados pelo Govêrno"* ao filme "Planejamento Urbano em Brasília" de Fernando Coni Campos (Brasil). O *"Prêmio da Associação Provincial de Arquitetos"* ao filme "Jogos de Construção" de Charles Huguenot van der Linden (Países Baixos). O *"Prêmio da Revista FORMES ACTUALLES"* ao filme "Arte Monumental" de Nina Behar (Rumânia). □

ANUNCIE EM

ARQUITETURA

O ÓRGÃO OFICIAL DOS
ARQUITETOS BRASILEIROS

Legislação

CONCURSOS PÚBLICOS OBRIGATÓRIOS

Lei n.º 785, de 12 de abril de 1965.

Institui obrigatoriedade de concursos públicos de projetos de obras arquitetônicas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Artigo 11, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 785 de 12 de abril de 1965, oriunda do Projeto de Lei n.º 197, de 1963:

Art. 1.º Tôda obra arquitetônica isolada ou conjunto arquitetônico, a ser construído pelo Estado, pelas autarquias estaduais, fundações, emprêsas de economia mista, ou realizadas com verbas de auxílio nacional ou internacional, de qualquer espécie ou natureza, será obrigatòriamente objeto de concurso público de projeto aberto a todos os arquitetos diplomados, desde que a previsão orçamentária total da mesma seja igual ou superior a 7.000 (sete mil) salários-mínimos mensais, em vigor no Estado, na época.

Art. 2.º Tôda obra de caráter artístico monumental, turístico ou paisagístico será também objeto de concurso público de projetos, aberto a todos os arquitetos diplomados, desde que a previsão orçamentária total da mesma seja igual ou superior a 7.000 (sete mil) salários-mínimos mensais, em vigor no Estado, na época, ficando a critério do Poder Executivo a realização de concursos para as obras de previsão orçamentária inferior ao limite fixado acima.

Art. 3.º A organização, divulgação e realização dos concursos ficarão a cargo da Secretaria de Estado ou entidade interessada na obra, de acôrdo com as normas estabelecidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

Art. 4.º Ficam isentas das exigências desta lei ùnicamente as obras que já estiverem submetidas a concorrência ou cuja construção já estiver iniciada na data de sua publicação.

Art. 5.º A Comissão Julgadora de cada concurso será constituída dos seguintes membros: um arquiteto representante do Governador do Estado; um arquiteto representante do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara.

Parágrafo único. Cada membro da Comissão Julgadora receberá a título de remuneração, importância igual a 3 (três) salários-mínimos mensais, em vigor no Estado, na época.

Art. 6.º A Secretaria de Estado ou entidade interessada na obra comunicará antecipadamente ao Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — a data da abertura de inscrições para cada concurso.

§ 1.º As inscrições ficarão abertas durantes o prazo de pelo menos 30 (trinta) dias.

§ 2.º O prazo para apresentação dos projetos será de pelo menos 30 (trinta) dias, a critério da Secretaria de Estado ou entidade interessada na obra.

§ 3.º O resultado do julgamento será publicado dentro de 15 (quinze) dias no máximo, a contar do encerramento da entrega dos projetos.

Art. 7.º Serão conferidos 5 (cinco) ou mais prêmios aos primeiros colocados no julgamento dos projetos de cada concurso, no montante total de 2% (dois por cento) sôbre o valor da previsão orçamentária total do custo da obra, ficando o valor de cada prêmio e o número dêles a critério da Secretaria de Estado ou entidade interessada na obra.

Parágrafo único. Estes prêmios serão pagos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação do resultado do concurso, sem prejuízo dos honorários devidos ao primeiro colocado pelo desenvolvimento do projeto.

Art. 8.º Ao arquiteto primeiro classificado caberá o direito de celebrar o contrato para elaboração e execução do projeto definitivo, bem como o desenvolvimento integral do mesmo e a indispensavel fiscalização arquitetônica.

Art. 9.º Os trabalhos contratados com o arquiteto vencedor serão remunerados de acôrdo com o que estabelecer a tabela do Instituto de Arquitetos do Brasil, em vigor na época.

Art. 10.º Caso a obra não seja construída, ao autor do projeto vencedor não caberá qualquer indenização além do prêmio e dos honorários referidos nos artigos anteriores.

Art. 11.º As importâncias relativas aos prêmios, honorários e remunerações, relacionadas nos artigos anteriores, serão tiradas, em caso, da própria verba destinada a obra, que deverá ser calculada de modo a satisfazer esta condição.

Art. 12.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, 12 de abril de 1965.

Edson Guimarães, Presidente, em exercício.

Autor: Dep. **Carvalho Netto**.

(D.O. do Estado da Guanabara, página 1, de 14 de abril de 1965).

A VÁLVULA DE DESCARGA BRASLING É DE 1" – POR ISSO ECONOMIZA 40% NA INSTALAÇÃO HIDRÁULICA



10 ANOS DE GARANTIA

- Utiliza canos e registro de 1 polegada em tôda a instalação.
- Não produz golpe de ariete, que provoca danos nas instalações.
- Economiza até 50% no consumo de água.
- Silenciosa, de manejo facílimo: pode ser acionada por uma criança.
- E além disso é estética. Cromada. Perfeita.

BRASLING FUNDIÇÃO BRASILEIRA DE METAIS S.A.

AV. DO ESTADO, 1781 - TELEFONES: 63-3182 - 63-4834 - SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO EM SÃO PAULO: RUA 24 DE MAIO, 77 - LOJA 12 - GALERIA R. MONTEIRO - NA GUANABARA: RUA WASHINGTON LUÍS, 42-A

PREVIDENCIA SOCIAL: SALARIO BASE DE ENGENHEIROS

O Conselho Atuarial, apreciando o processo MTPS n.º 152.023/64, no qual o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro requer a inclusão de engenheiros não empregados a fim de, na qualidade de trabalhadores autônomos, contribuirem para o I.A.P.C.,

considerando

que os segurados autônomos, consoante o que dispõe o Art. 241 do mesmo diploma legal, terão o salário-base fixado pelo Ministério do Trabalho, ouvido o Serviço Atuarial e os órgãos de classe, quando houver, devendo ser atendidas nas respectivas tabelas às peculiaridades profissionais interessadas e o padrão de vida de cada região, máximo e mínimo, referidos no § 1.º do Art. 239;

considerando

que pela Lei n.º 3.999, de 15.12.61 Art. 5, foi estabelecido o salário-mínimo dos médicos em quantia igual a 3 vêzes o salário mínimo comum das regiões e sub-regiões em que exercerem a atividade;

considerando

que, posteriormente, êste Conselho Atuarial, em sua Resolução n.º 82, de 11.6.63, originária do Processo MTPS-115.566/63, opinou, em caso semelhante, pela instituição de salário base, de advogados, no valor de 3 salários-mínimos adultos;

considerando

finalmente, que razões de ordem atuarial contra-indicam a fixação de salários variáveis para uma mesma classe de trabalhadores autônomos, em cada região;

Resolve manter o critério estabelecido na citada Resolução n.º 82, de modo a ser aceita a filiação dos engenheiros (não empregados) ao IAPC, fixando-se o salário-base em 3 salários-mínimos regionais de adultos.

As. **Carlos Augusto Leal Jourdan**, Presidente

Severino do Amaral Montenegro, Relator.

(D.O. 25/04/64 - pág. 3657)

PORTARIA 250

O Ministro do Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei n.º 3.807, de 26 de agôsto de 1960, e no art. 241 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 48.959-A de 19 de setembro de 1960, e,

Considerando a proposta do Conselho Atuarial, constante do processo n.º MTPS 152.023-64, resolve:

n.º 360 — fixar o salário base dos Engenheiros que exercem suas atividades profissionais sem vinculação empregatícia, para efeito de contribuição ao IAPC, em 3 (três) vêzes o valor do salário mínimo regional.

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Ministro Interino.



O impermeabilizante de confiança mais usado no Brasil

Outros produtos de nossa fabricação:

CIMENTOL
Tinta mineral impermeavel, para exteriores

ACQUELLA
Repelente da água

brancol
Cola branca para azulejos

GARANTIA DE

OTTO BAUMGART
INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

AV. PRESTES MAIA, 396 - FONES: (PABX) 32-0180 - 36-2426 - 36-4425 - 37-0347
CAIXA POSTAL 3492 - ENDEREÇO TELEGRÁFICO "BAUMGART" - SÃO PAULO

CONSTRUÇAO DE EDIFICIOS

Lei n.º 791, de 14 de abril de 1965

Revoga os Decretos n.os 1.509 e 1.585; estabelece normas e determina condições obrigatórias para a construção de edifícios.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Artigo 11, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 791, de 14 de abril de 1965, oriunda do Projeto Lei n.º 404, de 1963, que, vetado totalmente, foi mantido pela Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara.

Art. 1.º — O apartamento destinado a habitação nos têrmos da Lei Federal n.º 5.481, de 25 de julho de 1928, que regula a construção de edifícios em condomínio, terá, obrigatòriamente, no mínimo, três peças de permanência prolongada, além das de uso transitório, como banheiro, cozinha e área de serviço.

§ 1.º — Para efeito de aplicação dêste artigo, a peça ou compartimento contíguo e em comum com outro, do tipo denominado correntemente de conjugado, será computado apenas como uma peça.

§ 2.º — As partes ou compartimentos das unidades construídas são classificadas, conforme sua permanência ou uso, de acôrdo com os artigos n.os 143, 144 e 145 do Decreto n.º 6.000, de 1 de julho de 1937.

Art. 2.º — Nos edifícios de apartamentos de uso exclusivamente residencial, a área mínima será: de 50m², para as unidades habitacionais compostas de duas peças de permanência prolongada; de 60m², para as que tenham três dessas peças.

Parágrafo único. Para unidades habitacionais com mais de três peças de permanência prolongada, a área mínima será acrescida de 12m² por peça dessa natureza.

Art. 3.º — A unidade construída destinada a escritório ou uso comercial terá, pelo menos, três peças, de acôrdo com a Lei n.º 5.481, uma das quais obrigatòriamente de permanência prolongada, e obedecerá as seguintes condições:

a) ter 25m², no mínimo, de área útil;

b) dispor pelo menos de um gabinete sanitário, situado no seu interior.

Parágrafo único. A peça de serviço denominada "kitchenette" sòmente será permitida se satisfeitas as condições de segurança e ventilação.

Art. 4.º — Não será permitida a construção de edifícios de utilização denominada "mista", isto é, destinados, conjuntamente, a moradias e escritórios.

Art. 5.º — A construção de edifícios de mais de dez pavimentos, ou que ultrapassem o número de pavimentos fixados para a respectiva zona, deverá satisfazer as seguintes condições:

I — não prejudicar os locais de interêsse turístico, florestal, paisagístico, histórico ou artístico, ou sujeitos à legislação especial de defesa paisagística;

II — não acerretar terraplenagens exageradas, deformando a configuração natural do local onde se acha o terreno;

III — apresentar, obrigatòriamente, o pavimento térreo em "pilotis", de acôrdo com as disposições que regem êste tipo de pavimento, nos edifícios exclusivamente residenciais.

Art. 6.º — Nos terrenos acidentados, de forte inclinação, a construção deverá satisfazer às condições da área "non aedificandi", estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 7.º — Os artigos 1.º, 2.º e 3.º desta lei serão aplicados sòmente às Regiões Administrativas as quais se referem os Decretos n.os 1.509 e 1.585, que ficam revogados por esta Lei.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, 14 de abril de 1965.

Danilo Nunes — Presidente

(D.O.-Gb. de 23/4/65 — fls. 1)

HABITAÇOES POPULARES

Decreto "N" N.º 443 — de 23 de setembro de 1965

Estabelece condições provisórias para a construção de casas do tipo popular.

Considerando que ainda não foi ultimada a consolidação da legislação relativa a casas populares, e atendendo ao grande número de pedidos de licenciado para construção de duas casas dêsse tipo no mesmo lote, tendo em vista o que consta do processo n.º 07-000.079-65 e no uso de suas atribuições legais;

O Governador do Estado da Guanabara, decreta:

Artigo único. Enquanto não se efetivar a consolidação referente a casas populares, obedecido o disposto no Decreto n.º 9.518, de 23 de setembro de 1948, é permitida a construção de duas casas de tipo popular, em lote proletário respeitadas as seguintes disposições:

I — As casas possuirão 1 (um) único pavimento;

II — As áreas úteis de cada casa não poderão ultrapassar 60,00m² (sessenta metros quadrados).

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1965 — 77.º da República e 6.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda

Marcos Tito Tamoyo da Silva

Célio de Oliveira Borja □

Leituras de Planejamento e Urbanismo

A melhor coletânea de trabalhos de autores nacionais e estrangeiros sôbre planejamento e urbanismo.

443 páginas reunidas em 9 capítulos

I — Problemática do Planejamento Urbano
II — Organização para o Planejamento
III — Metodologia do Planejamento
IV — Legislação Urbanística
V — Planejamento da Habitação
VI — Planejamento das Áreas Livres e Recreação
VII — Planejamento dos Serviços de Utilidade Pública
VIII — Cidades Novas
IX — Bibliografia sôbre Planejamento e Urbanismo

32 artigos selecionados de conhecidos especialistas

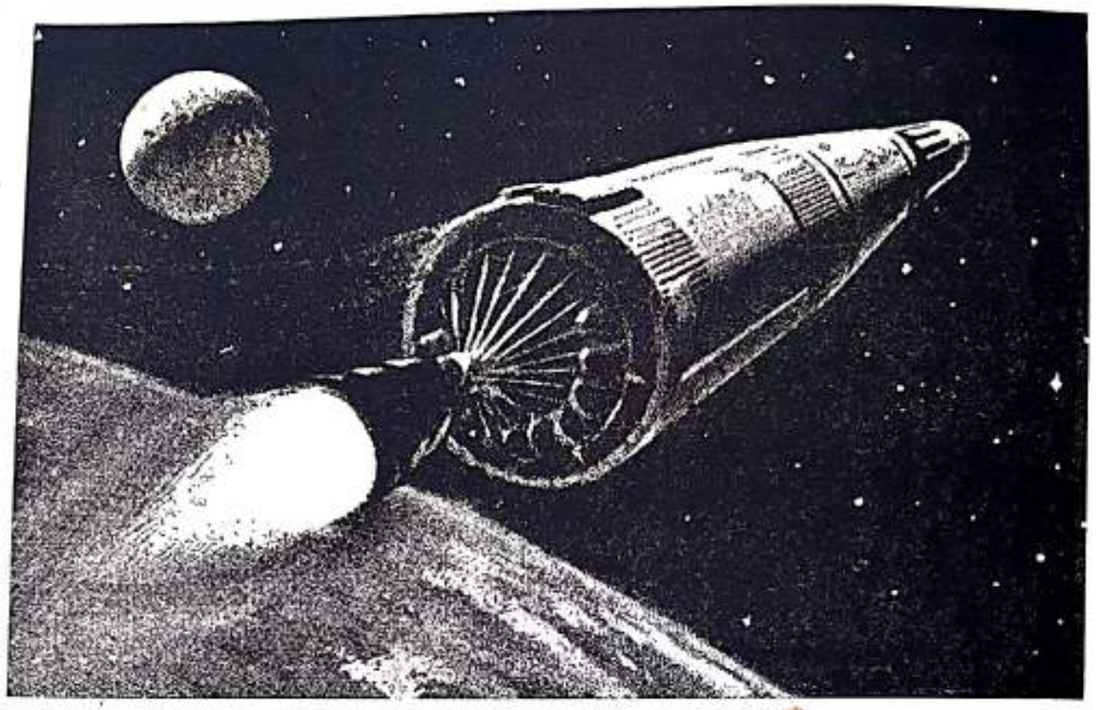
Hélio Modesto, Francis Violich, Diogo Lordella de Mello, Wit-Olaf Prochnik, Hely Lopes Meirelles, Adina Mera, Claude Bourdet, Antônio Bezerra Baltar, Rubens de Mattos Pereira, Roberto Burle Marx, Lauro Bastos Birkholz, Ethel Bauzer Medeiros e outros.

E ainda a íntegra do Relatório de Lúcio Costa sôbre o Plano-Pilôto do Brasília e demais documentos sôbre a Nova Capital.

Preço do exemplar: Cr$ 8.000

Pedidos ao Instituto de Arquitetos do Brasil, ou
ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Rua Miguel Pereira, 34 — ZC-02
Rio de Janeiro — GB.



ATINGIR O QUE INTERESSA — THE TARGET

TARGET É COMO, EM INGLÊS, DENOMINAM OS CIENTISTAS O ALVO DE SEUS FOGUETES.

Mas, para o senhor, que fabrica ou vende materiais de construção, arquitetura e decoração, a palavra certa é objetivo.
O objetivo a atingir com o seu anúncio. Que é, evidentemente, promover ou vender o seu produto.
Mas êsse objetivo só será atingido se a sua mensagem chegar a quem precisa conhecer ou pode comprar os seus materiais e serviços.
Ou seja, arquitetos e construtores. Quem especifica e compra materiais de construção, arquitetura e decoração.
O senhor, por certo, não o atingirá mandando foguetes à lua. Mas, talvez possa atingí-lo publicando o seu anúncio num veículo destinado ao público em geral, de larga circulação.
É uma hipótese que lhe custa caro. Porque o senhor vai pagar para sua mensagem ser lida por quem lhe interessa (talvez) e por quem não lhe interessa — e não se interessa por ela.
Para atingir quem interessa, o seu cliente de verdade, só mesmo uma revista especializada. E revista especializada que atinge exclusivamente arquitetos e construtores, com a dupla garantia do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Instituto Verificador de Circulação, é a Revista **ARQUITETURA**, órgão oficial dos arquitetos brasileiros.

ARQUITETURA ATINGE SÓ A QUEM LHE INTERESSA

É uma certeza que lhe custa barato. E que rende. Consulte a nossa tabela de preços. E a das revistas de circulação mais ampla.
E veja como é mais barato e mais seguro atingir de fato, e sem desperdícios, o que lhe interessa. O seu objetivo. Arquitetos e construtores.



chapa trapezoidal

de aluminio para revestimentos e coberturas

Material
Produzida em liga de aluminio extra-duro 3M-H correspondente a ASTM - B209 - 61 - Alloy 3003, com encruamento máximo por laminação.

Caracteristicas Mecânicas
Carga de ruptura: 20 a 22 kg/mm2 - Limite de elasticidade: 16 a 20 kg/mm2 - Alongamento: 1 a 4%.

Isolamento Térmico
Oferece maior grau de isolamento térmico por reflexão. Refletindo cêrca de 90% da luz solar incidente, chega a reduzir no verão, de 15° C, a temperatura interior.

Funcional
Devido à forma de sua seção transversal, permite obter, quando comparada com outros materiais de cobertura:
1 - maior escoamento de águas pluviais
2 - maior resistência ao flexionamento

Econômica
Pode ser normalmente produzida em comprimentos de até 12 metros, o que permite ao arquiteto obter, com economia, grandes efeitos plásticos em coberturas e revestimentos laterais de fachadas.

CBA

Companhia Brasileira de Alumínio

PIONEIRA DA INDÚSTRIA NACIONAL DE ALUMÍNIO

Av. da Luz, 297 - 11º and. - Tels.: 36-3100 - 36-3101 e 36-1146 - S. Paulo
Av. Presidente Vargas, 309 - 20º and. - Tels.: 52-2074 e 23-2611 - R. de Janeiro